



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DE 1985 A 2007

SILVÉRIO LUIZ CARVALHO DE SOUZA

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL
SETEMBRO -2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DE 1985 A 2007**

SILVÉRIO LUIZ CARVALHO DE SOUZA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

ORIENTADOR: PROF.º DR. DEAN LEE HANSEN

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS.
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S729d Souza, Silvério Luiz Carvalho de
Desenvolvimento regional no Brasil : as
transformações econômicas no período de 1985 a 2007
/ Silvério Luiz Carvalho de Souza. – São Cristóvão,
2008.
62 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento
Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) -
Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Dean Lee Hansen

1. Economia regional. 2. Desenvolvimento econômico
– Brasil. 3. Desenvolvimento econômico regional. I.
Título.

CDU 338.1(81)

**DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL:
AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS NO PERÍODO DE 1985 A 2007**

Dissertação de Mestrado defendida por **Silvério Luiz Carvalho de Souza** aprovada em 11 de Agosto de 2008 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Profº Drº Dean Lee Hansen– Orientador
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Profº. Drº. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Profª. Drª. Rosemeri Melo e Souza
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

DEDICATÓRIA

À Rita de Cássia, mãe

Luiz José, pai

Lair, Júnior e Lílian, irmãos

Em fim, a minha família

Base da minha vida

AGRADECIMENTOS

Agradeço, sobretudo, a Deus, pelo dom da vida e por ter me guiado
com serenidade e sabedoria nessa jornada.

Agradeço aos meus pais, Luiz José de Souza e Rita de Cássia Carvalho Souza,
pelo amor, carinho e dedicação.

Aos meus irmãos, Lair, Júnior e Lílian,
pela credibilidade dispensada.

Aos meus professores, pelo esforço e dedicação
nesse processo de aprendizado.

Ao meu orientador Dean Lee Hansen,
pela sabedoria, simplicidade e paciência com que conduziu esse trabalho.

Aos meus amigos e colegas do curso que tanto me ajudaram nesse interin.

RESUMO

A presente dissertação examina as transformações econômicas regionais ocorridas no Brasil no período pós-85 a partir do conjunto de mudanças que se observou na economia mundial e brasileira. O embasamento teórico destaca as mudanças ocorridas nas teorias e conceitos sobre desenvolvimento regional, o novo modelo de desenvolvimento regional, as novas tendências locacionais e as peculiaridades da economia brasileira para esse novo modelo. A fase da pesquisa baseada na análise de dados se divide em duas etapas. Na primeira etapa são analisados os processos históricos de concentração e desconcentração econômica regional por que passou o Brasil. Na segunda etapa são examinados os dados pós-85 e realizada a interpretação das recentes transformações econômicas regionais. As análises e interpretações dos dados corroboram para vários fenômenos em curso na dinâmica regional brasileira recente, a saber: 1) o processo de desconcentração econômica regional da década anterior (1975-85) continua, só que com menor ímpeto; 2) a abertura comercial teve impactos negativos sobre a região Sudeste e positivos sobre as regiões Sul e Centro-Oeste; 3) observa que está havendo desconcentração dos investimentos no setor de bens duráveis, sobretudo nos de bens saláris, e ao contrário dessas tendências, também se identifica um processo de concentração regional dos investimentos, principalmente na região Sudeste, em setores com grande potencial tecnológico; 4) os investimentos foram concentrados ao longo dos anos 90 em 02 regiões (Sul e Sudeste) e em 06 Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia); 5) A escala sub-regional revela que se tem no Brasil a presença de localidades dinâmicas em todas as regiões e que as Aglomerações Industriais relevantes, classificadas no Brasil como Arranjos Produtivos Locais, estão associadas ao perfil e a estrutura da localidade.

Palavras-chaves: 1. Mudança Regional no Brasil, 2. Desenvolvimento Regional e Local, 3. Arranjos Produtivos Locais

ABSTRACT

The present master's thesis examines regional economic transformations in Brazil resulting from changes in the global and Brazilian post 1985 economy. The theoretical base highlights conceptual changes on regional development, including new models of regional development, new locational trends of economic activities, and the peculiarities of the Brazilian economy for these new models. Empirical research and data analysis is divided into two stages. The first stage examines historical processes of regional economic concentration and deconcentration in Brazil. The second stage examines post-1985 data and interprets recent regional economic transformations. Analysis and interpretation of the data corroborate phenomenon already underway in recent Brazilian regional dynamics, namely: 1) regional deconcentration processes of the previous decade (1975-85) continue, but with less momentum, 2) the opening of Brazil to international trade had negative impacts on the Southeast region and positive effects on the South and Center-West regions, 3) there is a deconcentration of investments in the durable goods sector, mostly in wages, and unlike this trend, there is a concentration of investments, primarily in the Southeast region, in sectors with high technological potential, 4) investments were concentrated over the 1990s in two regions (South and Southeast) and in six states (Sao Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Parana, Rio Grande do Sul and Bahia), 5) analysis on a sub-regional scale reveals the presence of dynamic locations in all regions and that relevant Industrial Agglomerations, classified in Brazil as Local Productive Arrangements, are associated with the profile and structure of the locality.

Keywords: 1. Regional Change in Brazil, 2. Regional Development Theory, 3. Local Productive Arrangements

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	XI
LISTA DE TABELAS.....	XIV
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	XV
LISTA DE GRÁFICOS	XVI
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 – DO REGIONAL AO LOCAL: ASPECTOS CONCEITUAIS	20
1.1 DESENVOLVIMENTO REGIONAL: (RE) VISITANDO AS TEORIS	21
1.1.1 A TEORIA DA DEPENDÊNCIA	21
1.1.2 A TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO	23
1.1.3 A TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA	28
1.1.4 A TEORIA DOS EFEITOS PARA FRENTE E PARA TRÁS	30
1.1.5 A TEORIA DAS ETAPAS DO CRESCIMENTO	32
1.1.6 A TEORIA NEOCLÁSSICA DO CRESCIMENTO	34
1.2 NOVAS PROPOSIÇÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL	38
1.2.1 EFEITOS LOCAIS DOS PROCESSOS GLOBAIS	38
1.2.2 NOVAS TENDÊNCIAS LOCACIONAIS	45
1.2.3 NOVA TEORIA SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL.....	48
1.2.3.1 O NOVO PAPEL DO ESTADO	52
1.2.3.2 ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	53
1.2.3.3 GOVERNANÇA E CAPITAL SOCIAL	58
1.3 PARTICULARIDADES DA ECONOMIA BRASILEIRA PARA AS NOVAS TEORIAS	60
CAPÍTULO 2 – DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL (1975-1985)	64
2.1 DIMENSÃO HISTÓRICA DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL	64
2.2 DESTERMINANTES GERAIS DA DESCONCENTRAÇÃO	70
2.3 ANÁLISE DA DESCONCENTRAÇÃO	73
2.3.1 TRANSFORMAÇÕES DO PERÍODO	73
2.3.2 BALANÇO DA DESCONCENTRAÇÃO	84

CAPÍTULO 3 – RECENTES TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS REGIONAIS (1985-2007)	89
3.1 ECONOMIA BRASILEIRA PÓS-85: CRISE, INSTABILIDADE E REFORMAS	89
3.2 DETERMINANTES DAS RECENTES TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS REGIONAIS	97
3.3 ANÁLISE DAS RECENTES TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS REGIONAIS	100
3.3.1 TRANSFORMAÇÕES DO PERÍODO	100
3.3.2 BALANÇO DAS RECENTES TRANSFORMAÇÕES REGIONAIS	118
CONCLUSÕES.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
ANEXO	
A - DESEMBOLSOS DO SISTEMA BNDES SEGUNDO REFIÇÕES E ESTADOS. BRASIL – 1997/2006	136
B - AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS RELEVANTES: TAXA DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO ABAIXO DA MÉDIA BRASILEIRA. BRASIL – 1970/1985	137
C - AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS RELEVANTES: TAXA DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO ENTRE A MÉDIA BRASILEIRA E 25% ACIMA. BRASIL – 1970/1985	138
D - AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS RELEVANTES: TAXA DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO ENTRE 25% E 50% ACIMA DA MÉDIA BRASILEIRA. BRASIL – 1970/1985	139
E - AGLOMERAÇÕES INDUSTRIAIS RELEVANTES: TAXA DE CRESCIMENTO DO PESSOAL OCUPADO ACIMA DE 50% DA MÉDIA BRASILEIRA. BRASIL – 1970/1985	140
APÊNDICE	
A - LISTA DOS APLS PRIORITÁRIOS PARA 2008-2010 NO BRASIL	142
B - CARACTERIZAÇÃO DOS DEZ MAIORES APLS PRIORITÁRIOS 2008-2010 NO BRASIL ...	145

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	- Acre
ADP	- Atividades Diretamente Produtivas
AL	- Alagoas
AM	- Amazonas
AP	- Amapá
APL	- Arranjo Produtivo Local
AUT	- Veículos automotores
BA	- Bahia
Bacen	- Banco Central
BASA	- Banco da Amazônia
BID	- Banco Interamericano de Desenvolvimento
Bird	- Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento ou Banco Mundial
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCQ	- Círculo de Controle de Qualidade
CE	- Ceará
CEPAL	- Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CHESF	- Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CVRD	- Companhia Vale do Rio Doce
CVSF	- Comissão do Vale do São Francisco
DF	- Distrito Federal
ELC	- Material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicação
EMI	- Extração mineral
ES	- Espírito Santo
EUA	- Estados Unidos da América
FIBGE	- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FINAME	- Agência Especial de Financiamento Industrial
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FINOR	- Fundos de Investimentos do Nordeste
FUNRES	- Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo
GO	- Goiás

GSP	- Grande São Paulo
GTDN	- Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste
GTP APL	- Grupo de Trabalho Permanente para APL
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MA	- Maranhão
Mercosul	- Mercado Comum do Sul
MET	- Metalúrgica básica
MDIC	- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior
MICT	- Ministério da Industria, do Comércio e do Turismo
MNM	- Minerais não-metálicos
MG	- Minas Gerais
MS	- Mato Grosso do Sul
MT	- Mato Grosso
Mtb	- Ministério do Trabalho
NAFTA	- Acordo Norte Americano de Livre Comércio
NEG	- Nova Geografia Econômica
Norquisa	- Nordeste Química S.A.
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PA	- Pará
PAL	- Produtos alimentícios e bebidas
PAP	- Celulose e papel
PB	- Paraíba
PE	- Pernambuco
Petroquisa	- Petrobrás Química
PI	- PiauÍ
PIB	- Produto Interno Bruto
PND	- Plano Nacional de Desenvolvimento
PR	- Paraná
PSI	- Política de Substituição de Importações
P&D	- Pesquisa e Desenvolvimento
QUI	- Químicos
RAIS	- Relação Anual de Informações Sociais
RJ	- Rio de Janeiro

RN	- Rio Grande do Norte
RO	- Rondônia
RR	- Roraima
RS	- Rio Grande do Sul
SC	- Santa Catarina
SE	- Sergipe
SEBRAE	- Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa
SEPIN	- Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação
SP	- São Paulo
STN	- Secretaria do Tesouro Nacional
SUDENE	- Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDAM	- Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUFRAMA	- Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus
TEX	- Têxteis
TO	- Tocantins
UF	- Unidade da Federação
URV	- Unidade Real de Valor
VTI	- Valor da Transformação Industrial

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação das regiões e estados selecionados na distribuição relativa do PIB. Brasil – 1949/1970	68
Tabela 2 - Participação das regiões e estados selecionados na distribuição relativa do PIB Industrial. Brasil – 1949 / 1970	70
Tabela 3 - Participação das regiões e estados selecionados na distribuição relativa do PIB. Brasil – 1975/1985	76
Tabela 4 - Participação das regiões e estados selecionados na distribuição espacial do VTI da Indústria de Transformação. Brasil – 1970/1985	77
Tabela 5 - Participação relativa da Área Metropolitana de São Paulo na Produção e no Emprego Industriais. Brasil - 1970/1985	78
Tabela 6 - Participação relativa das regiões e estados selecionados na distribuição do VTI da indústria de transformação segundo principais categorias de uso. Brasil - 1970/1985	79
Tabela 7- Investimento público total mais crédito governamental ao setor privado como proporção percentual do PIB regional. Brasil – 1970/2000	98
Tabela 8 - Taxas anuais de crescimento do PIB total e do PIB per capita. Brasil e Regiões. 1960 a 2002	102
Tabela 9 – Participação relativa das regiões e estados no Produto Interno Bruto. Brasil – 1985/2004	104
Tabela 10 – Participação relativa das regiões e estados no VTI da indústria geral. Brasil – 1996/2005	106
Tabela 11 – Distribuição relativa por regiões do Emprego. Brasil – 1990/2005	107
Tabela 12 – Distribuição relativa por regiões do emprego nos setores da economia que mais Empregam. Brasil – 1990/2005	109
Tabela 13 - Distribuição relativa regional e estadual do Valor dos Novos Investimentos. Brasil – 1998	110
Tabela 14 – Participação das regiões e estados selecionados nas Intenções de Investimentos Anunciadas. Brasil – 1996/2000	113
Tabela 15 - Dez maiores APLs prioritários para 2008-2010, classificados pelo número de empregos formais. Brasil	117

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Configuração de um Pólo de Crescimento. Efeitos da Indústria Motriz sobre a Estrutura de Produção e a Demanda / Mercado	25
Quadro 1 – Principais teorias do desenvolvimento regional	51
Quadro 2 – Balanço do Período pós-85 por autor	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação relativa das regiões no Produto Interno Total. Brasil – 1975/1985	74
Gráfico 2 - Participação relativa das regiões no Produto Interno Industrial. Brasil – 1975/1985	74
Gráfico 3 - Uma Década de Reformas. Brasil – 1988-1998.....	93

INTRODUÇÃO

O presente estudo examina as transformações econômicas regionais ocorridas no Brasil no período pós-85. Em outras palavras, analisa como o conjunto de mudanças que se observou nas duas últimas décadas na economia mundial (transformações nas formas e nos modos de produção e organização industrial e a globalização) e brasileira (crise fiscal e financeira do Estado, abertura econômica, as reformas, a elevação e posterior redução do ritmo inflacionário e as mudanças na interpretação e aplicação das políticas de desenvolvimento regional) influenciou o desenvolvimento das economias regionais no Brasil.

A escolha do ano base do início da análise ser o ano de 1985 se justifica por dois motivos. Um primeiro está relacionado ao processo de desconcentração econômico regional observado na economia brasileira a partir de 1975. Acontece que o processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro gerou uma concentração geográfica da produção em poucos estados e regiões. A integração das regiões, como coloca Guimarães Neto (1997), ocorreu a partir de uma região hegemônica que, na formação do mercado interno nacional, ocupou espaços econômicos relevantes e, simultaneamente, consolidou diferenças marcantes entre as diversas partes do território nacional. Contudo, após um século de concentração industrial no estado de São Paulo e hegemonia da região Sudeste, a partir de meados de 1970 esse processo foi invertido, iniciando um movimento de desconcentração industrial.

O processo de desconcentração desde o ano de 1985 se mostrou menos intenso, suscitando teses de diversos autores (Guimarães Neto, Wilson Cano, por exemplos) de que teria se esgotado, alterando assim o padrão da configuração regional a partir desse ano.

Outro motivo para escolha do ano base diz respeito à nova teoria de desenvolvimento econômico regional. A confirmação da nova teoria no *mainstream* ocorre com a aula magna proferida pelo professor Robert Lucas (Universidade de Chicago) na Universidade de Cambridge, em 1985, e a tese de doutorado de P. Romer (1985).

Esse novo conceito de desenvolvimento regional, o qual apresenta uma série de peculiaridades que muito o diferencia das correntes de pensamento anteriores, vem provocando imensas mudanças na maneira de se pensar o desenvolvimento regional.

Para obtenção dos objetivos propostos à metodologia aplicada consistiu em dois eixos básicos que se completaram: pesquisa bibliográfica e coleta e análise de dados.

No primeiro eixo se fez uma consulta no material de autores especializados no tema desenvolvimento regional. Para tanto, foi dado enfoque em trabalhos que fazem menção aos

processos de concentração e desconcentração econômica regional e a atual fase do desenvolvimento regional brasileiro.

A pesquisa bibliográfica se fundamentou principalmente em livros e textos extraídos via Internet dos *sites* do Banco do Nordeste, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), além de outras revistas especializadas no tema.

Esse eixo da pesquisa buscou a visão de estudiosos no assunto sobre o problema proposto e as respostas dadas por eles, bem como uma sustentação em material já elaborado para os resultados da pesquisa.

Na análise dos dados foram utilizados dados secundários e primários. Sendo os primeiros utilizados também na análise pós-85, tendo em vista à dificuldade de dados referentes ao tema desenvolvimento regional nesse período devido à ausência de censos Industriais, de Comércio e de Serviços.

Os dados primários não foram utilizados em sua maioria na forma bruta para facilitar a interpretação dos acontecimentos. Nesse sentido, o trabalho com os dados brutos consistiu em colocá-los na forma percentual. Sendo utilizado principalmente o Produto Interno Bruto (PIB), Valor da Transformação Industrial (VTI), distribuição do emprego e distribuição dos novos investimentos; todos eles desagregados por regiões e estados selecionados.

As principais fontes de dados primários utilizadas foram as do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Trabalho (MTB), Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A presente dissertação é constituída de 3 capítulos, além dessa breve introdução e das conclusões. No primeiro capítulo, faz-se uma revisão das teorias e conceitos sobre desenvolvimento regional e apresenta às novas proposições sobre desenvolvimento regional, bem como as peculiaridades da economia brasileira para a nova teoria surgida. O capítulo fornece um embasamento teórico para compreender as transformações econômicas regionais.

No segundo capítulo, examina-se a desconcentração econômica regional observada no Brasil entre 1975 e 1985 em prol das regiões mais estagnadas. Essa análise é feita, inicialmente, observando dimensão histórica das desigualdades regionais no Brasil, e, depois, pela análise dos determinantes e do processo de desconcentração.

Esse segundo capítulo se insere no estudo das transformações econômicas regionais como análise histórica, visto que a periodização da dinâmica regional brasileira dará subsídios para compreender os processos atuais.

No terceiro capítulo, à luz dos debates efetuados nos dois capítulos anteriores, são analisadas as recentes transformações econômicas regionais. Apontam-se nesse capítulo inicialmente os efeitos das mudanças ocorridas na economia brasileira sobre as economias regionais e a análise de alguns determinantes das tendências regionais recentes. Por fim, analisa-se as transformações econômicas regionais.

A análise das recentes transformações econômicas regionais é feita sobre três aspectos. O primeiro se refere aos processos de concentração / desconcentração. Sobre esse aspecto se analisa o que teria ocorrido com o processo de desconcentração da década 1975 a 1985, observando se ele teria continuado ou esgotado e quais as perspectivas desse processo.

O segundo aspecto está relacionado à dinâmica espacial das indústrias. A respeito desse aspecto, sintetiza-se o fenômeno atual de localização das atividades industriais dentro das regiões brasileiras.

Já o terceiro aspecto se refere à escala sub-regional. Consiste no delineamento do fenômeno atual de transformações regionais na nova escala proposta pelas novas teorias de desenvolvimento regional, a escala local.

Na conclusão, faz-se inicialmente uma retrospectiva das principais discussões desenvolvidas ao longo do trabalho e, logo após, são apresentados os principais resultados obtidos sobre as transformações econômicas regionais.

CAPÍTULO 1

DO REGIONAL AO LOCAL: ASPECTOS CONCEITUAIS

As radicais transformações nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, o processo de globalização, a intensificação dos fluxos comerciais e de capitais e as revoluções científicas e tecnológicas, ocorridas nos últimos 50 anos, impulsionaram profundas transformações nos conceitos e teorias sobre desenvolvimento regional nas últimas décadas.

Alguns estudos sobre a questão do desenvolvimento regional se voltaram, até o início da década de 1970, para a noção de crescimento desequilibrado, em que determinadas regiões constituíam pólos de crescimento, estendendo-se para outras regiões através de uma cadeia de desequilíbrios (FEITOSA, 2007). Diversas escolas de pensamento, com enfoques teóricos variados buscaram explicar o crescimento econômico a partir dos desequilíbrios regionais. Destacam-se aí quatro teorias chaves. A primeira, a “teoria da dependência” da COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE – CEPAL (1950); a segunda, a “teoria dos pólos de crescimento” (PERROUX, 1955); a terceira, a “teoria da causação circular cumulativa” (MYRDAL, 1957); e, a quarta, a “teoria dos efeitos para frente e para trás” (HIRSCHMAN, 1958).

Também existiam nesse período teorias de desenvolvimento regional que se opunham à idéia do crescimento desequilibrado. Essas teorias defendiam a existência de um ponto de equilíbrio estável na economia. As duas teorias principais são: a “teoria das etapas de crescimento” (ROSTOW, 1959) e a “teoria neoclássica de crescimento” (formulada inicialmente por Solow, década de 1960).

A partir dos anos 1980, as teorias sobre desenvolvimento regional sofreram transformações. Dessas mudanças apareceu uma nova teoria do desenvolvimento, doravante denominada “Teoria do Crescimento Endógeno”, a qual apresenta como ponto crucial de ruptura com a teoria neoclássica o fato de um grupo de economistas de diversas formações (neoclássicos, os adeptos da concorrência imperfeita e os evolucionistas-institucionalistas regionais) relaxarem o axioma de rendimentos constantes – base importante dos modelos da teoria neoclássica do crescimento - em benefício dos rendimentos crescentes (AMARAL FILHO, 1996).

Neste capítulo se analisa essas mudanças e as novas proposições sobre desenvolvimento regional, bem como as peculiaridades da economia brasileira para a nova

teoria surgida. Essa análise é feita a partir da seguinte divisão: na primeira seção, dentro de uma perspectiva de revisão, analisam-se as principais teorias de desenvolvimento regional que dominaram o cenário acadêmico até a década de 1970; na segunda seção, faz-se um estudo das novas proposições sobre desenvolvimento regional e examina o novo modelo de desenvolvimento econômico regional surgido na década de 1980 (A Teoria do Crescimento Endógeno); e, na terceira seção, analisa as particularidades da economia brasileira para a nova teoria para que se possa estabelecer a situação atual de Brasil diante da teoria surgida.

Nessa perspectiva, o capítulo se justifica por dois motivos. O primeiro motivo porque uma análise das transformações econômicas regionais por que passou o Brasil nos últimos vinte anos necessita da compreensão das teorias e conceitos sobre desenvolvimento regional que dominaram e dominam o cenário acadêmico, uma vez que essas teorias e conceitos foram e são em grande parte responsáveis pelas políticas adotadas pelos gestores dos programas de desenvolvimento regional no Brasil.

Um segundo motivo é o embasamento teórico que fornece para a compreensão das recentes transformações econômicas regionais. Uma vez que se destina uma seção deste capítulo para a interpretação das novas tendências locais, as quais estão inteiramente ligadas ao atual movimento das atividades econômicas dentro das economias regionais do Brasil.

1.1 Desenvolvimento regional: (re) visitando as teorias

1.1.1 A teoria da dependência

Logo após a Segunda Guerra Mundial, as Nações Unidas criaram a CEPAL, com objetivo de realizar estudos visando ao desenvolvimento da região. Foi nessa comissão que, em um seminário interno, Raul Prebisch (1950), presidente do Banco Central da Argentina, apresentou uma nova abordagem analítica. A teoria da Dependência, como ficou conhecida, afirmava que a causa do subdesenvolvimento de alguns países seria explicada pelo desenvolvimento de outros, ocasionada por uma desigual divisão internacional do trabalho entre um centro dominante (manufatureiro e terciário) e uma periferia dominada (exportadora de bens primários, agrícolas e minerais) (FEITOSA, 2007).

O ponto de partida da análise de Prebisch foi à crítica à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, segundo a qual os países deveriam especializar-se na produção daqueles produtos para os quais apresentassem vantagens comparativas de custo.

Dessa forma, a América Latina produziria alimentos e matérias-primas para a exportação e importaria produtos manufaturados. A idéia era a de que o progresso técnico gerado nos países desenvolvidos (centrais), incorporado nas importações, difundir-se-ia nos países subdesenvolvidos (periféricos), por meio de redução dos preços dos produtos manufaturados. Ao mesmo tempo, a menor incorporação de tecnologia na produção primária e a maior demanda dos países centrais, em virtude do crescimento de sua renda, elevariam os preços dos produtos primários. Assim, as relações de troca melhorariam em benefício dos países exportadores de produtos não manufaturados; o que levaria os países periféricos a não precisar se industrializar para atingir o desenvolvimento econômico (SOUZA, 1997).

Contudo, no fim da década de 1940, os economistas latino-americanos perceberam que os problemas da região estavam se agravando com essa relação de trocas. Este fenômeno teve sua confirmação com Raúl Prebisch em um estudo de 1948. Seus estudos de séries temporais sobre o comércio exterior latino-americano indicavam uma tendência persistente à redução relativa dos preços dos produtos exportados pela América Latina frente aos preços dos produtos que a região importava. Prebisch percebeu uma tendência nítida para a deteriorização das relações de troca, contra os países subdesenvolvidos. Seu estudo examinou a evolução dos preços agrícolas / preços industriais (P_A / P_I), em um período de 65 anos (1880 / 1945), a qual teve uma tendência de queda a 0,687 em 1945, à unidade de 1880 (ANDRADE, 1987).

A deteriorização dos termos de troca foi explicada por Prebisch pela teoria dos ciclos. Na fase ascendente, os preços e a renda sobem nos países desenvolvidos, o que eleva a demanda internacional de alimentos e matérias-primas. Conseqüentemente, com preços favoráveis, os países periféricos aumentam sua oferta. Ocorre que, no caso dos produtos primários, como carne, café e outras culturas permanentes, existem defasagens de resposta da oferta de alguns anos e não é possível obter, de imediato, todos os ganhos possíveis, devido à elevação dos preços. Além disso, na fase descendente do ciclo, os preços começam a cair e os países subdesenvolvidos não conseguem reduzir de imediato sua oferta, o que deprime ainda mais os preços agrícolas nessa fase. Em contrapartida, a oferta de produtos industriais ajusta-se imediatamente à demanda e aos preços. Ademais, nos países desenvolvidos, a rigidez dos salários para baixo, pela ação dos sindicatos, evita maiores reduções da demanda de produtos industriais, devido à teoria de relação de troca desigual, desenvolvida por Emmanuel (1969), a qual faz com que essa pressão de custos seja repassada a periferia (SOUZA, 1997).

Marini (2000) explica a teoria de relação de troca desigual distinguindo o intercâmbio desigual entre os países que intercambiam produtos de uma mesma esfera de

produção (sejam manufaturas ou produtos primários) e os que trocam produtos provenientes de diferentes esferas de produção. Para o autor, nos primeiros, em geral, as diferenças de termos de intercâmbio derivam da maior produtividade de um país frente aos outros, que permite àqueles auferir um lucro extraordinário derivado de suas distintas condições de produção; tal fenômeno ocorre principalmente no âmbito da concorrência entre capitalistas de distintas nações industriais. No segundo tipo de troca desigual, ainda na explicação de Marini, no caso de países que trocam manufaturas por produtos primários, o intercâmbio desigual se dá simplesmente pelo monopólio da capacidade de produzir aquelas. Os países que produzem e exportam manufaturas as trocam a preços superiores ao valor das mercadorias, ou seja, falseiam a lei do valor, obrigando ao outro extremo desta relação díspar a cessão de parte do valor produzido sem contrapartida. Neste caso, o incremento da produtividade pouco adianta aos produtores de gêneros primários, visto que qualquer diferencial é apropriado, na troca desigual, pela parte que oferta produtos industriais.

Por conseguinte, não haveria alternativa para o desenvolvimento dos países periféricos senão se industrializar. Com essa sendo a única possibilidade de desenvolvimento para a América Latina.

1.1.2 A teoria dos pólos de crescimento

A teoria dos pólos de crescimento foi desenvolvida por François Perroux, em 1955, ao observar a concentração industrial na França, em torno de Paris, e na Alemanha, ao longo do Vale da Ruhr. Essa teoria, que inicialmente foi chamada por seu formulador de Teoria da Unidade Econômica Dominante, teve reunido os seus principais trabalhos numa coletânea lançada na França em 1960, denominada *L'Économie du XXème siècle* (SILVA, 2004).

Baseada na teoria schumpeteriana do desenvolvimento, que tem a inovação tecnológica como elemento central da dinâmica de crescimento econômico, a teoria de polarização defende a idéia de que o crescimento não aparece em toda parte, manifestando-se em pontos ou pólos industriais através de canais e efeitos diversos (DINIZ, 2000). Segundo Benitez (2004), um pólo de crescimento pode ser definido como uma unidade de produção, ou conjunto de unidades, que cria efeitos sobre a região através de encadeamentos, agindo na forma de unidade motriz do meio.

Para Souza (2005), o pólo de crescimento é produto das economias de aglomeração geradas pelos complexos industriais, que são liderados pelas indústrias motrizes. Sendo um complexo industrial, ainda na visão do autor, o conjunto de atividades ligadas por relações de

insumo-produto que forma um pólo de crescimento quando for liderado por uma ou mais indústrias motrizes.

O pólo de crescimento surge devido ao aparecimento de uma indústria motriz, considerando como tal àquela indústria que, antes das demais, realiza a separação dos fatores da produção, provoca a concentração de capitais sob um mesmo poder e decompõe tecnicamente as tarefas e a mecanização (ANDRADE, 1987).

A indústria motriz, líder do complexo de atividades e formadora do pólo industrial, apresenta na visão de Souza (2005) ainda as seguintes características: (a) cresce a uma taxa superior à média da indústria nacional; (b) possui inúmeras ligações locais de insumo-produto, através das compras e vendas de insumos; (c) apresenta-se como uma atividade inovadora, geralmente de grande dimensão e de estrutura oligopolista; (d) possui grande poder de mercado, influenciando os preços dos produtos e dos insumos e, portanto, a taxa de crescimento das atividades satélites a ela ligadas; (e) produz geralmente para o mercado nacional e, mesmo, para o mercado externo.

Cabe colocar que o conceito de indústria motriz se mostra mais amplo que o conceito de indústria-chave. Uma vez que a indústria-chave é definida como sendo apenas aquela com efeitos de encadeamento pela compra e venda de insumos acima da média da economia, enquanto a indústria motriz além de apresentar às características da primeira ainda possui a capacidade de exercer impulsos motores significativos sobre o crescimento local e regional a partir de suas características peculiares. Logo, Toda indústria motriz é uma indústria-chave, mas nem sempre toda indústria-chave é uma indústria motriz.

A influência da indústria motriz pode ser basicamente dividida em efeitos sobre a estrutura de produção e efeitos sobre a demanda ou mercado. Tolosa (1972) apresenta o esquema das influências da indústria motriz, conforme Figura 1:

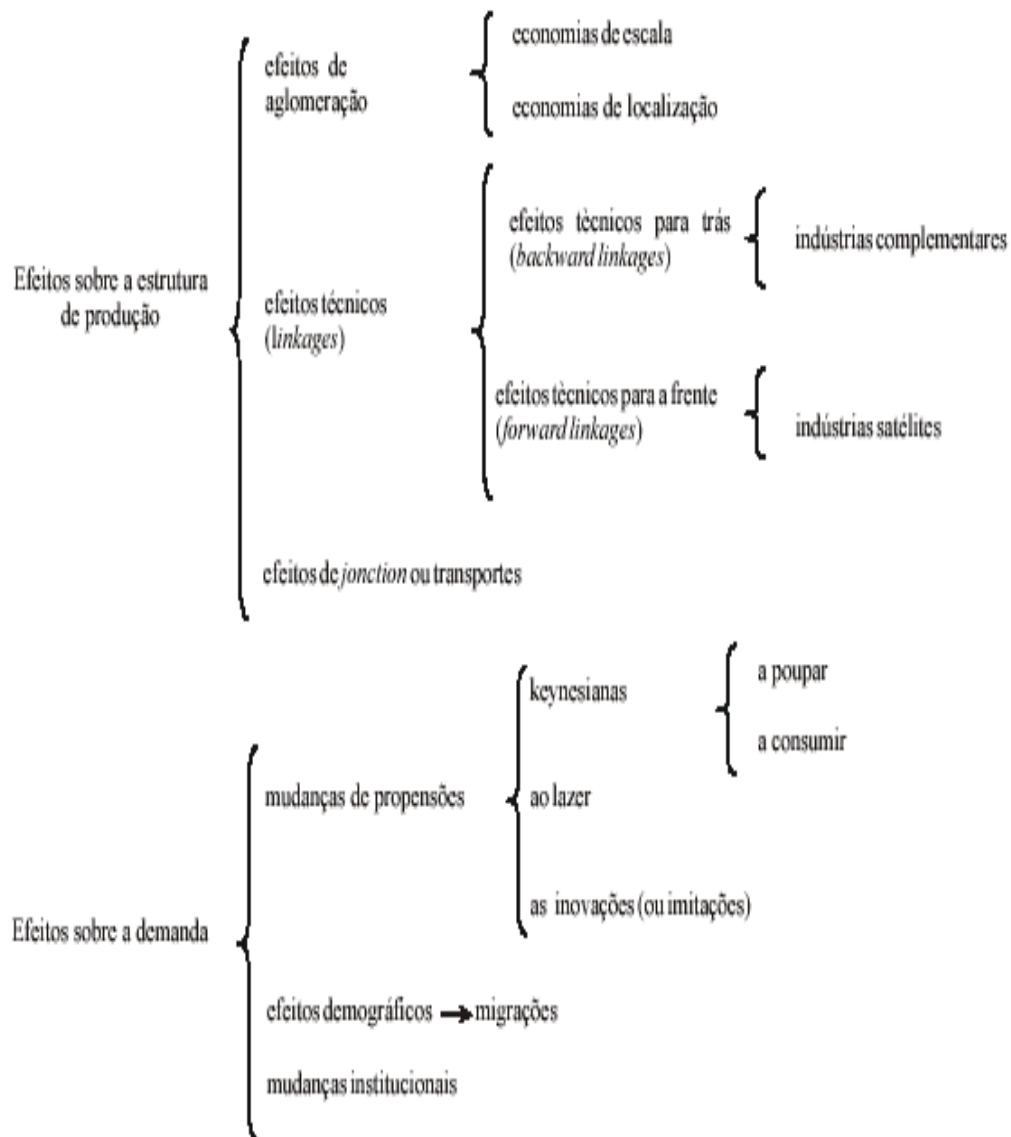


Figura 1 - Configuração de um Pólo de Crescimento. Efeitos da Indústria Motriz sobre a Estrutura de Produção e a Demanda / Mercado

Fonte: Tolosa (1972).

A indústria motriz influencia na produção e na demanda de mercado de diversas formas de acordo com o esquema de Tolosa. Sendo a influência na primeira através dos efeitos de aglomeração (com economias de escala e de a localização), efeitos técnicos (*linkages*) para trás e para frente e efeitos de transporte (*jonction*); influência na segunda com as mudanças de propensões Keynesianas (ao lazer e às inovações), efeitos demográficos e mudanças nas instituições (Figura 1).

Cabe fazer mais alguns comentários dos efeitos da indústria motriz sobre a estrutura da produção e a demanda do mercado; até por que esses efeitos elucidam como funcionaria um pólo de crescimento na visão de Perroux.

Os efeitos de aglomeração provocam o surgimento de um pólo industrial complexo que, a partir da intensificação das atividades econômicas, promove o aumento de necessidades coletivas das empresas como insumos, transportes, serviços públicos, por exemplos; colaborando, essas necessidades coletivas, para a obtenção de economias de escala e de localização.

Os efeitos técnicos (*linkages*) consistem na indústria motriz atrair as empresas complementares, fornecedoras de insumos, e as empresas satélites, as quais utilizamos os produtos das primeiras como insumos. Neste contexto, os efeitos técnicos para frente (*forward linkages*) são menos importantes que os efeitos técnicos para trás (*backward linkages*), pois, de acordo com Tolosa (1972), as indústrias satélites utilizam o produto da indústria motriz sem submetê-lo a grandes transformações estruturais via processo produtivo, ou seja, o valor adicionado é mínimo.

O pólo de crescimento é sempre um ponto ou uma área que influencia uma determinada região. Para que esta influência realmente seja exercida em toda sua dimensão, o pólo precisa dispor de canais que estabeleçam sua ligação com toda a região por ele influenciada. As estradas, os meios de transporte e de comunicação, desempenham esta função possibilitando o crescimento dos pólos principais, pela formação do que Perroux chama de “nós de tráfego” e de “zonas de desenvolvimento” (SILVA, 2004).

As mudanças de propensões Keynesiana (ao lazer e as inovações) são ocasionadas pelos mesmos fatores que causam os efeitos de aglomeração ocorridos na produção. Logo, a intensificação das atividades econômicas, surgidas a partir de um pólo industrial complexo, gera novos padrões de consumo, promovendo o aumento de necessidades da população como habitação, transportes, serviços públicos, colaborando também para a formação de empresários e trabalhadores qualificados (FEITOSA, 2007).

Com relação aos efeitos demográficos, pode-se mencionar que os efeitos de migrações para os pólos de crescimento e mudanças institucionais são ocasionados pelo maior dinamismo dessa área.

A idéia de um pólo, motor do crescimento, e de uma periferia agrícola e subdesenvolvida, a ser polarizada, corresponde a uma simplificação errônea da teoria do crescimento polarizado de François Perroux. Na verdade, segundo Souza (2005), ele supôs a existência de alguns pólos principais, com porte semelhante, e de vários pólos secundários, de menor dimensão, hierarquizados, servindo de ponte e de filtragem aos efeitos de encadeamento emanados dos pólos superiores. As noções de pólo e de região polarizada,

ainda na visão do autor, estão intimamente associadas com as idéias de urbanização e de industrialização. Assim, a região polarizada contém vários centros urbanos e industriais secundários relacionando-se com o pólo central dinâmico. Estão presentes, portanto, as noções de funcionalidade, hierarquia e heterogeneidade nas relações do pólo no interior da região polarizada.

Nesse contexto, Andrade (1987) destaca a classificação elaborada pelo geógrafo Michel Rochefort (A concepção geográfica da polarização regional, 1966), referente aos por ele denominados “centros de polarização”, que leva em conta a importância e a área de influência dos mesmos, preocupando-se mais com a existência de determinados equipamentos que com a dinâmica, extensão e intensidade dos fluxos:

- a) **locais** – muito numerosos em cada região e dispendo de área de atração confinada às suas imediações por estarem equipados apenas com comércio de gêneros alimentícios, escolas primárias, lojas de ferragens e armazéns, médicos de clínica geral, farmácia, etc.;
- b) **sub-regionais** – apresentam um embrião de vida regional, estendendo sua área de atração sobre vários centros locais por estarem dotados de serviços de uso menos corrente, como médicos especializados e escolas secundárias;
- c) **de pequena região** – que constituem o “arcabouço de base da vida de relações” por estarem dotados de serviços bem diversificados, como comércio variado, equipamento bancário, consultores, equipamento cultural e artístico, etc.;
- d) **de grande região** – que, além dos serviços existentes nos centros precedentes, possuem Universidade, grande hospital dispendo de todas as especialidades, teatro, consultorias, comércio de alto luxo, etc.;
- e) **nacionais** – que abrangem funções de direção com influência em todo o país, como a direção da administração dos serviços públicos, direção dos bancos de atuação nacional, etc.

Em termos de política regional de desenvolvimento, a idéia de considerar a hierarquia dos pólos urbanos e industriais de crescimento, no interior das regiões, é para evitar a concentração demográfica e econômica excessiva no pólo hegemônico, em detrimento da periferia rural e subdesenvolvida.

A noção de crescimento polarizado dominou o planejamento regional em vários países. Na França surgiu o programa das oito metrópoles nacionais de equilíbrio (em relação à capital) e cinco cidades novas foram implantadas em torno da região parisiense; da mesma forma, catorze cidades novas foram criadas na Inglaterra para contrabalançar a influência

excessiva de Londres. No Brasil, os investimentos do Plano de Metas foram concentrados em torno das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, para o aproveitamento das economias externas existentes nessas áreas urbanas (SOUZA, 2005).

1.1.3 A teoria da causação circular cumulativa

Gunnar Myrdal, em sua obra *Economic theory and underdeveloped regions* (1957), é o autor central da formulação do modelo de *causação circular cumulativa*, cujo foco era as relações estabelecidas entre espaços desequilibradamente desenvolvidos (SILVA, 2004).

Myrdal aborda em sua teoria a desigualdade do desenvolvimento econômico. A idéia principal do formulador é que o jogo das forças de mercado tende a aumentar, e não a reduzir, as desigualdades entre as regiões (FEITOSA, 2007). Essa constatação é feita através da análise comparativa dos níveis de desenvolvimento econômico entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; Myrdal chega à constatação acima após as seguintes observações em sua pesquisa:

1. existe um pequeno número de países prósperos e uma grande quantidade de países extremamente pobres;
2. os países prósperos se encontram em processo de desenvolvimento contínuo, enquanto os países pobres se defrontam com um nível médio e lento de desenvolvimento, quando não estão estagnados ou mesmo em retrocesso;
3. em geral, as desigualdades econômicas entre os dois grupos de países têm aumentado.

A base teórica de sua constatação parte da premissa de que algumas regiões apresentam condições favoráveis de acesso a determinados fatores de produção e vantagens competitivas, advindas da concentração (FEITOSA, 2007). A explicação é que a existência de economias internas e externas em tais regiões e a adoção das inovações tecnológicas tornou esse processo de desenvolvimento auto-sustentado, o que implicou um aumento de produtividade e competitividade (BENITEZ, 2004).

Já as regiões atrasadas do país não conseguem atrair novas atividades porque suas vantagens são limitadas. A ausência de um movimento de expansão econômica faz com que a demanda por capital para investimento permaneça fraca, mesmo se comparada com a oferta de poupança, que terá tendência de queda à medida que a renda cai. Logo, o capital sairá dessas regiões, buscando encontrar opções de investimentos mais rentáveis (FERES; LEMOS; 2005).

Myrdal (apud SILVA, 2004, p. 63) explica a ampliação das desigualdades entre países e regiões prósperas e pobres, e, conseqüentemente, da disparidade entre seus respectivos níveis de desenvolvimento, pelo mecanismo do mercado:

[...] o poder de atração de um centro econômico se origina principalmente em um fato histórico fortuito, isto é, ter-se iniciado ali com êxito um movimento [...]. Daí por diante, as economias internas e externas sempre crescentes fortaleceram e mantiveram seu crescimento contínuo a expensas de outras localidades e regiões, onde, ao contrário, a estagnação ou a regressão relativa se tornou à norma.

Myrdal defendia, portanto, que o equilíbrio em um determinado espaço econômico muito improvavelmente seria conseguido através dos mecanismos do mercado. Contrariando assim a teoria neoclássica (ainda será explicada nesse trabalho) a qual atribuía aos mecanismos de mercado uma função corretiva que seria automaticamente ativada sempre que o equilíbrio do sistema fosse comprometido e surgissem disfunções na distribuição e relação espacial dos fatores produtivos. Assim, o formulador da teoria de causação circular cumulativa refutava a função corretiva da mobilidade dos fatores de produção, defendendo que essa mobilidade dos fatores conduziria a efeitos perversos de desenvolvimento, provocando impactos “desequilibradores cumulativos”.

Em síntese, os efeitos de causação cumulativa, ou desequilíbrios cumulativos, decorreriam de que, qualquer que fosse a área onde surgisse um investimento novo, este tenderia a auto alimentar-se por via das economias internas e externas geradas à custa dos recursos das regiões consideradas periféricas, ou com repercussões negativas sobre o desempenho socioeconômico dessas regiões. A causação circular cumulativa pode ser mais bem compreendida, por exemplo, pela análise da decisão de um investimento privado: a decisão de instalar uma indústria numa determinada localidade garante um impulso ao desenvolvimento, já que as novas oportunidades de trabalho elevariam a renda, que causariam um aumento de demanda e, como, conseqüência, surgiriam mais negócios. Logo, trabalho, capital e empresas se sentiriam atraídos pelas oportunidades. Assim, o aumento nos lucros elevaria a poupança, alcançando os investimentos e, novamente, os lucros, de modo que seria um processo em que as economias externas seriam favoráveis a sua continuação (FERES; LEMOS; 2005).

Os efeitos descritos acima foram denominados por Myrdal de “efeitos regressivos” (*backwash effects*), os quais agem centralizando o desenvolvimento nas regiões mais ativas em detrimento das demais (BENITEZ, 2004); onde os movimentos migratórios de mão-de-obra, capital e bens e serviços, não conseguem evitar a tendência à desigualdade regional.

Em oposição aos efeitos regressivos, Myrdal também identificou no processo a presença dos “efeitos propulsores” (*spread effects*) centrífugos, os quais são transmitidos do centro de expansão econômica para outras regiões. A região que se encontra em torno de um centro nodal em expansão tende a beneficiar-se de um mercado crescente para produtos agrícolas e pode sentir os efeitos do estímulo ao progresso técnico. Os fornecedores de matérias-primas situados em regiões distintas podem também se beneficiar, inclusive, até a ponto de ver estimulado o crescimento das indústrias de bens de consumo nessas áreas (FIGUEIREDO, 2006). Nesse sentido, as regiões que se beneficiam dos efeitos propulsores atuam como regiões complementares das regiões dinâmicas.

Contudo, Myrdal afirma que os efeitos benéficos serão anulados pelos efeitos regressivos ou de polarização. Acontece que o poder de competição da região mais rica domina a região mais pobre, que é incapaz de competir, além de começar a perder os melhores e mais capacitados elementos de sua força de trabalho. Em função disso, ele supõe que a passagem para uma situação de *spread effects* acaba por nunca se realizar (BENITEZ, 2004).

Por essa razão, no entender de Myrdal as regiões atrasadas não conseguem atrair tipos de atividades que podem gerar o crescimento em virtude dos investimentos se realizarem em função do crescimento esperado da demanda e dos retornos sobre o capital investido. Com isso, as regiões mais dinâmicas, melhores dotadas desses pré-requisitos dos investidores, bem como de economias internas e externas, tendem a aproveitar essas atividades. Logo, o jogo das forças de mercado aumenta e não reduz as desigualdades entre as regiões, segundo a teoria da causação circular cumulativa.

1.1.4 A teoria dos efeitos para frente e para trás

Seguindo a mesma linha de raciocínio de Myrdal, Albert O. Hirschman, argumenta que o desenvolvimento é por natureza desequilibrado. A análise do autor, a qual foi formulada inicialmente no livro *The strategy of economic development* (1958), questiona a viabilidade de empreender-se uma ampla gama de investimento nos diversos setores da economia em um país subdesenvolvido, uma vez que, para tanto, seria necessário dispor de um grande volume de recursos, os quais, exatamente nestes países, apresentam-se bastante escassos (FIGUEIREDO, 2006).

Em seus trabalhos Hirschman defendeu a idéia que os países subdesenvolvidos dispõem de força de trabalho, poupança e capacidade empresarial suficientes para a realização de projetos específicos. A economia, ainda na visão do autor, recente-se de mecanismos de

indução aos investimentos e às inovações tecnológicas. Então, destas constatações o autor chegou à conclusão que incentivar a indução ou a difusão dos estímulos ao crescimento só seria possível com a concepção de crescimento desequilibrado, porque novos desafios poderiam representar estímulos à realização de novos empreendimentos (SOUZA, 1997).

O autor parte do pressuposto de que a necessidade de superação dos gargalos gerados pelo avanço desigual de um setor dá dinâmica ao processo de desenvolvimento. Portanto, a criação permanente de gargalos no sistema produtivo leva ao investimento induzido, que é fundamental no processo de industrialização dos países subdesenvolvidos. Nas palavras de Hirschman (apud Figueiredo, 2006, p. 10):

[...] A cada passo, uma indústria tira vantagem de economias externas criadas pela expansão prévia e, ao mesmo tempo, forma novas economias externas a serem exploradas por outros operadores.

Economias externas emergem das complementaridades dos investimentos (efeitos de encadeamento) e das infra-estruturas econômicas criadas pelo Estado, que reduzem os custos de produção e que se traduzem em maior taxa de retorno para os investimentos (SOUZA, 1997).

A abordagem abre espaço para a ação do investimento induzido, economizando, assim, os recursos escassos e maximizando a capacidade de intervenção do Estado. Assim, como coloca Ray (1998), a idéia de Hirschman é simples, ainda que profunda. Para ele, deve-se seguir uma política deliberada de crescimento não-balanceado, isto é, promover o desenvolvimento de certos setores-chaves da economia, escolhidos com base no número de encadeamentos e em seu poder, bem como em sua lucratividade intrínseca. À medida que os encadeamentos forem originados por esses setores, o mercado responderá a situação não balanceada, realizando espontaneamente outros investimentos (FERES; LEMOS; 2005).

A teoria só prescinde de duas únicas ações de força externa ao mercado. A primeira seria o setor público intervir no caso de haver problemas de oferta no curso desigual do progresso dos setores – especialmente naquelas áreas onde o capital privado não atua (como infra-estrutura de modo geral). Segundo, o Estado deveria também planejar e coordenar todo o processo, buscando incentivar o desenvolvimento dos setores-chave da economia, quais sejam, aqueles que apresentam os maiores efeitos de encadeamento (FIGUEIREDO, 2006).

Surgiu desse modo, a idéia de industrialização sob coordenação do Estado, através do planejamento central, adotando-se uma estratégia de industrialização desequilibrada de Hirschman, com os investimentos sendo concentrados em setores com altos índices de encadeamento da produção e do emprego, ou setores-chave (SOUZA, 1997).

Nesse contexto, Hirschman analisa dois processos de incentivo atuantes no, por ele denominado, setor de Atividades Diretamente Produtivas (ADP) (SILVA, 2004). Analisando esses setores, em uma abordagem pioneira, Hirschman (1961), introduz os conceitos de encadeamentos para trás e encadeamentos para frente. Nos primeiros, também chamados de encadeamentos verticais do processo produtivo, ocorre quando a unidade produtiva compra insumos (*backward effects*) do setor-chave. Já no segundo encadeamento, também chamado de encadeamentos horizontais, ocorre quando a firma ou indústria vende insumos. Os efeitos verticais formam a demanda derivada por insumos. A economia tende a produzir localmente insumos antes importados. Os efeitos horizontais constituem a utilização de produtos como insumos por indústrias novas (SOUZA, 1997).

Esses efeitos permitem a articulação dos elos entre as diversas atividades que integram a estrutura produtiva de determinada economia, conformando suas diversas cadeias produtivas ou cadeias de valor.

Segundo Hirschman, o fato de os efeitos em cadeia de duas indústrias, vistos em conjunto, serem maiores do que a soma dos efeitos de cada indústria isoladamente, não atrapalharia o desenvolvimento devido o seu caráter cumulativo (SILVA, 2004). Assim, pode-se constatar nessa assertiva do autor a semelhança com o conceito de causalção circular cumulativa de Myrdal.

1.1.5 A teoria das etapas de crescimento

Em início da década de 1960, a teoria das etapas de crescimento, formulada por W. W. Rostow (*The stages of economic growth, 1959*), sugeriu que os países passam por cinco etapas de desenvolvimento econômico (SILVA, 2004). As etapas do desenvolvimento econômico de Rostow se baseiam no princípio que cada área geográfica percorreria os mesmos estágios de crescimento mencionados no esquema histórico de Colin Clark, passando de atividades primárias para secundárias e, por fim, terciárias (BENKO, 1999).

As etapas descritas são bem sintetizadas por Souza (1997), quais sejam:

- Etapa 1 – tem-se a *sociedade tradicional*, com baixa produtividade, com uso de instrumentos rudimentares de trabalho. A posse da terra é símbolo de poder e riqueza; ela é o meio de produção essencial.
- Etapa 2 – surge às *precondições para a decolagem ou arranco* ao crescimento auto-sustentado. Elas decorrem da adoção ao de progresso técnico na agricultura e na indústria incipiente, bem como da expansão dos mercados mundiais. Surge o

desejo de progresso na sociedade, pela elevação dos lucros e pela generalização da educação. A classe dominante tradicional sofre a concorrência de grupos industriais urbanos emergentes.

- Etapa 3 – a etapa da *decolagem* ocorre quando as antigas obstruções e resistências ao desenvolvimento regular são superadas. Surgem novas indústrias com altas taxas de crescimento, que geram efeitos de encadeamentos em atividades ligadas tecnologicamente. Lucros crescentes são reinvestidos na produção e em negócios diferentes daqueles onde foram auferidos. Criam-se grupos empresariais e expandem-se os níveis de empregos nos serviços, ajudando a dinamizar o comércio e a indústria produtora de bens de consumo.

- Etapa 4 – a etapa da *marcha para a maturidade*, com um longo crescimento econômico continuado, é aquela em que a economia assimila a tecnologia moderna. Implanta-se a indústria de bens de capital e a economia aumenta suas exportações de produtos manufaturados. A sociedade passa a gerar grande parte da tecnologia que dota em seu processo produtivo. A etapa da *marcha para a maturidade econômica* é aquela em que a economia demonstra capacidade para desenvolver novas indústrias, diferentes daquelas que lhe proporcionaram a decolagem.

- Etapa 5 – corresponde à era do *consumo em massa*, em que os setores de maior crescimento da economia são os que produzem bens duráveis de consumo e os serviços suscetíveis de aumentar o bem-estar da população. Os preços declinam e os salários aumentam, permitindo o consumo em massa (com o automóvel barato, por exemplo). A taxa de lucro declina, mas o lucro absoluto das empresas expande-se pelo aumento das quantidades vendidas. Nessa fase, o Estado procura investir mais na assistência social. É o chamado estado do bem-estar (*welfare state*), característico dos anos de 1950/1970, nos países desenvolvidos.

As etapas de desenvolvimento de Rostow não possuem demarcações nítidas no tempo, mas se observam superposições, pela interação comercial e tecnológica entre as nações. Como coloca Souza (1997), a ação das empresas multinacionais, o efeito demonstração no consumo, a substituição de importações e a importação de tecnologia podem acelerar as diferentes etapas, sem que as fases precedentes tenham sido vencidas.

Contudo, têm sido áspers as críticas as etapas sugeridas por Rostow. Hagen (1971) coloca duas críticas fundamentais:

1. Pelo conteúdo limitado ou pela natureza tautológica da maior parte das distinções que faz entre seus estágios. À medida que uma pessoa procura cuidadosamente as

distinções entre as etapas, estas, na maioria desaparecem. Assim, por exemplo, o alto consumo em massa demonstrar existir em qualquer tempo, relativamente há tempos anteriores.

2. Pela invalidade de um único critério quantitativo. A suposta onda ascendente na taxa de investimento (e presumivelmente, também a taxa de crescimento) durante um período crucial de decolagem, demonstra existir somente em alguns países. Os fatos nos demais lugares contradizem os esquemas.

Principalmente por essas duas críticas os esquemas de Rostow são rejeitados por diversos autores. Porém, seus ensaios apresentam sugestões valiosas e perceptíveis das mudanças que devem ocorrer para que um país, anteriormente tradicional, passe a ser tecnicamente progressista.

1.1.6 A teoria neoclássica de crescimento

A teoria do crescimento econômico neoclássica focaliza sua atenção, basicamente, sobre os fatores econômicos tradicionais considerados determinantes no processo de crescimento: capital físico e trabalho. A seguir serão discutidos alguns aspectos da teoria neoclássica do crescimento, que foi estabelecida a partir do Modelo de Solow-Swan. Esta seção servirá principalmente para entender os avanços na teoria que foram úteis nas formulações de estratégias futuras de desenvolvimento regional.

Os modelos de crescimento econômico de tradição neoclássica possuem entre outras, as seguintes características: i) a economia é fechada e os mercados são concorrências; ii) a tecnologia de produção exhibe retornos decrescentes para os fatores tomados separadamente e retornos constantes quando tomados conjuntamente; iii) o crescimento da população e do fator trabalho é dado exogenamente; iv) não há um papel produtivo distinto para o capital humano e para a política governamental (FILHO; CARVALHO, 2001).

Seguindo a explicação de Filho e Carvalho da Teoria Neoclássica, tem-se a apresentação da estrutura básica do modelo neoclássico através da equação:

$$\text{Eq. (1)} \quad Y(t) = F[(K(t), L(t), t)],$$

$Y(t)$ é o fluxo de bens produzidos no tempo t . Há um único setor produtivo que produz um produto homogêneo que se destina ao consumo, $C(t)$, ou ao investimento, $I(t)$, criando novas unidades de capital físico, $K(t)$. Como a economia é fechada, o produto é igual à renda e a poupança é igual ao investimento. A fração do produto que é poupada é dada por s ; logo $(1 - s)$ é a fração consumida. Contudo, a taxa de poupança é definida exogenamente e

é constante. Por outro lado, o capital se deprecia a uma taxa exógena e constante $\delta > 0$, em cada período de tempo. O incremento do capital físico é dado, então, por, ainda na explicação dos autores acima citados:

$$\mathbf{K}' = \mathbf{I} - \delta\mathbf{K} = \mathbf{s} \cdot \mathbf{F}(\mathbf{K}, \mathbf{L}, \mathbf{t}) - \delta\mathbf{K}, \text{ onde:}$$

$$\mathbf{K}' = \frac{dk}{dt} \text{ e } 0 \leq \delta \leq 1.$$

A equação acima determina a dinâmica de \mathbf{K} para uma dada tecnologia e força de trabalho. A força de trabalho varia de acordo com a dinâmica populacional; contudo assume que essa cresce a uma taxa exógena e fixa. Para simplificar, tem-se que a população é tomada como *proxi* da força de trabalho no tempo \mathbf{t} e corresponde a:

$$\mathbf{L}(\mathbf{t}) = \mathbf{e}^{\gamma \mathbf{t}}$$

Dado $\mathbf{L}(\mathbf{t})$ pela equação acima, sendo o progresso tecnológico ausente, pode-se determinar a trajetória temporal do capital \mathbf{K} , e do produto \mathbf{Y} .

As principais conclusões de tais modelos são: i) a tecnologia, apesar de exogenamente dada é a única força que de fato conta para o crescimento da renda *per capita*; ii) os determinantes da propensão a poupar não aparecem sobre a taxa de crescimento de equilíbrio; iii) a propensão a poupar afeta apenas o nível da renda e consumo; iv) o mesmo é concluído implicitamente com relação às políticas governamentais que afetam a propensão a poupar (FILHO; CARVALHO, 2001).

O modelo de crescimento neoclássico, com suas hipóteses básicas de progresso tecnológico exógeno, poupança exógena e retornos marginais decrescentes dos fatores de produção, tem como resultado principal a tendência ao estado estacionário. Dessa forma, as possibilidades de crescimento econômico dos países mais ricos, supondo um determinado nível tecnológico constante, tenderiam a se esgotar devido à queda na taxa de retorno dos novos investimentos. Assim, países que possuem idênticas preferências e tecnologia, mas que estejam em estágios diferentes de uso dos fatores de produção, cresceriam a taxas diferenciadas; já os países relativamente mais pobres cresceriam a taxas maiores e acabariam alcançando os mais ricos em termos de renda *per capita* (*convergência absoluta*). Assim, existiria apenas um ponto de equilíbrio estável e todas as economias teriam o mesmo nível de renda *per capita* no longo prazo (RIBEIRO; JÚNIOR, 2003).

A convergência absoluta considera que as economias atrasadas tendem a crescer a taxas mais elevadas do que as economias ricas e que, portanto, em algum momento do tempo os países pobres acabariam alcançando o nível de renda *per capita* dos países ricos.

A deficiência desta noção de convergência é supor que tanto os países ricos como os pobres possuem idênticas tecnologias, preferências, instituições políticas e outras características econômicas. Ou seja, que estas economias tenderiam para um mesmo nível de estado estacionário e que, apenas temporariamente, estariam em estágios distintos de seu crescimento potencial (RIBEIRO; JÚNIOR, 2003). Em outras palavras, o modelo neoclássico desconsidera a importância das políticas públicas específicas para reduzir as desigualdades entre países e regiões; admiti-se que às próprias forças de mercado conduziriam para um processo natural de convergência da renda *per capita*.

Apesar dessa expectativa de convergência entre as nações, o que se tem observado em diversos trabalhos empíricos é que há pouca evidência sobre a hipótese da convergência de PIB *per capita*, quando se toma um grande número de países no mundo. Mesmo quando a convergência é observada ela ocorre dentro de grupos específicos de economias as taxas de convergências são baixas, ou seja, este processo de convergência é relativamente lento (FILHO; CARVALHO, 2001).

A teoria neoclássica também é criticada por Romer (1986) que contesta a validade da hipótese de convergência absoluta e reabre o debate sobre o papel da mudança tecnológica no crescimento econômico. Romer argumenta que, se os efeitos *spillovers* do conhecimento ocorrem na produção, economias com maior grau de capital humano podem apresentar ganhos continuados de produtividade. Neste caso, a função de produção dessas economias teria retornos crescentes. Isso teria como implicação o fato que as economias ricas, com maior nível de renda e, também, de capital humano, poderiam continuar relativamente mais ricas do que as economias atrasadas, de forma que a distância entre elas possivelmente aumentaria, levando à existência de convergência condicional ou à formação de clubes de convergência com rendas per capita distintas (RIBEIRO; JÚNIOR, 2003).

Esse foi o ponto central das críticas a teoria neoclássica do crescimento: o relaxamento do axioma de rendimentos constantes em benefício dos rendimentos crescentes. A partir daí, fatores antes considerados exógenos na determinação do crescimento econômico passaram a ser endógenos a função de produção, levando fatores como capital humano, conhecimento, informação, pesquisa e desenvolvimento, etc. a dividirem com os fatores de produção capital e trabalho, a tradicional função (AMARAL FILHO, 1996).

As idéias endogenistas que precederam a década de 80 têm um universo imenso. Nele, tem-se, por exemplo, Marshall (1982) que associa “economias ou deseconomias externas aos rendimentos crescentes ou decrescentes” e que analisa, por consequência, a influência da educação, organização, saúde, estudo, etc. sobre o aumento da eficiência do

sistema produtivo e o aumento da riqueza; de um ponto de vista mais dinâmico, tem-se Shumpeter (1982), que analisa o papel fundamental das inovações no crescimento econômico, em uma perspectiva virtuosa de “destruição criadora”; Smith (1983), que associa “economia social a rendimentos crescentes”; e, ainda, Arthur (1994) e Krugman (1991; 1995; 1996) que incorporaram as idéias marshallianas de “economias externas”, e isso não apenas no sentido pecuniário, mas também no tecnológico¹ (AMARAL FILHO, 1996; 2001).

Contudo, a grande ênfase a nova teoria do crescimento foi dada quando economistas neoclássicos, ou novos clássicos (dentre os quais Robert Lucas e Paul Romer)², reconheceram a existência de rendimentos crescentes, e que estes seriam provocados por outros fatores de produção, além dos tradicionais capital e trabalho (AMARAL FILHO, 1996). O fato é que essa crítica ter surgido dentro da própria ortodoxia foi fundamental para conferir peso acadêmico à nova teoria.

A Nova Teoria foi derivada, de um lado, da evidência empírica que contradizia a idéia da convergência das rendas *per capita*. De outro, pela pressão muito forte exercida de idéias e preocupações antigas propagadas entre os teóricos novos clássicos (Lucas, Romer, etc.), as próximas da concorrência imperfeita (Krugman, Arthur, etc) e os evolucionistas-institucionalistas regionais (Schmitz, Becattini, etc) (AMARAL FILHO, 2001).

Assim, o fato novo dos estudos sobre desenvolvimento é o abandono da hipótese de retornos decrescentes e a inclusão de novas variáveis explicativas na função tradicional de produção; nascendo daí a Teoria do Crescimento endógeno, onde se tem o surgimento de novas proposições para a consecução do desenvolvimento regional sustentável a partir das novas tendências locais oriundas das mudanças ocorridas na economia mundial.

A seguir serão apresentadas as novas proposições sobre desenvolvimento regional surgidas nas últimas duas décadas a partir do surgimento da Teoria do Crescimento Endógeno, bem como será mais bem apresentado esse novo modelo de crescimento e suas particularidades para a economia brasileira.

¹ Separam-se as “economias externas” em duas partes: economias externas pecuniárias e economias externas tecnológicas. A diferença entre os dois tipos está no fato de a primeira ser transmitida via mercado, mediante a intermediação de preços, e a segunda ser transmitida diretamente pelas empresas, caracterizando essas últimas pela ausência de controles sobre as quantidades recebidas dessas externalidades e sobre a decisão do agente que as emite (AMARAL FILHO, 2001).

² A confirmação da nova teoria no *mainstream* ocorreu com a aula magna proferida pelo professor Robert Lucas (Universidade de Chicago) na Universidade de Cambridge, em 1985, e a tese de doutorado de P. Romer (1985) (AMARAL FILHO, 1996). Uma análise profunda sobre a contribuição dos autores a nova teoria do crescimento endógeno será efetuada posteriormente.

1.2 Novas proposições sobre desenvolvimento regional

1.2.1 Efeitos locais dos processos globais

O contexto econômico mundial a partir da segunda metade dos anos 80 passou por transformações marcantes. Chesnais (1995) ressalta em particular: baixas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deflação, conjuntura mundial extremamente instável, alto nível de desemprego estrutural, marginalização de regiões inteiras em relação ao sistema de trocas e uma concorrência internacional cada vez mais intensa.

Desse cenário de transformações, o que merece destaque, por seus impactos diretamente no desenvolvimento regional, são os processos de globalização e especialização flexível³.

O processo de globalização foi esboçado inicialmente no século XVI com o desenvolvimento das companhias de comércio longínquo. Sendo aprofundado no século XIX com o Pacto Colonial e o incremento dos investimentos europeus no mundo e acelerado depois de 1945 com a gradual diminuição dos obstáculos às trocas (progresso dos transportes, formação de blocos econômicos, dentre outros processos) (BENKO, 1999).

Contudo, foi ao longo da década de 80 que esse termo se disseminou. Inicialmente em algumas escolas de empresas – as *business schools* – de influentes universidades norte-americanas veio à tona como linguagem de administradores. Theodore Levitt, da Universidade de Harvard, foi um dos primeiros a utilizar o termo globalização na década de 80. Na revista *Harvard Business Review* ele argumentava que as empresas deveriam ter uma estratégia única de produção e marketing em escala mundial devido à tendência de homogeneização da demanda. Os melhores exemplos do sucesso dessa estratégia seriam a Coca-Cola e a Pepsi, bebidas produzidas e divulgadas no mundo inteiro da mesma forma (SENE, 2004).

Logo após, o termo globalização (e as decorrentes políticas econômicas) se difundiu atrelado ao discurso neoliberal veiculado por instituições internacionais, como o

³ Chesnais (1995) não cita explicitamente o processo de especialização flexível, mas menciona suas consequências (alto nível de desemprego estrutural e marginalização de regiões inteiras) e faz uma análise do processo ao longo do seu estudo.

Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (Bird), e ao longo da vigência do chamado Consenso de Washington⁴.

Quando esse termo foi incorporado pela mídia internacional, especialmente ao longo da década de 1990, difundiu-se rapidamente pelo mundo. Nessa década, muitas tecnologias que começaram a serem desenvolvidas desde a Segunda Guerra foram popularizadas ou se incorporaram integralmente ao processo. Foi o caso dos computadores, principalmente ligados à tecnologia da informação e do conhecimento; da robótica, que garantiu um enorme ganho de produtividade para o capitalismo; das tecnologias de comunicação, como Internet, que possibilitou rapidez na circulação de capitais e informação; dos avanços nos transportes, que permitiram maior velocidade na circulação de mercadorias e pessoas, além do aumento no peso transportado, com o conseqüente barateamento dos custos (SENE, 2004).

Antes de se fazer uma análise mais aprofundada das discussões do processo, deve-se entender a globalização como um estágio mais avançado do processo histórico⁵ de internacionalização; processo este que teve uma fase embrionária já no século XVI, mas que alcançou a partir dos anos 1980 um estágio que muito se diferencia de todas as suas outras fases.

Não há consenso entre os pesquisadores nem mesmo quanto a melhor palavra a ser utilizada para se definir esse processo. Nos países que falam a língua portuguesa, o termo globalização se enraizou. Seguindo o percurso semelhante de autores de língua espanhola que utilizam o termo *globalization* e os de fala alemã, *globalisierung*; já os países de língua francesa resistem em utilizá-lo, para determinar o mesmo fenômeno usam o termo *mondialisation* (mundialização).

Chesnais (1995) explica que o termo mundialização apresenta-se como uma fase mais específica de um processo muito mais longo de constituição do mercado mundial, ao contrário do termo globalização, o qual é vago e cheio de conotações. Segundo o autor, o termo mundialização remete ao conceito de capital, sendo consistente em registrar o fato de que parte dos segmentos mais decisivos dos mercados financeiros são mundializados, com modalidades e instrumentos variados.

⁴ “Medidas de cunho liberal, como privatizações, redução do papel do Estado na economia, abertura econômica, entre outras, propostas a partir de um seminário, realizado em Washington DC em 1990, que reuniu economistas do governo norte-americano e de instituições internacionais como o FMI e o Bird” (SENE, 2004, p. 35).

⁵ Esse movimento histórico cobre três etapas: A primeira, a internacionalização, que está ligada ao desenvolvimento dos fluxos de exportação. A segunda, a transnacionalização, liga-se aos fluxos de investimentos e das implantações no estrangeiro. A terceira fase, ou *globalização*, corresponde a instalação das sedes mundiais se produção e de informação (BENKO, 1999).

Como o inglês é a língua internacional, em face da hegemonia norte-americana, a língua da globalização ficou sendo o inglês. Sendo então utilizado para definir esse processo capitalista o vocábulo originário nessa língua: *globalization*. No Brasil, devido à influência cultural e econômica dos Estados Unidos, o termo globalização acabou se disseminando.

Globalização ou mundialização? O que será importante para os objetivos do trabalho será fazer um resumo desse processo em sua fase atual, para que se possa compreendê-lo, e interpretar seus efeitos locais⁶.

Muitos autores afirmam que a globalização pode ser compreendida como uma nova era econômica. Benko (1999) afirma que essa visão pode ser justificada por três características desse fenômeno que são elementos essenciais: 1. Um mercado *unificado*, já que a economia mundial vai transformando-se numa zona única de produção e de trocas; 2. Empresas mundializadas, gerando sobre uma base planetária a concepção, a produção e a distribuição de seus produtos e serviços; 3. Um quadro regulamentar e institucional ainda muito inadequado, visto que carece de um mecanismo de regulação que permita controlar em escala planetária a interdependência econômica e política.

Coutinho (1995) vai mais longe que Benko e lista cinco processos correspondentes à globalização e suas conseqüências, quais sejam resumidas:

- 1) Aceleração intensa e desigual da mudança tecnológica entre as economias centrais;
- 2) Reorganização dos padrões de gestão e de produção de tal forma a combinar os movimentos de globalização e de regionalização;
- 3) Difusão desigual da revolução tecnológica, reiterando os desequilíbrios comerciais e de balanço de pagamentos, resultando num policentrismo econômico que substitui a bipolaridade nuclear do pós-guerra e se expressa na fragilização do dólar *vis-à-vis* o fortalecimento do iene e do marco;
- 4) Significativo aumento do número de oligopólios globais, dos fluxos de capitais e da interpenetração patrimonial (investimentos “cruzados” e aplicações financeiras por não-residentes) dentro da tríade (Estados Unidos, União Européia e Japão);
- 5) Ausência de um padrão monetário mundial estável, no contexto de Taxas cambiais flutuantes, especulação e os mecanismos de neutralização (derivativos), os quais não são capazes de prevenir a possibilidade de rupturas sistêmicas.

⁶ Será utilizado ao longo do trabalho o termo globalização, devido este ter se consolidado e mundialização, não.

São inúmeras as conseqüências desse processo apontadas por diversos autores. Mathieson e Rojas-Suárez (1993) defendem que os movimentos de capital⁷ dos países desenvolvidos para os em via de desenvolvimento aumentam a eficiência da alocação de recursos mundiais. Em contrapartida, a CEPAL (apud DEVLIN et al., 1997, p.20) atenta que a expansão da receita global pode aumentar ainda mais a poupança interna e o investimento, criando desse modo um círculo virtuoso no qual há uma expansão econômica sustentada, com a eliminação, por fim, da dívida externa líquida e a transformação do país em um exportador de capital. Já Lerda (1996), Carcanholo (2001), Sene (2004) e outros defendem a idéia de que o fenômeno da globalização afeta de forma adversa à soberania do moderno Estado-nação; idéia esta que é cada vez mais aceita em diversos círculos acadêmicos. Para Sene, outros atores, velhos e novos, no cenário político e econômico internacional têm crescentemente usurpado parte do poder e da autoridade do Estado-nação, que assim tem perdido soberania. Esses atores são os organismos intergovernamentais, como o Banco Mundial, o FMI e a Organização Mundial do Comércio (OMC); as grandes empresas transnacionais: indústrias, bancos, fundos e pensão, corretoras de valores, entre outras; as organizações não governamentais, como o *Greenpeace*, a Anistia Internacional e a Transparência Internacional; os blocos regionais de comércio como a União Européia, o Nafta e o Mercosul. Assim, o Estado é forçado a dividir constantemente seu poder e autoridade com outros autores.

Contudo, uma das características centrais do processo de globalização é o surgimento do conceito de especialização flexível. Esse conceito surge da constatação de que o antigo regime de produção fordista, em massa e verticalizado, fora substituído por outro baseado na produção flexível.

No conceito de especialização flexível tanto o capital quanto a mão-de-obra deverão se prestar a propósitos cada vez mais gerais e serem capazes de operar dentro de contextos que exigem rápidas mudanças para a criação de novos produtos, novos processos e novos métodos de organização. Essas mudanças nascem da competição internacional, das freqüentes alterações nos padrões da demanda em direção a produtos mais diferenciados e de melhor qualidade (GALVÃO, 1998).

⁷ A abertura da conta de capitais e a posterior movimentação de capitais correspondem a uma das características do processo de intensificação da internacionalização financeira, o qual ficou conhecido como globalização financeira. Chesnais (apud CARCANHOLO, 2001, p.3) aponta ainda as seguintes características da globalização financeira: abertura e desregulamentação dos mercados de ações, pela incorporação dos mercados emergentes dentro da circulação internacional do capital, pelos choques financeiros e cambiais de maior intensidade e surpreendente crescimento dos derivativos.

Foram criados nesse regime novos processos produtivos, novas relações de produção e novos produtos. Na esfera da produção e do trabalho, a utilização de novas tecnologias se materializa pelo desenvolvimento e difusão de máquinas e sistemas de equipamentos mais flexíveis. Com o desenvolvimento da eletrônica e das tecnologias da informação, as máquinas especializadas (com trabalhadores qualificados) são substituídas por robôs capazes de efetuar todo um conjunto de operações diferentes, podendo passar de uma operação para outra (máquinas inteligentes). A flexibilidade tecnológica significa, pois, que a produção de uma máquina pode ser modulada e adaptada às flutuações dos volumes e da composição da demanda. Nessas condições próprias de estabelecimento de multiprodutos, o ciclo de vida de uma máquina pode ser dissociado do ciclo de vida de um produto e as economias de variedade aumentam, tendo por corolário uma redução significativa dos riscos de investimento. Paralelamente, a alocação de trabalho pode variar por causa do desenvolvimento da fabricação sobre cada máquina, permitindo assim aumentar a intensidade de utilização das diferentes máquinas de uma oficina (SENE, 2004; BENKO, 1999).

Essa nova ordem industrial, que afetou inicialmente as grandes corporações transnacionais, caracteriza-se por uma grande flexibilidade organizacional, tanto em níveis de processo interno de produção – mediante o uso de tecnologias que possibilitam rápidas mudanças no perfil da oferta de bens produzidos – quanto em nível locacional – consubstanciada na tendência da localização das diversas operações da firma transnacional em diversas partes do mundo (GALVÃO, 1998).

Ainda se podem apontar como características do modelo de especialização flexível:

- 1) Na produção flexível existe uma maior diferenciação do produto e o aceleração da inovação na produção, assim como no encurtamento do ciclo de vida do produto (BENKO, 1999);
- 2) Possibilidade de um único operário operar simultaneamente várias máquinas, alterando a relação unitária homem / máquina do fordismo;
- 3) Nesse novo método organizacional, cada equipe é encarregada de todo o processo produtivo e tem sobre ele o controle de qualidade, através dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ). Esse controle leve a baixar significativamente os defeitos das peças, além de reduzir o próprio número de trabalhadores (SENE, 2004);
- 4) Sistema *just in time* e o *kanban*. O primeiro busca estabelecer uma sintonia fina entre a fábrica e os fornecedores de peças, componentes e matérias-primas, eliminando ou reduzindo drasticamente os estoques. O segundo procura

racionalizar os fluxos de peças, componentes e matérias-primas no interior da fábrica entre as diversas seções ou equipes de trabalho (SENE, 2004);

5) Os novos modelos de organização utilizam trabalhadores qualificados polivalentes, operando de maneira permanente em tempo integral, uma vez que é nesses trabalhadores que repousa a continuidade da produção e em que não raro é a eles que compete a manutenção do equipamento industrial. Espera-se desses trabalhadores permanentes que sejam adaptáveis, flexíveis e, se necessário, geograficamente móveis (BENKO, 1999).

6) A estrutura da fábrica passa a ser horizontal. A economia de escala, desenvolvida no interior da grande planta fabril, típica da produção fordista, gradativamente foi superada pela economia de escopo, de produção descentralizada em escala nacional e mundial e, muitas vezes, em plantas menores (SENE, 2004).

Feita a apresentação do fenômeno da globalização e da especialização flexível, cabe agora apresentar os efeitos locais desses processos globais, os quais são:

1. Esses processos estão causando mudanças na organização e gestão da mão-de-obra, suscitando o surgimento de um novo trabalhador. Este trabalhador que surge é mais qualificado e tem um maior nível escolar para ser capaz de assimilar as novas informações e as complexidades tecnológicas. Cabe colocar que também há quem argumente que está havendo uma degradação do trabalho. A justificativa dos adeptos dessa corrente de pensamento é que as inovações tecnológicas e organizacionais contemporâneas estão dispensando a destreza e a habilidade do trabalhador, ocasionando a diminuição da importância do trabalhador qualificado no processo produtivo. Ao mesmo tempo, as tarefas mais nobres e mais complexas do processo produtivo estão ficando confinadas a um grupo seleto de trabalhadores, ou são crescentemente assumidas pela máquina ou por robôs, todas essas tarefas sendo executadas pelos comandos de um programador (GALVÃO, 1998).

2. Descentralização e fragmentação da produção: Na primeira consequência as grandes empresas são desmembradas em plantas menores, ou na forma de subsidiárias instaladas em diversas regiões do país ou de outras nações. A segunda tendência, que também é praticada pelas grandes empresas, tem se manifestado em grande variedade de formas, destacando-se entre as mais importantes a terceirização, a sub-contratação e a prática de *outsourcing* (busca de fornecedores externos de insumos, peças, componentes e serviços, antes na própria empresa) (GALVÃO, 1998);

3. A descentralização e a fragmentação da produção estão criando oportunidades para o aparecimento de pequenas e médias firmas, tanto em regiões industrializadas quanto

nas menos desenvolvidas. As pequenas e médias firmas surgem ligadas ou controladas pelas grandes corporações ou operando independentemente, atuando em nichos de mercado ou até concorrendo nos mesmos mercados que as grandes corporações. Em todas as partes do mundo o aparecimento das pequenas e médias firmas tem sido visto como uma conseqüência positiva do processo de reestruturação em curso, pela capacidade que têm tais firmas de gerarem um grande número de empregos, minimizando os efeitos negativos da tendência de liberalização de mão-de-obra que está ocorrendo nas grandes corporações (GALVÃO, 1998);

4. Desterritorização das atividades econômicas: possibilitada pelo novo “paradigma tecnológico”, a grande firma moderna procura localizar cada segmento das suas operações no local mais apropriado e também comprar de seus fornecedores em quaisquer partes do mundo, em busca de melhores oportunidades (GALVÃO, 1998; BENKO, 1999);

5. Novos padrões de localização da produção: As firmas modernas estão centradas na inovação e incorporação de novas tecnologias e têm menor dependência em relação aos fatores de localização tradicionais como mercado, insumos e trabalhadores (GALVÃO, 1998);

6. A emergência de aglomerações de empresas em certos locais ou regiões decorre, em grande parte, da tendência da desintegração da grande empresa. Em vários países do mundo grupos de empresas estão se aglomerando e passando a desenvolver fortes relações baseadas na complementaridade, na interdependência, cooperação e na troca de informações (GALVÃO, 1998);

7. Políticas Locais de Desenvolvimento na ordem do dia. As novas estratégias de desenvolvimento regional e local tentam assegurar a mobilização endógena dos recursos e aumentar a capacidade de inovação e de adaptação das regiões envolvidas (BENKO, 1999; AMARAL FILHO, 2001);

8. Existência de regiões ganhadoras economicamente. As regiões do tipo “redes de distritos” (como por exemplos Munique e Milão) são os padrões das regiões que ganham. Em contrapartida, as regiões com imenso distrito de redes com articulação por vezes tão pouco evidentes (como exemplo Los Angeles) estão perdendo espaço. Então, as regiões só conseguirão ganhar na competição econômica internacional se souberem suscitar esse tipo de “regiões que ganham” (BENKO, 1999).

O certo é que as atividades econômicas, em um mundo crescentemente integrado buscam as localidades mais lucrativas, recriando o local e aumentando a competição regional. Essa busca se dá também em um contraditório contexto de mudança do Estado-Nação. Neste contexto, aumentam às transferências das negociações do capital-trabalho da instancia

nacional e coletiva, com a quebra das legislações nacionais, para a localidade, a empresa, a firma, os indivíduos, tornando a localidade o lugar da regulação e organização institucional; onde ocorrem novas formas de segmentação do trabalho; mudanças nas políticas de bem estar; aumento da autonomia financeira das autoridades; políticas locais de promoção do desenvolvimento (PRADO; CAVALCANTI, 2000). Assim, o local aparece como instância intermediária entre o nível macroeconômico do sistema nacional e o nível micro-econômico da empresa ou do ator (CONTI, 1995).

Nasce da importância da região o conceito de “cidade global”. Partindo do princípio de que existem laços muito estreitos entre a rede mundial das empresas capitalistas e a das grandes cidades; sendo estas últimas consideradas como os “centros geográficos privilegiados” de uma economia capitalista globalizada. O conceito de “cidade global” apóia-se na existência de uma hierarquia funcional entre as cidades no contexto da economia capitalista mundial, reconhecendo funções supralocais (BENKO, 1999).

O ajuste que vem ocorrendo com a globalização e a reestruturação produtiva trouxe inúmeras consequências locais. Influenciada pelo desenvolvimento vertiginoso de comunicação e da informática, a nova configuração das relações produtivas praticamente não guardou semelhança com o observado uma década antes; alterando as próprias maneiras como as localidades participam do jogo econômico a mudanças em curso provocou processos de ajustes muito fortes nas economias regionais. Tendendo a alterar os requisitos locais, especialmente daquelas atividades mais intensivas em conhecimentos (AZONNI; FERREIRA, 1997; DINIZ, 1995).

Assim, um balanço do sentido que adquiriu o conjunto dos movimentos espaciais da indústria nas décadas de 80 e 90 deve chamar atenção para os novos determinantes impostos pelo avanço da globalização e da reestruturação produtiva para promoção do desenvolvimento regional. As observações a serem efetuadas no decorrer desse Capítulo I permitem formar um quadro geral da problemática dos novos determinantes do desenvolvimento regional.

1.2.2 Novas tendências locais

As mudanças em curso trouxeram, em termos de localização espacial da atividade econômica, inúmeras consequências relevantes. Essas consequências são estudadas por diversos autores (Paul Krugman, Masahisa Fujita, Anthony Venables, Arthur, dentre outros).

Todavia, Paul Krugman (1991; 1995; 1998) é sem dúvidas um dos notórios estudiosos do assunto com os seus princípios teóricos da Nova Geografia Econômica (NEG); cabendo antes de expor às novas tendências locacionais fazer uma breve apresentação da NEG.

Como se sabe, as questões relacionadas à localização da atividade econômica ocupam lugar central nas teorias e nos modelos tradicionais que dominaram a Ciência Econômica Regional até recentemente. Essas teorias, as quais estão relacionadas a autores como Von Thünen, Weber, Preddöl, Cristaller, Lösch e Isard, apesar de terem dominado o cenário acadêmico encontram limites ao tentar explicar o processo de localização e de endogenização regional por não conseguirem apreender a complexidade dos processos concretos e dinâmicos da concentração das atividades econômicas sobre um determinado espaço (AMARAL FILHO, 2001).

As teorias tradicionais são desprovidas do mecanismo dinâmico do auto-reforço endógeno (*self-organization*) formado pelas economias externas geradas nas aglomerações industriais. Como coloca Krugman (1995), essas teorias apenas se limitam a quantificar custos e lucros para definirem a localização ótima a firma em uma determinada região.

Considerando a fragilidade de reconhecer o dinamismo da localização industrial dessas teorias tradicionais devido a sua escolha metodológica, Paul Krugman empenhou-se para refazer a teoria da localização; sem menosprezar a importância dos custos de transporte, tão importantes na teoria tradicional.

O formulador da NEG aproveitou a força das idéias de Myrdal e de Hirschman⁸ e deu uma maior formalidade. Para isso, o autor incorporou as idéias marshallianas de economias externas nos sentidos pecuniários e no tecnológico, encarou a discussão a respeito dos rendimentos crescentes e lançou mão de poderosos instrumentos matemáticos para formular seus modelos. Além de ilustrar suas teses com estudos de casos americanos, entre os quais o famoso caso do Silicon Valley⁹ (AMARAL FILHO, 2001).

A força das idéias de Marshall está claramente presente em Krugman no clássico *The Role of Geography in Development* (1998) em que ele considera a força das economias

⁸ As idéias de Gunnar Myrdal (1957), com a “Teoria da causação circular cumulativa”, e Albert O. Hirschman (1958), com a “Teoria dos efeitos para frente e para trás”, foram apresentadas nesse trabalho em páginas anteriores.

⁹ Ao referir-se a experiências com êxitos de desenvolvimento regional ou local, a primeira caricatura que vem a mente é a da Silicon Valley nos EUA. O Silicon Valley é um bom exemplo de Cluster de firmas de alta tecnologia onde se tem uma ampla base de conhecimento local (AMARAL FILHO, 2001; GIULIANI, 2005).

externas para explicar os fenômenos de desconcentração e concentração das atividades industriais.

Segundo o autor da NEG existiriam “forças centrífugas”, que levariam a desconcentração de algumas atividades econômicas, e “forças centrípetas”, as quais reforçariam a concentração econômica. Dentre as primeiras forças se tem fatores imóveis, renda das terras e deseconomias externas. Já no segundo conjunto de forças se destacam o tamanho do mercado, as economias externas e o tamanho do mercado de trabalho (KRUGMAN, 1998).

È interessante colocar que a NEG reconhece que há uma *abertura de janelas de oportunidades* para que regiões e locais fora dos grandes eixos de aglomeração fordista, ou fora da dualidade centro-periferia, pudessem engendrar processos de desenvolvimento. Surgindo daí a defesa de autores por políticas de implantação de distritos industriais do tipo marshalliano, os quais são grandes fontes de economias externas; como no caso dos distritos industriais surgidos em algumas regiões da Itália (AMARAL FILHO, 2001).

Ainda se pode acrescentar da NEG a recuperação vigorosa das noções de intertemporalidade e de irreversibilidade na trajetória do desenvolvimento econômico. O que significa dizer que o passado influencia o presente, que esse influencia o futuro (intertemporalidade), que as propriedades do tempo zero não coincidem com as propriedades do tempo um, e assim sucessivamente (irreversibilidade), de tal forma que a situação de equilíbrio do tempo zero dificilmente será recuperada no tempo um (AMARAL FILHO, 2001).

Em suma, a NEG apresenta-se como uma nova forma de interpretar a localização das atividades econômicas. Forma esta que leva em consideração às economias externas marshallianas e não despreza o papel da “história” das localidades; sem, contudo, desprezar a importância das localidades na criação de oportunidades de desenvolvimento.

Após essa breve apresentação da NEG de Krugman resta apresentar as novas tendências locacionais, as quais estão baseadas nos princípios da citada teoria.

Em primeiro lugar, as transformações das últimas décadas tiveram como resultado deslocar parcela do parque industrial para periferia das metrópoles. As razões maiores desta

“interiorização” são as *deseconomias de aglomeração*¹⁰ das grandes cidades (PACHECO, 1999).

Em segundo lugar, tem-se uma tendência de manter nas antigas áreas industriais exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico, ou que, por diversas razões, demande mão-de-obra de maior qualificação (PACHECO, 1999). Esse fato decorre das melhores condições para localização de atividades de alta tecnologia estão predominantemente nas áreas de concentração industrial (DINIZ, 1995).

Por fim, nos últimos anos vem sendo observado o crescimento da importância das aglomerações industriais. As transformações na economia mundial vêm induzindo à expansão de setores fortemente sustentados na ciência e na técnica, com reduzida ou inexpressiva demanda de recursos naturais. O requisito locacional destes setores está articulado com a presença de centros de ensino e pesquisa, mercado de trabalho profissional, relações industriais articuladas geograficamente, facilidade de acesso, base educacional e cultural, clima de negócios, concentração dos recursos de pesquisa, entre outros. Embora estes recursos possam ser encontrados em localizações dispersas, tendem a se restringir à região com aglomerações (DINIZ, 1995).

Os benefícios oriundos das aglomerações industriais serão analisados na seção deste artigo que aborda os Distritos industriais e *Clusters*.

Como resultado global das novas tendências locacionais está sendo observado o crescimento da literatura especializada no tema desenvolvimento regional em formular novas teorias sobre desenvolvimento regional que possibilitem maior adequação ao cenário vigente.

1.2.3 Nova teoria sobre desenvolvimento regional

Foi visto que a teoria tradicional do crescimento baseava-se em uma função de produção na qual o volume da produção (Y) era função de dois fatores, Capital (K) e Trabalho (L), podendo ainda se agregar, no máximo, Terra (N): $Y=f(K,L)$. Esta fórmula era válida tanto para a firma quanto para o conjunto da economia. Para obter uma variação no volume da

¹⁰ Por *deseconomias de aglomeração* entende-se um conjunto de variáveis entre as quais se destacam os maiores custos de transporte, de terrenos, de serviços e de infra-estrutura urbana, incluindo-se outras que provocam alteração na organização da produção e na sua produtividade, como maiores dispêndios de tempo com transporte, ampliação do poder sindical da classe trabalhadora, questões ambientais, com deteriorização das condições de vida nos grandes centros urbanos, queda na produtividade do trabalho, dentre outros (PACHECO, 1998).

produção (dY) era suficiente que houvesse uma soma de pequenas variações dos dois fatores que podiam ser medidos por coeficientes chamados de produtividades marginais dos fatores. Além disso, alguns axiomas se encarregavam de condicionar essa função de produção dentro de um comportamento linear, como: homogeneidade e linearidade dos fatores e rendimentos constantes (AMARAL FILHO, 1996).

O fato novo dos estudos sobre crescimento, como já foi mencionado, é o abandono do axioma de retornos constantes e a inclusão de novas variáveis explicativas no modelo. Os primeiros trabalhos de crescimento endógeno foram os de Romer (1986), que enfatiza as externalidades da acumulação de capital; Lucas (1988) privilegia o capital humano incorporado na força de trabalho como a causa do crescimento de longo prazo; e Romer (1990), que privilegia os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) como a principal fonte de progresso tecnológico¹¹ (RIBEIRO; JÚNIOR, 2003).

O modelo “AK”, de autoria de Romer (1994), é considerado o mais básico de crescimento endógeno, ele é apresentado por Andrade (2007) da seguinte maneira:

$$Y = AK,$$

Onde A é uma constante positiva que reflete o nível tecnológico, incluindo aí o capital humano. Os níveis de poupança e de tecnologia são os determinantes da taxa de crescimento neste modelo.

Nesse modelo de Romer existe uma externalidade tecnológica positiva dada pela acumulação do fator conhecimento. Essa externalidade ocorre devido ao fato da existência de *spillover* de conhecimento e do processo de “*learning by doing*”, através da acumulação do capital (ANDRADE, 2007). A função de produção deste modelo é destrinchada por Andrade (2007), como:

$$Y_j = F(k_j, K),$$

Onde K_j é o nível de capital por trabalhador na firma j e:

$$K = S_j K_j$$

Dada a função utilidade definida por:

$$F(k, K) = k^a K^h,$$

Desde que $a + h > 1$ teremos uma função de produção com *retornos crescentes*.

A principal suposição que está por trás do modelo AK é a ausência da tendência de queda da produtividade marginal do capital *per capita*.

¹¹ Contudo, o ano que se toma como o do surgimento das teorias de desenvolvimento endógeno é o de 1985. Ano da aula magna proferida pelo professor Robert Lucas (Universidade de Chicago) na Universidade de Cambridge e da Tese de Doutorado de P. Romer (AMARAL FILHO, 1996).

Nos modelos da nova teoria sobre desenvolvimento regional, o crescimento é visto como um produto das forças econômicas endógenas. São essas forças que comandam o crescimento mais do que quaisquer inovações tecnológicas exógenas sobre as quais o mercado não tem nenhum controle (FILHO; CARVALHO, 2001).

As características que constituem um novo caso de política de desenvolvimento regional passam a ser entendidas como um processo de transformação, fortalecimento e qualificação das estruturas internas de uma região. Isso processado no sentido de criar um ambiente ótimo e atrativo para conseguir e consolidar o desenvolvimento regional e/ou permitir a atração de novas atividades econômicas numa perspectiva de economia aberta e sustentável (AMARAL FILHO, 1996).

A estruturação do modelo alternativo de desenvolvimento regional é realizada por meio de um processo de ação coletiva. Com base em valores tácitos ou subjacentes, onde os atores locais (governo, empresários e sociedade) podem antecipar ou precipitar um “acidente histórico” positivo; podem evitar um “acidente histórico” negativo; assim como podem coordenar um processo em curso. Devendo-se reservar um lugar especial às estruturas sociais e às escolhas políticas (AMARAL FILHO, 2001).

O modelo pode ser definido como desenvolvimento realizado de baixo para cima, ou seja, partindo das potencialidades socioeconômicas originais do local, no lugar de um desenvolvimento de cima para baixo, isto é, partindo do planejamento e intervenção conduzidos pelo Estado nacional (AMARAL FILHO, 1996).

Esse conceito de desenvolvimento regional predominante no período pós-85, também denominado de desenvolvimento endógeno, é definido por Amaral Filho (1996, p.37) como:

[...] Um processo de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local e da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido.

Nesse sentido, conforme se observa no Quadro 1, onde se tem um resumo das principais teorias do desenvolvimento regional, a teoria endogenista se diferencia das demais.

QUADRO 1 - Principais teorias do desenvolvimento regional

Teorias	Formulador	Premissa Básica	Estratégia
Teoria dos Pólos de Crescimento	François Perroux (1955)	O crescimento manifesta-se em pontos ou pólos industriais através de canais e efeitos diversos (crescimento polarizado).	- criação de pólo de crescimento através de uma indústria motriz; -Noção de crescimento polarizado para o planeamento regional.
Teoria da causação circular cumulativa	Gunnar Myrdal (1957)	O jogo das forças de mercado tende a aumentar, e não a reduzir, as desigualdades entre as regiões.	As regiões que se encontram em torno do centro nodal em expansão tende a beneficiar-se de um mercado crescente (<i>spread effects</i>).
Teoria dos efeitos para frente e para trás	Albert O. Hirschman (1958)	Necessidade de superação dos gargalos gerados pelo avanço desigual de um setor dá dinâmica ao processo de desenvolvimento.	Idéia de industrialização sob coordenação do Estado.
Teoria das etapas de crescimento	W. W. Rostow (1959)	Os países passam por cinco etapas de desenvolvimento econômico.	Não Apresenta, mas observa superposições das etapas pela interação comercial e tecnológica entre as nações.
Teoria da dependência	Raul Prebisch (1950)	Subdesenvolvimento de alguns países explicado por uma desigual divisão internacional do trabalho.	Os países periféricos deveriam se industrializar.
Teorias	Formulador	Premissa Básica	Estratégia
Teoria neoclássica de crescimento	Solow (1960)	Existiria apenas um ponto de equilíbrio estável e todas as economias teriam o mesmo nível de renda <i>per capita</i> no longo prazo.	Desconsidera a importância das políticas públicas específicas para reduzir as desigualdades entre países e regiões.
Teoria do desenvolvimento endógeno.	Romer (1986) Lucas (1988).	Inclusão de novas variáveis explicativas no modelo e o abandono da hipótese de retornos decrescentes.	A região deve se abastecer de novas estruturas de desenvolvimento econômico.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para a obtenção do desenvolvimento endógeno sustentável para um longo período, a nova teoria de desenvolvimento regional preconiza que a região deve se abastecer de três novas estruturas de desenvolvimento econômico, quais sejam: o novo papel do Estado, estratégias de desenvolvimento local e desenvolvimento de capital social e *governança*.

1.2.3.1 O novo papel do Estado

Os últimos vinte anos testemunharam uma profunda reestruturação da economia e, conseqüentemente, do papel dos governos. A nova forma de ação do governo na esfera espacial e regional está produzindo não somente uma grande mudança na natureza da intervenção governamental, mas também uma alteração radical nas próprias referências teóricas que davam suporte às políticas tradicionais de desenvolvimento regional (GALVÃO, 1998).

Nessa nova forma de atuação o Estado é direcionado para um ângulo distinto dos preconizados no passado. Há, agora, novas interpretações para as funções do Estado, tendo parcerias estabelecidas entre o Estado e a sociedade civil e sendo fragmentado. Nesse sentido, o governo deve liderar e facilitar processos de mudanças; de criar, apoiar e fortalecer organizações engajadas na promoção do crescimento econômico e social; e de liderar, coordenar e elaborar programas de desenvolvimento em todas as esferas (GALVÃO, 1998).

A concepção do novo papel do Estado remete a descentralização da ação pública. Uma vez que os processos e instâncias locais levam enorme vantagem sobre as instâncias centrais. Esses argumentos são desenvolvidos por Amaral Filho (2001) em três pontos-chave:

- 1- Proximidade e informação - os governos locais estão bem mais próximos dos produtores e dos consumidores finais de bens e serviços públicos (privados), e por isso são bem mais informados que os governos centrais.
- 2- Experimentação variada e simultânea - diferenciação nas experiências locais pode ajudar a destacar métodos melhores de oferta de serviço público.
- 3- Relação ao tamanho - quanto menor o aparelho estatal melhor é o resultado em termos de alocação e de eficiência.

Conforme resenha feita por Tanzi (apud AMARAL FILHO, 2001, p. 269) existem duas linhas de pensamento na Teoria Econômica que argumentam em favor da importância da relação entre descentralização e alocação eficiente:

- a) A primeira liga-se a “Teorema da Descentralização” e tem como argumento de defesa, de um lado, a particularidade de nem todos os bens públicos terem

características espaciais semelhantes e, de outro, o fato de os governos locais possuírem vantagens comparativas superiores em relação ao governo central. A conclusão mais direta desse teorema, segundo Amaral Filho (2001), é que nem todos os governos e comunidades locais estão dispostos a receber um “pacote de bens” que nada tem a ver com suas necessidades;

b) A segunda tem como argumento a vantagem oferecida pela concorrência entre os governos locais, e dizem que esses estão mais bem dotados para identificar as preferências da população, e, assim, aqueles que melhor perceberem essas preferências colherão melhores benefícios.

A implicação ao nível da política é que o papel do Estado no desenvolvimento mudaria radicalmente. Defende-se a idéia da redução das funções dos governos federais e o esforço das ações dos governos locais e regionais no sentido de dotar as localidades de infraestrutura física, institucional, educacional e tecnológica (MELO, 2000).

Esse novo tipo de intervenção do Estado tem sido utilizado de forma vasta em praticamente todas as situações de desenvolvimento localizado, desde os casos de desenvolvimento regional na Itália (“Terceira Itália”) até os casos de desenvolvimento dos Estados federados americanos. Isso mostra que, enquanto os Estados centrais tenderam, nos últimos anos, para uma adesão mais firme ao paradigma neoliberal; os Estados federados ou os subsistemas nacionais de governo procuraram, no modo de intervenção do tipo pragmático, a forma mais conveniente de intervir nos problemas, até porque são os governos locais ou subnacionais que recebem o impacto mais direto e imediato das grandes contradições pelas quais passa a localidade (AMARAL FILHO, 2001).

Vale destacar que as raízes da proposta do desenvolvimento de base local com a estratégia de concorrência entre os governos locais têm alcançado, na prática, caminhos transversos. Sendo mais comum a existência de verdadeiras “guerras fiscais” entre os Estados; desviando o debate da necessidade de conhecimento das preferências da população, alcançando uma disputa sem coordenação e prejudicial entre os Estados.

1.2.3.2 Estratégias de desenvolvimento local

A política de desenvolvimento em capital físico ou, mais precisamente, em infraestrutura, foi importante para as regiões, mas em si ela não foi eficiente para criar um processo de endogenização do excedente econômico local (AMARAL FILHO, 2001).

Os conceitos tradicionais, a partir das teorias de desenvolvimento regional consagradas, em especial o de “pólo de crescimento”, “constituídos por firmas ou setores motrizes”, que estão muito associadas ao planejamento centralizado e a grande firma fordista, são apresentados por Amaral Filho (2001) como grandes responsáveis pelo declínio de muitas regiões com tradições industriais. Isso porque, conclui o autor, tiveram dificuldades de se adaptar, com rapidez suficiente, aos novos paradigmas produtivos e organizacionais.

O resultado gerado nas regiões assistidas por tais políticas foi uma vulnerabilidade cíclica do nível da atividade econômica dessas regiões. Com muita frequência, as grandes firmas incentivadas instalavam filiais e subsidiárias de suas empresas nas áreas menos desenvolvidas, e depois fechavam ou as transferiam para outras regiões, assim que se reduziam ou se esgotavam os prazos de vigência dos incentivos (GALVÃO, 1998).

Levando-se em consideração esse pressuposto, as estratégias de desenvolvimento local não se atêm somente a essa ação de cunho ortodoxo. As estratégias que representam os novos paradigmas do desenvolvimento local estão associadas às seguintes premissas: Distritos Industriais, *Clusters* e Arranjos Produtivos Locais e Sistema locais de Inovação.

a) Distritos industriais, *Clusters* e Arranjos Produtivos Locais

A discussão sobre os aglomerados industriais e seus congêneres¹² – *cluster*, distrito industrial, Arranjos Produtivos Locais, dentre outros – tem sido amplamente contemplada em trabalhos que buscam expor as vantagens derivadas desse tipo de organização industrial, vislumbrando perspectivas de desenvolvimento local.

O consagrado economista inglês Alfred Marshall utilizou o termo Distrito Industrial para definir a forma de organização de pequenas firmas têxteis inglesas que gozavam de relativo sucesso no início do século passado. Agrupadas espacialmente longe dos grandes centros produtivos, essas firmas alcançaram resultados produtivos e financeiros exclusivos de grandes unidades produtivas (VISCONTI, 2001).

O *Cluster* é definido como uma concentração setorial e geográfica de empresas. Onde a especialização e a cooperação não ocorrem por definição, mas externalidades acabam surgindo, notadamente da emergência de fornecedores ou da emergência de trabalhadores com habilidades específicas em determinado setor. *Cluster* pode também atrair agentes que

¹² Para os objetivos aqui propostos serão feitos breves conceitos dos Distritos industriais, *Clusters* e APL's de forma transitória, pois o objetivo desta seção não é diferenciar esses tipos de aglomerações em uma análise profunda. Contudo, será dada uma maior atenção às características em comum dessas aglomerações bem como seus benefícios.

vendem para mercados distantes e favorecem o surgimento de serviços especializados em assuntos técnicos, financeiros e contábeis (GARCEZ, 2000).

Já os Arranjos Produtivos Locais (APL's), o qual é bastante utilizado no Brasil por estudiosos e formuladores de políticas de desenvolvimento local, tem como catalisador mais destacado, a importância da cooperação e, como característica mais fundamental, a presença de pequenas ou médias empresas concentradas espacialmente em alguns dos elos de uma cadeia produtiva. Por ter como paradigma principal os distritos industriais italianos e estar associado a uma política que vise, de alguma forma, adaptar essas experiências a outras localidades, o objetivo final de muitos projetos de desenvolvimento de APL é transformá-lo em distrito industrial de estilo italiano (SANTOS et al., 2004).

O fato é que os distritos, *clusters* e os APL's, bem como seus congêneres, apresentam em comum a característica de operarem num sistema organizacional de redes, no qual os fatores não-econômicos são apresentados como fundamentais para o crescimento e o sucesso. Entre as principais características desses sistemas espaciais Galvão (1998) destaca:

- 1) aglomerações de pequenas e médias firmam espacialmente concentradas e setorialmente especializadas;
- 2) intercâmbio tanto formal quanto informal de bens, informação e mão-de-obra, gerando fortes efeitos para trás e para frente;
- 3) grande ligação dos agentes econômicos, através de códigos de comportamento frequentemente implícitos;
- 4) presença de instituições públicas e privadas oferecendo apoio e suporte aos agentes produtivos;
- 5) interação constante entre centros de pesquisa e universidades;
- 6) desenvolvimento de relações especiais de colaboração e cooperação dentro das firmas e fora das firmas.

Nesses sistemas espaciais, como defende Marshal (apud RODRIGUES; SIMÕES, 2004, p.220), a proximidade entre as indústrias desencadeia uma série de efeitos positivos para o produtor industrial e para o conjunto industrial, traduzida através de economias de escala. Essas economias seriam asseguradas pela plena utilização de fatores de produção, como mão-de-obra e máquinas especializadas, e não dependeriam do tamanho industrial das firmas, mas também do volume de produção global da economia. As economias de escala podem ser divididas, segundo esse autor, em economias internas, relacionadas aos recursos individuais das firmas, derivadas do desenvolvimento geral da indústria. As economias externas podem ser sintetizadas através dos seguintes efeitos: a) encadeamento para trás e

para frente (*linkages*) estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas externas a firma, como as atividades subsidiárias encarregadas do fornecimento de matéria-prima e da distribuição da produção; b) vantagens para o mercado de trabalho ao propiciar um mercado de oferta de mão-de-obra bem estruturado e especializado, facilitando, por um lado, os trabalhadores o acesso ao emprego e, por outro, os empregadores o acesso à contratação de mão-de-obra qualificada; e c) conhecimento tecnológico gerado pelos efeitos de transbordamento (*spillovers*), ou seja, pela maior disseminação de informações combinadas e relacionadas entre as firmas.

Wolfe (2002) destaca principalmente os efeitos positivos intangíveis oriundos da aglomeração industrial. Nessa perspectiva, o autor destaca três pontos: 1) a proximidade espacial facilita a interação face-a-face, a qual é essencial para disseminação do conhecimento tácito; 2) firmas aglomeradas na mesma região com quota comum de cultura regional têm o poder de facilitar os atores no processo de conhecimento; e 3) essas interações de linguagem comum ou códigos de comunicação ajudam a promover interação interfirmas.

A abordagem neo-shumpeteriana dos benefícios das aglomerações industriais enfoca, sobretudo, nas externalidades tecnológicas, nas relações de cooperação e no transbordamento de conhecimento em um ambiente, estabelecendo condições de contexto que podem criar vantagens competitivas para as empresas localizadas nessas aglomerações. A cooperação entre as empresas nos esforços de pesquisa e desenvolvimento é ressaltada, dada a incerteza nas inovações tecnológicas (MELO, 2000).

Um outro benefício da aglomeração de empresas é que a proximidade reduz os custos de coordenação entre elas, na medida em que se estabelecem redes de cooperação e relações extra-mercado (MELO, 2000). Nessas aglomerações, a necessidade de inter-relações muito intensas entre as diversas etapas da produção, entre produtores e fornecedores, ou mesmo entre produtores e consumidores finais, tenderia a recriar forças aglomerativas, ainda que a tipologia resultante fosse diversa setor a setor, e dependente da estratégia das grandes empresas (PACHECO, 1998).

Assim, aglomerações espaciais de empresas são estratégias que estão representando os principais rivais dos modelos tradicionais baseado no modelo de organização fordista porque supõe uma aglomeração de pequenas e médias empresas funcionando de maneira flexível e estreitamente integrada entre si e o ambiente social e cultural, alimentando-se de intensas “economias externas” formais e informais (AMARAL FILHO, 2001). Essas

aglomerações são entendidas no presente como às grandes propulsoras do desenvolvimento das localidades.

b) Processos Locais de Inovação

As regiões onde se localizam as firmas necessitam desenvolver instituições ágeis e inovativas. Precisam tornar-se capazes de mobilizar agentes produtivos, autoridades educacionais, o governo e a comunidade, para a consecução do crescimento econômico e o aumento do bem-estar de suas populações (GALVÃO, 1998).

Um *milieu innovateur* ou processo local de inovação é um lugar de processos de ajustamentos, de transformações e de evoluções permanentes. Esses processos são acionados por uma lógica de interação e por uma dinâmica de aprendizado. Onde, a interdependência da economia, política, fatores culturais e a incremental importância da proximidade influenciam o processo de inovação (WOLFE, 2002). Desse processo de interação e aprendizagem nascem conhecimentos e tecnologia segundo Camagni (apud AMARAL FILHO, 2001, p. 274).

As visões centrais dos conceitos de processo de inovação são: aprendizado científico e interação entre os agentes. Conhecimento e aprendizado são recurso e processo fundamentais na economia e na sociedade atuais. Dessa maneira, a inovação e o desenvolvimento econômico originam-se de condições particulares, sociais e institucionais, e de características históricas culturais (VISCANTI, 2001).

Outro ponto importante é a capacidade que um sistema local de inovação tem de transcender a visão linear da mudança tecnológica. Isso porque a tecnologia também é desenvolvida fora das atividades formais de P&D, como por exemplo, o aprendizado que se dá ao fazer, ao usar e ao interagir com fornecedores e usuários (GARCEZ, 2000). Ocorre a transcendência porque os conhecimentos e capacitações que são adquiridos e acumulados pelos agentes apresentam caráter tácito e específico. Logo, o compartilhamento de habilidade e de experiências, fundamentais para o processo de inovações, dá-se pelo fluxo constante de informações qualitativas, por meio de canais e códigos específicos, explicitando o caráter coletivo desse processo (GARCIA, 2001).

Dessa forma passa a ser muito importante a presença de fatores como “capacidade de interação entre os atores”, segundo as regras de cooperação/concorrência e dinâmica de aprendizagem, para o processo de desenvolvimento regional (AMARAL FILHO, 2001). Porque esse é um recurso cujo uso produz resultados positivos que ultrapassam os limites da produção, uma vez que seu emprego envolve, também, valores e usos econômicos (LUNDEVALL, 2001).

1.2.3.3 Governança e Capital Social

No que tange a dimensão social do desenvolvimento, pode-se dizer que as novas estratégias de desenvolvimento regional – baseada na construção e na consolidação de especializações produtivas – requerem a estruturação e dinamização dos recursos locais e da qualificação do ambiente. Uma vez que o desenvolvimento local envolve fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam pelo sistema de mercado. O desenvolvimento local necessita, como defende Milani (2002), de um conjunto de atividades – culturais, políticas e sociais – que participem de um projeto de transformação consciente da realidade local. Em outras palavras, as aglomerações produtivas devem estar associadas a um forte componente institucional, visando suprir as necessidades do tecido aglomerativo (RODRIGUES; SIMÕES, 2004).

Por conseguinte, ao voltar-se para o papel desempenhado por essas redes informais, as idéias de desenvolvimento local consideram a capacidade das redes promoverem a cooperação e confiança e de formar consensos capazes de superar a crise de legitimidade da política tradicional e suas limitações de promover o desenvolvimento regional. Nesse âmbito, os processos e os conceitos de governança e capital social ganham importância e destaque, influenciando a forma de enfrentar o desenvolvimento regional (HANSEN; MELO, 2004).

O termo governança (ou *governance*) designa o conjunto de atores sociais e arranjos institucionais de um território, assim como as regras que coordenam as relações no interior deste e com outros territórios. Remete as modalidades de comportamento dos indivíduos e as formas de regulação que não são mercantis nem estatais, aparecendo associadas ao campo de análise que recobre a organização industrial, divisão do trabalho, instituições e convenções (LINS, 2000).

De acordo com essa perspectiva a sociedade não é exclusivamente controlada pelo Estado, mas também coordenada pela interação entre os atores individuais e a ação coletiva. Prevalendo com a governança as relações inter-organizacionais de forma informal, descentralizada e horizontal (VERSCHOORE FILHO, 2001)

Ao apoiar e viabilizar a construção de governança a ação política passa a atuar no melhoramento da cultura de inovação (relacionada ao diálogo social), na implementação do aprendizado (mediante a cooperação e compartilhamento do conhecimento e informação), na

maximização de recursos coletivos (características de associações de empresas e organizações de apoio) e, enfim, na consolidação das redes locais (HANSEN; MELO, 2004).

Já o capital social pode ser definido como sendo o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais e informação (VERSCOORE FILHO, 2001). Refere-se a aspectos de organização social que facilitam a coordenação e a cooperação para benefício mútuo (MILANI, 2002).

O conceito de capital social é utilizado para ajudar a organizar atividades e processos, sobretudo no campo de desenvolvimento local. Praticamente todas as pesquisas mais recentes apontam relevância, em diferentes graus, de fatores institucionais e sociais no desenvolvimento econômico (MONASTÉRIO, 2000):

Grosso modo, Milani (2002) classifica os estudos econômicos em quatro categorias, a saber:

- 1) Estudos quantitativos - a quantidade de associações sem fins lucrativos teria impacto sobre o capital social e o desenvolvimento econômico;
- 2) Estudos comparativos - estudos de comunidades diferentes e conclusão que as que têm estrutura social mais articulada apresenta melhor grau de desenvolvimento de suas comunidades;
- 3) Estudos qualitativos - merece destaque o trabalho realizado por David Rombison, na Nova Zelândia. O autor salienta três aspectos-chave do capital social: *cidadãos atores*, que consubstanciam a cidadania ativa, *as agências*, que são as operadoras e as ordenadoras, e a *oportunidade*, que corresponde ao espaço público de discussão, negociação e deliberação.
- 4) Estudos com caráter avaliativo - analisam formas em que o conceito de capital social pode ser usado para ajudar a organizar atividades e processos, sobretudo no campo de desenvolvimento local.

Ainda se pode acrescentar o estudo feito por Uzzi (apud MOLINA-MORALES et al., 2002, p. 19), o qual considera a dimensão da relação da sociedade e seus mecanismos e conseqüências de acordo com a força dos laços. Onde o autor observa que laços fortes estão associados com trocas de alta qualidade de informação e conhecimento tácito.

Com esses estudos entende-se que a noção de capital é a extensão das noções de capital humano, de instituições ou de capital físico (HANSEN; MELO, 2004). Sendo então um dos principais instrumentos da nova teoria de desenvolvimento regional.

1.3 Particularidades da economia brasileira para as novas teorias

No caso Brasileiro, as novas teorias sobre desenvolvimento regional estão associadas a alguns aspectos estruturais específicos. As novas abordagens são entendidas em função da própria mudança da agenda nacional, ou seja, as mudanças ocorridas na economia brasileira nos últimos vinte anos (abertura econômica, a crise-financeira, as privatizações e a redução do ritmo inflacionário) colocaram características peculiares para as novas teorias de desenvolvimento regional no Brasil.

Em primeiro lugar, a abertura econômica no Brasil deu-se tardiamente, em relação a outras partes do planeta, e em ritmo acentuado. O ajuste dos setores produtivos, em alguns casos altamente protegidos e exigindo doses elevadíssimas de ineficiência, está sendo feito de maneira muito acelerada, exagerando os problemas sentidos em outros países. Por exemplo, como coloca em seus estudos Azonni e Ferreira (1997), a substituição de insumos nacionais por insumos importados, esses com qualidade melhor e preços quase sempre menores, tem reduzido a manifestação dos mencionados “efeitos de espraiamento” produzidos pelo crescimento da região economicamente central do país, ao tempo em que provoca a liquidação de alguns setores produtivos, especialmente concentrados. É de ressaltar, ainda segundo os autores, que a formação do bloco econômico dos países do Cone Sul da América do Sul, o chamado Mercosul, certamente está adicionando traços espaciais mais fortes aos fatores gerais associados à abertura supra mencionada.

Em segundo lugar, tem-se a crise-financeira que levou a simultânea redução dos investimentos estatais diretos e da construção de infra-estrutura, o que seguramente alterou as políticas de desenvolvimento regional no Brasil (DINIZ, 1995).

O governo, como coloca em seus estudos Azonni e Ferreira (1997), afetado pela crise financeira e pela necessidade de ajustar-se a nova realidade, nacional e internacional, em todos os níveis, retirou-se tanto da área do planejamento como da área das políticas compensatórias.

De fato, como faz referencia Amaral Filho (1996), entre meados da década de 50 e o final dos anos 70, o desenvolvimento econômico brasileiro foi comandado por uma forte intervenção direta na produção e concessão de subsídios, o que provocou uma expansão do produto, mas também aumentou o déficit e a dívida pública. Durante toda década de 80 e início dos anos 90, ainda segundo Amaral Filho, a economia brasileira foi e tem sido marcada

por uma profunda crise fiscal-financeira do Estado. Essa crise exauriu a poupança pública e esvaziou, por conseqüência, a capacidade de investimento do Estado, o que fez cair o padrão de desenvolvimento estatal no processo de crescimento e desenvolvimento econômicos. Nesse quadro, ficam esvaziadas as políticas industrial e regional; ambas controladas pelo governo federal.

Acrescenta-se a incapacidade financeira do governo a rigidez da constituição de 1988, que conferiu rígidos graus de liberdade para o seu ajuste administrativo, levando o governo a abandonar ações na área de infra-estrutura, como transportes e comunicações, elementos com notório poder espacial (AZZONI; FERREIRA, 1997).

Em terceiro lugar, aparece o programa de privatizações que iniciou com atividades produtivas, mas já alcançando infra-estrutura. Como a privatização é seguida de reestruturação interna dos órgãos ou empresas e, por necessidade de competitividade, de investimentos em modernização e ampliação, cria-se um diferencial nos ritmos de investimentos entre as porções pobre e rica do território (AZZONI; FERREIRA, 1997).

Por último, com o ritmo inflacionário mais lento, ainda que não tenha obtido a estabilidade completa de preços, a constatação das insuficiências e a previsão dos problemas passaram a ser quase automática, acelerando a materialização da liquidação das atividades ineficientes e constituindo vantagens crescentes para atividades eficientes. Uma reestruturação geral da produção e de propriedade, como coloca Azonni e Ferreira (1997), foi possibilitada pela redução da inflação, com conseqüências também territoriais.

Paralelamente a esses fatos, cabe mencionar a articulação da promoção de desenvolvimento local que vem se destacando no Brasil. Os estados federados têm praticado entre si uma verdadeira “guerra fiscal” no sentido de criar condições de atração aos investimentos¹³. Os recursos privados, na visão de Cano (1997), em busca por maiores vantagens locacionais, estão promovendo verdadeiros leilões de localização entre estados brasileiros.

A arma principal dessa guerra tem sido a prática da renúncia fiscal (sobre ICMS) em favor dos investimentos hóspedes. Essa prática tem sido estimulada tanto pela necessidade de os governos locais criarem novos postos de emprego no setor privado, quanto pelo forte processo de deslocalização industrial verificado entre regiões industrializadas (AMARAL FILHO, 1996).

¹³ Interessante colocar que os EUA também experimentaram uma guerra entre os Estados, mas com a diferença que, nesse país, muitas agências estaduais de desenvolvimento utilizaram como arma a alta tecnologia (Amaral Filho, 2001).

Não que a guerra fiscal no Brasil esteja fundamentada teoricamente na abordagem do desenvolvimento local, mas que ao desviar o debate da necessidade de que sejam adotadas políticas de cunho nacional, a teoria de desenvolvimento endógeno tem servido como argumento para a disputa sem coordenação entre Estados (MELO, 2000).¹⁴

Diante do exposto no capítulo fica evidente que as transformações ocorridas nos últimos vinte anos (modificações ocorridas nos processos produtivos associadas aos processos de globalização e abertura das economias nacionais) causaram mudanças nos estudos acadêmicos sobre desenvolvimento regional.

As mudanças em curso trouxeram inúmeras conseqüências em termos de localização da atividade econômica: deslocaram parcela do parque industrial para periferia, criou uma tendência de se manter nas antigas áreas industriais exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico e, por fim, vêm ocasionando o crescimento da importância dos aglomerados industriais.

O resultado das novas tendências locacionais está sendo o crescimento da literatura especializada no tema desenvolvimento regional em formular novas teorias sobre desenvolvimento regional. Onde a obtenção do desenvolvimento sustentado está sendo abastecida de três novas estruturas: o novo papel do Estado, estratégias de desenvolvimento local e desenvolvimento de governança e capital social.

No caso brasileiro, as novas abordagens sobre desenvolvimento regional estão associadas aspectos estruturais específicos que vêm colocando características peculiares às novas teorias.

Com os temas desenvolvidos no capítulo, observa-se que é absolutamente relevante que se considerem as conseqüências das mudanças em curso sobre desenvolvimento das economias regionais no Brasil.

Todavia, um estudo das tendências recentes das economias regionais não pode ser realizado separadamente de uma periodização. Um exame das recentes transformações econômicas regionais, como destaca Guimarães Neto (1997), necessita da análise de três momentos distintos:

- a) um primeiro, de concentração econômica espacial, que ocorreu desde décadas anteriores, mas que se mostrou bem mais intenso no período de 1950 a 1975;

¹⁴ A teoria de desenvolvimento endógeno não prescinde de um marco institucional e regulatório, como foi visto, contudo, no embate regional brasileiro isto acaba sendo atropelado pelas pressões políticas e sociais (MELO, 2000).

b) um segundo, de desconcentração, que, grosso modo, vai da segunda metade dos anos 70 à primeira metade dos anos 80 (1975-1985);

C) e, um terceiro momento, no qual se estabelece, num quadro mais geral de instabilidade econômica e crise da economia nacional, um processo de recentes transformações econômicas regionais, tendo início em 1985.

Nos capítulos que seguem serão analisados esses três momentos. Sendo que no Capítulo 2 será analisado todo o processo que originou a concentração econômica regional e o processo de desconcentração econômica regional (1975-1985); dando maior ênfase a este último processo, o qual leva o nome do capítulo, por entender que sua compreensão é fundamental para se entender às recentes transformações.

CAPÍTULO 2

DESCONCENTRAÇÃO ECONÔMICA REGIONAL

(1975-1985)

O processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro gerou uma forte concentração geográfica da produção em poucos estados e regiões. A articulação e integração das regiões ocorreram a partir de uma região hegemônica que, na formação do mercado interno nacional, ocupou espaços econômicos relevantes e, simultaneamente, consolidou diferenças marcantes entre as diversas partes do território nacional (GUIMARÃES NETO, 1997).

Todavia, após um século de concentração industrial no estado de São Paulo e hegemonia da região Sudeste, a partir de meados de 1970 esse processo foi invertido, iniciando um movimento de desconcentração industrial para várias regiões do país (DINIZ, 1995).

No presente capítulo, examina-se a desconcentração econômica regional observada no Brasil entre 1975 e 1985 em prol das regiões mais estagnadas. Este capítulo é apresentado na seguinte forma. Na primeira seção se analisa a dimensão histórica das desigualdades regionais no Brasil, caracterizando as bases da economia cafeeira paulista que deram subsídios para o seu desenvolvimento industrial e sua posterior supremacia quando da unificação do mercado nacional. Na segunda seção é efetuado um exame dos determinantes da desconcentração, focalizando a importância do Estado nesse processo. Na terceira seção se examina a desconcentração, analisando esse processo através dos dados e da conclusão de estudiosos no tema para se chegar a uma definição desse fenômeno.

Cabe colocar que o primeiro capítulo se situa nesse segundo como pano de fundo, uma vez que, como será visto, às políticas adotadas para desenvolvimento industrial do Brasil e desenvolvimento das regiões mais estagnadas do país eram efetuadas dentro das teorias já estudadas de crescimento desequilibrado.

2.1 Dimensão histórica das desigualdades regionais no Brasil

As bases econômicas que se desenvolveu a indústria brasileira e sua posterior concentração são conseqüências da dimensão histórica do desenvolvimento nacional. Na qual

a articulação e integração¹⁵ das regiões ocorreram a partir de uma região hegemônica que, na formação do mercado interno nacional, ocupou espaços econômicos relevantes e, simultaneamente, consolidou diferenças marcantes entre as diversas partes do território nacional.

Por conseguinte, parte-se, nesse estudo, da perspectiva de que a concentração econômica no Brasil não se trata de nenhum determinante econômico ou geográfico, mas da presença de relações econômicas que definiram uma posição hegemônica que, na história recente do país, tem condicionado, de modo negativo, o desenvolvimento das demais regiões (GUIMÁRAES NETO, 1997).

Desse modo, o agravamento das desigualdades econômicas daí decorrente exige exame do processo histórico de concentração espacial da atividade econômica no Brasil.

A história econômica do Brasil, a partir da chegada dos portugueses, foi pontuada por ciclos sucessivos, que deram origem ao processo de ocupação do espaço. Cada período viveu o apogeu de uma produção destinada à exportação, onde as bases dessas atividades exportadoras atraíam o desenvolvimento para determinadas regiões. Esse modelo de ocupação do território se caracterizou pela dinâmica das economias regionais baseadas na atividade agroexportadora, onde as relações comerciais internacionais preponderaram em relação ao mercado interno. As trocas e as relações inter-regionais eram inexpressivas, devido principalmente à ausência de uma rede eficiente de transportes (BREITBASH, 2004).

Independente da importância de cada ciclo desse período no desenvolvimento econômico e social de partes do país, o que merece destaque, para compreender a dimensão histórica da concentração espacial no Brasil, é o ciclo do café. Pelo fato da economia do café ser originária de uma dinâmica industrial em São Paulo que constituiu um mosaico de atividades produtivas com forte concentração econômica na região polarizada por este estado.

Foi a partir de 1870, com a expansão do café, que São Paulo começou a traçar um futuro econômico promissor, graças a um processo de estruturação de sua economia, que passou a ser dotada de uma estrutura produtiva sem igual no país, na medida em que, conseguia obter um relativo progresso tanto no cultivo, quanto nos meios de escoamento da produção através da introdução da rede ferroviária e o desenvolvimento de máquinas que beneficiavam o café (GUIMARÃES NETO, 1989).

¹⁵ Articulação comercial (1930-1960) e integração produtiva (1960-1970) são dois momentos distintos das relações entre os espaços economicamente diferenciados o país. Um primeiro, mediante a dominação do mercado de mercadorias, que basicamente se limitava ao comércio inter-regional; um segundo momento, em que a integração assumia uma forma mais avançada, via acumulação do capital produtivo (PACHECO, 1998).

Dessa forma, como coloca Cano (1983), ferrovias e máquinas de beneficiamento, as primeiras reduzindo os custos e as últimas aumentando a produtividade, aumentavam a margem de lucro obtida pelos produtores paulistas, provocando um aumento potencial no processo de acumulação capitalista em São Paulo.

Os ganhos dos produtores paulistas foram ainda elevados, conforme Furtado (1972), pela eliminação da mão-de-obra escrava, já que se tornava cada vez mais cara essa mão-de-obra devido ao término do tráfico negreiro e a impossibilidade de criação de escravos no país aos fins do século XIX. Ainda segundo Furtado, a nova fonte de força de trabalho adotada, os imigrantes europeus, fez florescer o capitalismo com muita força em São Paulo. Primeiro porque essa iniciativa fez surgir um mercado de trabalho com oferta abundante que poderia ser aproveitada tanto na produção de café como também nas atividades que se concentravam na área urbana; e segundo devido os imigrantes terem aumentado substancialmente o mercado de bens de consumo corrente, fato explicado pela remuneração recebida por essa nova fonte de trabalho em troca de seus serviços, o que não ocorria com a anterior.

O afluxo interno e crescente de imigrantes europeus favoreceu, também, os quadros de técnicos e operários qualificados para os estabelecimentos industriais nascentes em São Paulo. Os imigrantes Trouxeram *know-how* técnico e uma vontade férrea de progredir e ascender aos escalões superiores da sociedade adotiva, constituindo um verdadeiro elemento inovador, com qualidades empresariais *shumpeterianas*, indispensáveis a um setor industrial nascente num sistema capitalista (RATTNER, 1972).

Vale ressaltar que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre em São Paulo adquiriu um caráter peculiar. Porque nesse estado o trabalho livre vinha penetrando paulatinamente, ao contrário das outras regiões, como a Zona da Mata Nordestina, por exemplo, que era plenamente estruturada pelo regime escravocrata, tendo, portanto, dificuldades para ingressar num sistema assalariado quando houve a abolição da escravidão no Brasil (CANO, 1983).

Acrescentam-se as mudanças por que passou São Paulo à transformação desse Estado em uma região auto-suficiente em matéria de gêneros alimentícios oriundos da agricultura. Este fato foi devido ao primeiro grande salto da expansão cafeeira de São Paulo, entre 1876 e 1883, quando, já dentro de relações capitalistas de produção, consegue-se dobrar a produtividade do café em São Paulo. O que fez os paulistas exportarem menos dividendos, portanto, sendo favorecidas as condições para que a acumulação capitalista fosse diversificada e alocando investimentos não só no café, mas também nas ferrovias, nos bancos, na indústria,

no comércio, na eletricidade e outros, fazendo com que o capital cafeeiro fosse expandido para outros ramos da economia (CANO, 1983).

Dessa forma, a economia paulista contou com amplas condições para o seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorria no restante do país: a Amazônia, face à sua típica “economia de aviamento”; o Nordeste, por suas precárias relações capitalistas de produção, bem como pela sua concentrada estrutura de propriedade e renda; e o Extremo Sul, pela sua forma de produção da economia camponesa que atomizava o excedente e gerava uma indústria constituída pela pequena e média empresa (CANO, 1983).

Logo, ao contrário das outras regiões, São Paulo formou um compartimento industrial eficientemente estruturado, com alta produtividade, o que lhe conferia melhores condições de competitividade quando surgiu a unificação do mercado nacional.

Em sua primeira etapa, o período da articulação comercial, entre 1930 e 1960, representou a unificação essencialmente mercantil. Nesse momento se eliminaram os impostos interestaduais; melhorou-se o sistema de transporte, e o Estado toma os “problemas regionais” de interesse nacional. Em paralelo, a indústria paulista se beneficia do protecionismo surgido em razão da crise, da guerra, dos desequilíbrios cambiais e, principalmente, da Política de Substituição de Importações (PSI)¹⁶ (PACHECO, 1998).

A articulação comercial, com o aumento do fluxo interno de mercadorias geradas principalmente pela PSI, acabaria por sancionar a liderança da indústria paulista, que tinha passado por um extraordinário crescimento nos anos 20. Apenas ao fim desse período, com a expansão e a modernização da indústria do Sudeste, houve a ampliação da competitividade inter-regional, com efeitos destrutivos sobre a indústria de bens salários, notadamente no Nordeste. Contudo, independente disso, o conjunto dos anos 30/60 se caracterizou por elevadas taxas de crescimento da produção industrial de todas as regiões¹⁷ (PACHECO, 1998).

È com a industrialização pesada que a articulação comercial da vez a um processo de integração produtiva, período em que a integração do mercado nacional avança de fato, mudando inclusive suas características. Esse período se referenda pela implantação da grande

¹⁶ A PSI baseou-se nos postulados cepalinos do modelo de industrialização substitutiva de importações. Assim, de acordo com esse postulado, não haveria alternativa para o desenvolvimento dos países periféricos senão se industrializar; com essa sendo a única possibilidade de desenvolvimento para a América Latina.

¹⁷ Cabe colocar que entre 1930 e 1970, período do auge da concentração, não houve atraso ou estagnação da periferia nacional. Pelo contrário, todo o restante do país experimentou taxas elevadas de crescimento, graças às maiores articulações econômicas com São Paulo e entre as várias regiões. Assim, embora a dinâmica da articulação fosse concentradora, em seus resultados concretos, articulava, entretanto, também o crescimento regional (CANO, 1997).

empresa industrial e pelas políticas que ampararam a migração de capital do Sudeste para as demais regiões – notadamente para o Norte e o Nordeste (PACHECO, 1998).

Na verdade, ocorreu que uma vez montada a indústria de bens de capital e de bens duráveis em São Paulo, a unificação do mercado bloqueava as possibilidades de eventuais industrializações autônomas, levando o governo federal a criar instituições ou definir programas de desenvolvimento regional¹⁸. São exemplos a criação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF) e da Cia. Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), na década de 40, e posterior criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e os planos de desenvolvimento para o Nordeste e o Norte (PACHECO, 1998; DINIZ, 2001).

Até 1970, o resultado desses dois momentos aparecia na forma de uma significativa concentração regional no Brasil. Já em 1949, a região Sudeste respondia por 67,5% do PIB brasileiro e São Paulo por 36,4%. Chegando em 1970, auge da concentração, a região Sudeste a responder por 2/3 do PIB brasileiro e São Paulo por quase 40%, enquanto as demais regiões nesse ano perfaziam juntas apenas 35,0% do PIB (ver tabela 1).

Tabela 1 – Participação das regiões e estados selecionados na distribuição relativa do PIB. Brasil – 1949/1970

Regiões e estados	1949	1959	1970
Sudeste	67,5	65,0	65,0
- São Paulo	36,4	37,8	39,5
- Minas Gerais	11,6	8,7	9,6
- Rio de Janeiro	19,5	18,5	16,1
Sul	15,2	16,2	17,0
Nordeste	13,9	14,4	11,9
Norte	1,7	2,0	2,1
Centro-Oeste	1,7	2,4	4,0
Brasil	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE. Anuário Estatístico do Brasil (apud PACHECO, 1998, p.54).

¹⁸ O famoso relatório do Grupo de Trabalho para Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), escrito por Celso Furto em 1958, serviu de base para a ação governamental naquela região e para a montagem de política e de incentivos para as regiões estagnadas do país. O GTDN utilizou a sistematização teórica da CEPAL de industrialização substitutiva para as regiões e concluiu que única saída para o Nordeste era a industrialização. (DINIZ, 2001).

Essa concentração na Região Sudeste, sobretudo no estado de São Paulo, manifestava-se principalmente no setor industrial. Conforme se observa na Tabela 2, ao se desagregar o PIB industrial brasileiro ao longo dos anos 1949, 1959 e 1970, vê-se que a Região Sudeste detinha em 1949 exatamente 75,3% do PIB industrial brasileiro, chegando em 1959 a atingir 78,2% e já no ano de 1970 esse valor alcança a marca de quase 80,0% de todo o PIB industrial. Ao separar esses valores por estado percebe que a concentração restringia a apenas os estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respondendo os dois estados juntos a 71,6% do PIB industrial do ano de 1970, sendo o primeiro o principal concentrador (o estado de São Paulo participava em 56,4% do PIB industrial nacional em 1970).

Tabela 2 - Participação das regiões e estados selecionados na distribuição relativa do PIB Industrial. Brasil – 1949 / 1970

Regiões e estados	1949	1959	1970
Sudeste	75,3	78,2	79,0
- São Paulo	47,9	54,4	56,4
- Minas Gerais	6,9	6,1	6,9
- Rio de Janeiro	20,0	17,4	15,2
- Espírito Santo	0,5	0,3	0,5
Sul	13,4	12,3	11,9
- Paraná	2,8	3,0	3,0
- Santa Catarina	2,6	2,4	2,6
- Rio Grande do Sul	8,0	6,9	6,3
Nordeste	9,7	7,5	7,0
Norte	0,9	1,2	1,1
Centro-Oeste	0,7	0,8	10,0
Brasil	100,0	100,0	100,0

Fonte: FIBGE (apud CANO, 1997, p.113).

Nota: Tabela adaptada pelo autor.

Assim, o crescimento industrial patrocinado pelo café, a montagem da indústria pesada e o processo de unificação do mercado nacional estiveram sempre identificados com a concentração industrial na região Sudeste e no Estado de São Paulo. Contudo, a partir de 1975 esse processo foi invertido, iniciando um movimento de desconcentração industrial para várias regiões do país.

2.2 Determinantes gerais da desconcentração econômica

A desconcentração econômica regional observada entre 1975 e 1985 corresponde ao período em que consolidou a implantação da matriz industrial brasileira e, por isso, a acumulação exigia esforço periférico de articulação ainda mais intenso, usando ainda mais a base de recursos naturais do país – água, terra, minérios – e, com isso, a periferia melhor dotada de recursos foi mais acionada. A maior parte de projetos de larga envergadura (como as hidrelétricas, não ferrosos, químicos e petroquímicos) foi implantada na periferia, acelerando ainda mais seu crescimento (CANO, 1997).

Na fase de desconcentração, o aumento dos investimentos em infra-estrutura, iniciado na época do “milagre”, possibilitou maior ligação entre as diversas regiões do país e teve importante papel na tendência para a convergência regional, devendo-se destacar, também, o importante papel das indústrias extrativas e minerais, que espalharam por todo o território nacional uma grande demanda por bens e serviços anteriormente demandados apenas pelas regiões sul e sudeste (NASSER, 2000).

Dentre os investimentos realizados no período de desconcentração, devem ser destacados os relativos ao II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)¹⁹. Campolina Diniz (1995) explica que os investimentos em infra-estrutura de transportes e comunicação foram importantes para essa desconcentração por que propiciou um elevado montante de investimentos industriais pelas empresas estatais, como as de aço e petróleo, nos estados e regiões menos desenvolvidos do Brasil.

Assim, um levantamento dos fatores que influenciaram a desconcentração ocorrida no período 1975/85 deve fazer referência à importância da intervenção e ação estimuladora do setor público, em particular a União. Onde os incentivos fiscais e financeiros – voltados para setores específicos ou regiões – e os investimentos em infra-estrutura e do setor produtivo estatal constituem fatores importantes na desconcentração (GUIMARÃES NETO, 1997).

Destacam-se aí as políticas de desenvolvimento regional que, a partir de 1960, criaram incentivos (fiscais, financeiros, cambiais, etc) ao capital, primeiro para o Nordeste (SUDENE) depois para a Amazônia (SUDAM e Superintendência do Desenvolvimento da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA) e para o Espírito Santo (Cano, 1995). Todas essas políticas tinham como base a idéia de crescimento desequilibrado e as ações de desenvolvimento eram às preconizadas pelos adeptos dessa visão de crescimento. Assim, eram eleitos setores da economia de maior poder germinativo, isto é, os capazes de promover o desenvolvimento da economia, escolhidos com base no número de encadeamentos e em seu poder, bem como em sua lucratividade intrínseca; conforme defendiam Hirshman e Perroux.

A iniciativa do setor público não sofreu um processo de planejamento sistêmico. Como afirma Guimarães Neto (1997), a desconcentração ocorrida não resultou de nenhuma política coerente e articulada, levada a diante, persistente, pelo poder público, em particular o governo federal. Tal processo decorreu, bem mais, ainda na visão de Guimarães, de uma soma de determinantes que redefiniram a localização da atividade produtiva.

¹⁹ No caso do Nordeste o II PND dá ênfase à criação de complexos industriais, tais como o pólo petroquímico da Bahia, o complexo mineral-petroquímico que começa em Salvador e se estende para Aracaju e Maceió, um complexo metal-mecânico-elétrico e o fortalecimento das indústrias tradicionais, sobretudo a têxtil e de calçados. Na Amazônia, o plano pretendia consolidar o distrito industrial da Zona Franca de Manaus (PACHECO, 1998).

Adiciona-se aos fatores apresentados que a descontração espacial da indústria foi favorecida pelo excepcional crescimento da economia como um todo²⁰. Esse aspecto é absolutamente relevante porque o processo de desconcentração produtiva, no caso brasileiro, tem muito pouco de traslado de plantas ou sucateamento de antigas áreas industriais (PACHECO, 1998).

Nesse sentido, o dinamismo da economia ganha importância, não enquanto mero pano de fundo da análise, mas porque a redução dos índices de concentração relativa da indústria teve influência decisiva dos planos de crescimento econômico e de implantação da matriz industrial e de infra-estrutura. Valendo isso para o PSI, para o milagre econômico e, também, para o II PND.

Igualmente pela diferenciação regional de seus impactos, merece atenção a política agrícola adotada. A montagem de um sistema de crédito subsidiado para modernização da agropecuária, enquanto a política de preços mínimos garantia a rentabilidade dos produtos com cotação internacional, geravam excedentes que implicavam priorizar os cultivos exportáveis entre a produção de alimentos, sobretudo nas áreas mais capitalizadas ou nas fronteiras, em que se moldava uma agricultura voltada para o comércio exterior ou interligada às cadeias de produtos para exportação (PACHECO, 1998).

O setor primário passou por importantes transformações com a constituição de pólos agrícolas ou agroindustriais em várias regiões. Nos anos 70 e 80, foram intensas a implantação e modernização de complexos agroindustriais da soja, laranja, trigo e carnes que se localizaram, predominantemente, nas regiões Sudeste e Sul, mas também, sobretudo no caso da soja e das carnes, no Centro-Oeste e em algumas áreas do Norte e Nordeste (MELO, 2000).

No setor agroindustrial nordestino, no período em questão, as principais modificações dizem respeito ao cultivo da cana de açúcar estimulado pelo Programa Nacional do Alcool e os pólos de fruticultura irrigada e da expansão da soja. A agropecuária da região Centro-Oeste conheceu um processo de grandes transformações, expandindo e diversificando a produção de carnes e grãos à parte do deslocamento de empresas das demais regiões, sobretudo do Sul do país. A região Norte também se beneficiou da expansão da agropecuária brasileira de sua área mais moderna em direção ao norte e oeste; a disponibilidade de terras,

²⁰ Durante a década de 70, o PIB Brasileiro teve um aumento médio anual de 9%, aproximadamente (BREITBACH, 2004).

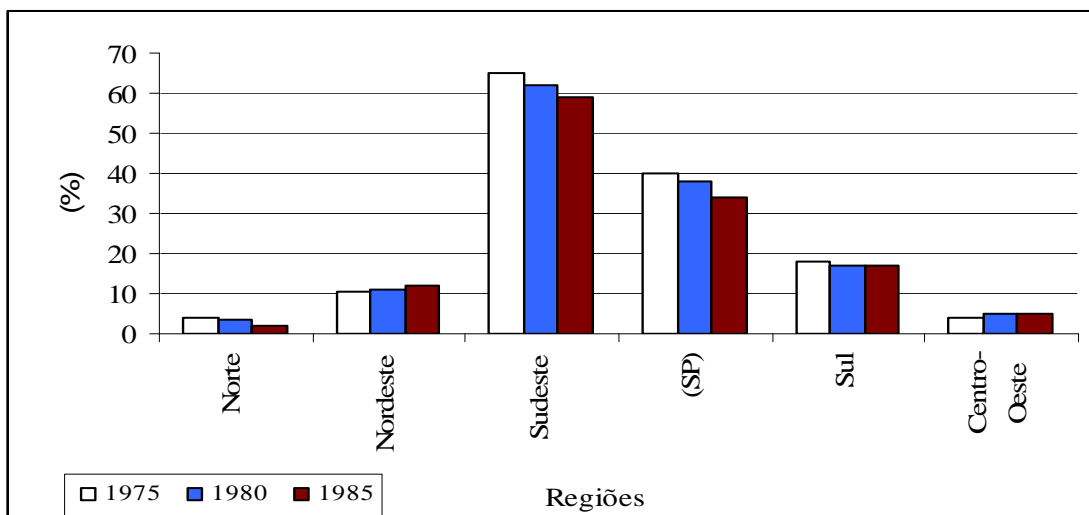
os estímulos ao crédito e a construção de infra-estrutura foram as principais alavancas dessa expansão (MELO, 2000).

2.3 Análise da desconcentração

2.3.1 Transformações do Período

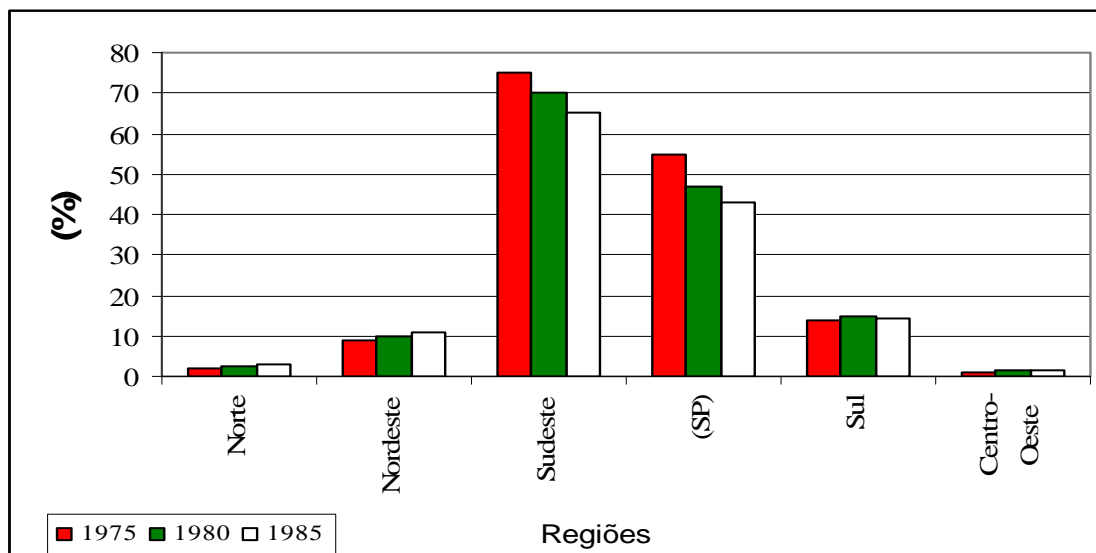
Os dados do Produto Interno Total e Produto Interno Industrial, estimados pelo IBGE, mostram bem esse processo de desconcentração. Fica evidente, a partir dos dados que nos anos selecionados, 1975 a 1985, houve o declínio da participação da Região Sudeste e do Estado de São Paulo e aumento da participação das outras regiões, com exceção da região Sul que se manteve praticamente estável (Gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 - Participação relativa das regiões no Produto Interno Total. Brasil 1975/1985



Fonte: IBGE (apud GUIMARÃES NETO, 1997, p. 58).

Gráfico 2 - Participação relativa das regiões no Produto Interno Industrial. Brasil – 1975/1985



Fonte: FIBE-IBGE (apud GUIMARÃES NETO, 1997, p. 58).

Um exame da distribuição do Produto Interno Bruto (PIB), desagregado entre as Regiões e Estados selecionados, no período em questão (1975 a 1985), fornece uma melhor dimensão de todo o fenômeno de desconcentração. Conforme revelam os números da tabela 3, no período compreendido entre 1975 e 1985 se verifica uma perda da participação da região Sudeste (a participação no PIB brasileiro dessa região caiu de 64,9% em 1975 para 60,2% em 1985), em decorrência do decréscimo da participação de São Paulo e Rio de Janeiro (perdem juntos esses dois estados 6,5% no período 1975-1985), e o crescimento da participação de Minas Gerais (ganha 1,2%), Espírito Santo (ganha 0,7%) e das demais regiões do país, com exceção da região Sul (perde 0,8%). Destacando-se a região Nordeste que ganha 3,0% no período em estudo.

Tabela 3 - Participação das regiões e estados selecionados na distribuição relativa do PIB. Brasil – 1975/1985

Regiões e estados Selecionados	1975	1980	1985
Norte	2,0	3,3	3,8
<i>Amazonas</i>	0,8	1,1	1,6
Nordeste	11,1	12,0	14,1
<i>Bahia</i>	3,7	4,3	5,4
<i>Pernambuco</i>	2,7	2,5	2,7
Sudeste	64,9	62,3	60,2
<i>Rio de Janeiro</i>	15,3	13,7	12,7
<i>São Paulo</i>	40,1	37,7	36,2
<i>Minas Gerais</i>	8,4	9,4	9,6
<i>Espírito Santo</i>	1,0	1,5	1,7
Sul	17,9	17,0	17,1
<i>Paraná</i>	6,6	5,8	6,0
<i>Santa Catarina</i>	2,9	3,2	3,3
<i>Rio Grande do Sul</i>	8,6	8,0	7,9
Centro Oeste	4,1	5,4	4,8
<i>Distrito Federal</i>	1,4	2,0	1,4
<i>Goiás</i>	1,5	1,7	1,8
Brasil	100	100	100

Fonte: Fonte dos dados brutos, IPEA (2007).

Nota: Produto Interno Bruto (PIB) para os anos de 1975 a 1980, série calculada segundo conceito a custo de fatores, e para o ano de 1985 o conceito a preços de mercado constantes.

Dada a maior importância que se atribui ao Valor da Transformação Industrial (VTI) nos estudos de concentração e desconcentração econômica regional, será examinada especificamente essa vertente na tabela a seguir.

Os resultados apresentados na tabela 4, com base na distribuição espacial do VTI da indústria de transformação no mesmo período, calculados com base nos censos industriais de 1970 a 1985, indicam ganhos de todas as regiões em consequência das perdas da região Sudeste (perdeu 9,2% na participação do VTI da indústria de transformação entre 1970 e 1985). As regiões Sul e Nordeste foram as que mais aumentaram a participação no período, passando a primeira região de 11,9% em 1970 para 16,7% em 1985 e a segunda de 5,7% em 1970 para 8,7 em 1985. As perdas da região Sudeste são em decorrência das quedas dos

estados de São Paulo e Rio de Janeiro (perdem 11,8% os dois estados juntos) e só não foi maior devido ao aumento de participação do interior de São Paulo (ganha o interior paulista no período 7,9%).

Tabela 4 - Participação das regiões e estados selecionados na distribuição espacial do VTI da Indústria de Transformação. Brasil – 1970/1985

Região e Estados Selecionados	1970	1975	1980	1985
Norte	0,8	1,3	2,4	2,5
Nordeste	5,7	6,3	7,5	8,7
<i>Bahia</i>	1,5	2,0	3,1	3,8
<i>Pernambuco</i>	2,0	2,2	1,9	1,9
Sudeste	80,1	76,1	73,2	70,9
<i>Rio de Janeiro</i>	15,6	13,5	10,2	9,5
<i>São Paulo</i>	57,6	55,7	54,4	51,9
<i>Grande São Paulo</i>	43,0	38,7	34,1	29,4
<i>Interior de São Paulo</i>	14,6	17,1	20,2	22,5
<i>Minas Gerais</i>	6,4	6,3	7,7	8,3
<i>Espírito Santo</i>	0,5	0,6	0,9	1,2
Sul	11,9	14,9	15,7	16,7
<i>Paraná</i>	3,0	4,0	4,1	4,9
<i>Santa Catarina</i>	2,6	3,3	3,9	3,9
<i>Rio Grande do Sul</i>	6,3	7,6	7,7	7,9
Centro Oeste	0,8	1,0	1,1	1,4
Brasil	100	100	100	100

Fonte: FIBE - Censos Industriais de 1970/1985 (apud PACHECO, 1999, p.8).

Notas: A região Norte inclui o estado de Tocantins somente em 1980 e 1985 e a região Centro-Oeste: Inclui o Estado de Tocantins somente em 1970 e 1975.

A explicação da Região Sul só apresentar crescimento no VTI da Indústria de Transformação é devido essa região ter reduzido sua participação no produto agrícola brasileiro no período em questão, por conta da expansão da fronteira agrícola em direção às regiões Centro-Oeste e Norte, enquanto elevou sua participação no produto industrial (MELO, 2000).

Em relação a esse fenômeno de desconcentração industrial em seu vetor interno, ao desagregar-se a economia paulista em duas “regiões”, a Grande São Paulo (GSP) e o Interior,

constata-se que a desconcentração teve como epicentro a Grande São Paulo²¹. Assim, enquanto a GSP perdia o equivalente a 17,7 e 8,8% do total da produção e do emprego industrial brasileiro, respectivamente, entre 1970 e 1985, o interior ganhava 21,7 e 10,0% em relação à produção e o emprego industrial de São Paulo, respectivamente (ver tabela 5).

Tabela 5 - Participação relativa da Área Metropolitana de São Paulo na Produção e no Emprego Industrial. Brasil - 1970/1985

Discriminação	1970	1980	1985
GSP/Estado de São Paulo			
Produção	75,0	63,0	53,3
Emprego Industrial	70,0	64,0	60,0
GSP/Brasil			
Produção	44,0	33,0	26,3
Emprego Industrial	34,0	29,0	25,2

Fonte: IBGE – Censos Industriais, 1970, 1975, 1980, 1985 (apud DINIZ, 1995).

O resultado da ampliação da participação do interior paulista foi à consolidação do segundo maior aglomerado industrial do país entre 1975 e 1985, atrás apenas da Grande São Paulo. É o que se batizou de *interiorização da indústria paulista*, com fortes desdobramentos nas regiões de Campinas, São José dos Campos, Ribeirão Preto, Sorocaba e Santos (PACHECO, 1999).

Um exame dos dados dos censos industriais agregados segundo grandes categorias de uso – VTI dos gêneros segundo a natureza predominante da demanda final: bens de consumo não duráveis, bens intermediários e bens de capital e de consumo duráveis – mostra que a desconcentração envolveu todos os segmentos da economia.

²¹ A desconcentração beneficiou muitas vezes mais o interior de São Paulo que as demais regiões brasileiras, como na expansão do parque automobilístico, ou no caso de duas das três refinarias de petróleo implantadas no país durante esse período. Assim enquanto São Paulo perdia posição no total nacional, em virtude do menor crescimento da área metropolitana, seu interior recuperava essa participação (PACHECO, 1998).

Tabela 6 - Participação relativa das regiões e estados selecionados na distribuição do VTI da indústria de transformação segundo principais categorias de uso. Brasil - 1970/1985

	NO	NE	S	CO	SP	Grande SP	Interior SP	MG ES	RJ
1970									
Grupo I	1,0	8,4	13,5	1,3	52,9	35,3	17,6	6,4	16,6
Grupo II	1,0	5,4	13,6	0,6	53,2	39,2	14,1	9,9	16,3
Grupo III	0,2	1,5	6,6	0,2	75,6	65,5	10,1	3,0	12,9
1975									
Grupo I	1,5	9,7	17,0	1,5	47,7	31,3	16,5	7,0	15,5
Grupo II	1,0	6,5	15,9	1,1	53,4	35,5	17,9	8,8	13,2
Grupo III	1,5	2,6	10,2	0,3	70,4	53,8	16,6	3,8	11,1
19780									
Grupo I	1,7	10,7	20,5	1,9	45,8	29,2	16,6	7,8	11,6
Grupo II	1,7	9,2	16,7	1,2	50,5	28,1	22,4	10,8	9,9
Grupo III	4,4	2,5	9,4	0,3	66,7	48,7	17,9	6,1	10,6
1985									
Grupo I	1,6	11,7	23,9	2,1	43,2	23,3	19,9	8,1	9,4
Grupo II	1,6	9,9	14,4	1,4	49,4	15,3	24,1	12,9	10,3
Grupo III	5,0	2,9	11,8	0,4	66,5	43,5	23,0	5,4	8,0

Fonte: IBGE, Censos Industriais de 1970, 1975, 1980 e 1985 (apud PACHECO, 1999, p.8).

Nota: Grupo I – indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis; Grupo II – indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários; Grupo III – indústrias predominantemente produtoras de bens de capital e de consumo duráveis.

Observa-se a partir da tabela 6 que houve uma desconcentração que envolveu todos os segmentos da indústria. Sendo que a indústria de bens de consumo não duráveis foi a que, em termos relativos, mais se desconcentrou nesses quinze anos analisados.

Nas indústrias predominantemente produtoras de bens de consumo não duráveis (Grupo I) houve sensível queda da participação de São Paulo e do Rio de Janeiro, que, em conjunto, passaram de 69,5 para 52,6% do correspondente VTI nacional. Essas variações relativas – decréscimo de 16,9% para agregados de São Paulo e Rio de Janeiro, com aumento de 10,4 para o Sul, 3,3 para o Nordeste, e 1,7 para Minas Gerais – são atribuídas essencialmente ao resultado de um crescimento interno da indústria de bens salários fora do

eixo Rio - São Paulo, com seu VTI tendo multiplicado por 4,1 em termos reais, entre 1970 e 1985. No mesmo período VTI da indústria de bens de consumo não duráveis de São Paulo e Rio de Janeiro multiplicou-se por apenas 2,1 em termos reais (PACHECO, 1999).

Houve na produção de bens de consumo não duráveis, como coloca Cano (1997), quedas pequenas nos ramos de maior complexidade e tecnologia ou de plantas que em geral operam à escala nacional, como farmacêutica, perfumaria, editorial e certos setores de bebidas; quedas altas nos demais ramos, muitos deles com fortes vinculações regionais com fontes de matérias-primas (como os móveis e de fumo) ou que acompanham a desconcentração agrícola no período (como ramo alimentar).

As indústrias predominantemente produtoras de bens intermediários (grupo II) a queda na participação relativa de São Paulo e Rio de Janeiro foi um pouco menor, 69,5 para 59,8%, e devem-se, sobretudo, à redução do peso da indústria fluminense. Aqui se inclui uma série de segmentos beneficiados com investimentos de II PND, a maioria voltada para base dos recursos naturais e que passaria a responder por um percentual elevado das exportações de varias regiões (DINIZ, 1995).

Pode-se destacar no grupo II o ramo de papel e celulose, que avançou muito no Espírito Santo e Paraná, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; da indústria de plástico, com crescimento expressivo da participação da região Sul do país, Nordeste e Minas Gerais; da transformação mineral, que cresceu em praticamente todas as regiões brasileiras, inclusive Centro-Oeste e Norte; da química, em que o estado da Bahia ganha 7,2 pontos percentuais no conjunto da produção brasileira, sendo seguido por Paraná e Minas Gerais; e da metalurgia, em que o programa siderúrgico fez ampliar a participação de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Em síntese, a queda de 10% do Rio de Janeiro e São Paulo foi decorrência das maiores taxas de crescimento de todas as regiões brasileiras, em especial de Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo (PACHECO, 1999).

Na indústria predominantemente de bens de capital e de consumo durável (Grupo III) a redução do peso paulista e do fluminense foi ligeiramente inferior às demais, mantendo-se, além disso, uma acentuada concentração nesses dois estados: em 1970, detinham 88,5% do VTI desse grupo, passando para 74,5% em 1985. Nesse caso, quem mais perde participação é São Paulo, que é decorrência exclusiva de o estado concentrar três quartos da produção em 1970. Há aqui três situações distintas, que Pacheco (1999) afirma que refletem as especializações regionais. O ramo de material elétrico e de comunicação perdeu posição em favor da região Norte, graças a Zona Franca de Manaus, e do estado do Paraná. Em materiais de transporte, os maiores aumentos na participação relativa foram Minas Gerais e Paraná, a

partir dos investimentos da FIAT, VOLVO e FORD nesses estados, e na Zona Franca de Manaus, no segmento de motocicletas. A mecânica perdeu espaço especialmente para o Sul do país; novamente, todas as regiões apresentaram crescimento superior à média de São Paulo e Rio de Janeiro, com ganhos elevados para o Sul (5,2%) e Norte (4,8%) (PACHECO, 1999).

Com relação ao vetor interno da desconcentração industrial de São Paulo (desconcentração da Grande São Paulo para o Interior), tem-se que enquanto a Grande São Paulo perdia, em termos relativos, o interior ganhava o equivalente a 2 pontos percentuais em relação à Grande São Paulo na produção de bens de consumo não duráveis (que passa de 17,6 para 19,9%). Os ganhos referentes aos bens intermediários foram altos (14,1 para 24,1% do total de São Paulo), mas as do setor de consumo durável e de capital foram ainda mais surpreendentes (de 10,1 do total de São Paulo para 23,0%) (ver tabela 6).

Tomando-se as regiões e/ou estados em ordem geográfica, verificam-se os seguintes determinantes específicos da desconcentração econômica regional e as seguintes especializações regionais no período 1975 a 1985.

Região Norte

Ampliou sua participação no período em estudo beneficiada pelos incentivos fiscais proporcionados pela Sudam e pela Suframa para a região Norte e para a Zona Franca de Manaus, respectivamente, o que permitiu a instalação de indústrias de bens eletrônicos de consumo e outros bens leves (relógios, óculos, bicicletas, motos, material aquático de pesca e lazer). Acrescenta-se o aproveitamento de recursos naturais (ferro, alumínio, amianto, ouro, madeira, entre outros), principalmente no Pará com o complexo de mineração e de siderurgia do Programa Grande Carajás. Por último, pelo crescimento urbano da região, que passa a local de dimensão e expansão (DINIZ, 1995; PACHECO, 1998).

Região Nordeste

Aumentou sua participação devido ao esforço de maior envergadura do setor público para promover o desenvolvimento regional do Nordeste por meio da formação de pólos econômicos que propiciassem a diversificação produtiva e desse maior dinamismo à economia regional. Nesse período, foi implantada uma política de desenvolvimento baseada em distritos industriais com ênfase na formação de complexos industriais, como preconizava às teorias de Perroux e Hirschman, onde os incentivos fiscais através da SUDENE

viabilizaram a implantação de projetos industriais diversos em vários estados nordestinos, voltados para os mercados local, nacional e para exportação (SIQUEIRA; FILHO, 2001).

A região recebeu um grande volume de investimentos estimulados pelos incentivos do governo de dinamizar a região e os ligados ao II PND. Esses incentivos possibilitaram principalmente a modernização de setores tradicionais como o de alimentos e o têxtil, além de uma importante diversificação industrial em todos os setores (MELO, 2000). Destacam-se nos novos setores o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, a Cloroquímica de Alagoas e Sergipe e a chamada “nova indústria” nordestina, constituída com apoio dos mecanismos de incentivos fiscais do sistema 34/18 dos Fundos de Investimentos do Nordeste (FINOR) (PACHECO, 1998).

Com exceção do Estado de Pernambuco, todos os demais estados ganharam participação. No entanto, o ganho total é fundamentalmente explicado pela Bahia. Além dos incentivos fiscais, o fato marcante foi à decisão pela construção do Pólo Petroquímico de Camaçari, com grande peso de investimentos públicos através da Petrobrás Química (Petroquisa) e Nordeste Química S.A. (Norquisa) (GUIMARÃES NETO, 1989).

Região Centro-Oeste

Aumentou sua participação no período devido principalmente à expansão gradual de sua fronteira agrícola e de sua urbanização com a transferência da capital federal para Brasília. Ainda deve ser lembrado, como coloca em seus estudos Cano (1997), os estímulos fiscais e financeiros voltados à pecuária, para exportação de grãos e para a modernização da agricultura; o papel dos incentivos fiscais e financeiros e do Banco da Amazônia, que abrangem parte do Centro-Oeste, notadamente Mato Grosso.

Região Sul

Só se constata nessa região a ampliação na participação do VTI da indústria de transformação do país entre 1975 e 1985, ficando estável a sua participação no produto total nesse mesmo período. Como já foi mencionado acima, esse fato é devido à região ter reduzido sua participação no produto agrícola brasileiro no período em questão.

A explicação para sua maior participação no VTI da indústria de transformação brasileira, no entender de Guimarães Neto (1997), passa pela associação de sua dinâmica econômica às políticas de modernização e a agroindústria brasileira.

No Rio Grande do Sul três aspectos ocasionaram o crescimento na visão de Diniz (1995): Em primeiro lugar, a expansão agrícola com aumento da produção de grãos e seus efeitos multiplicadores sobre as agroindústrias processadoras de produtos agrícolas e das agroindústrias a montante. Em segundo lugar, o crescimento da indústria de bens de capital e duráveis de consumo na região de Porto Alegre-Caxias com certa tradição industrial de economias externas geradas pelo crescimento industrial e dos incentivos regionais. Por último, o crescimento da indústria de couro e calçados, que aproveitou as vantagens de especialização acumuladas e os incentivos à exportação.

O Estado de Santa Catarina, ainda segundo Diniz (1995), beneficiou de sua ampla base industrial. De um lado, a indústria frigorífica do oeste, especializada em aves e suínos (a mais desenvolvida do país) potenciada com o crescimento do mercado interno e das exportações. De outro, a tradicional região de Blumenau-Joinville, com produção diversificada de têxteis, instrumentos musicais, motores, fundidos e, mais recentemente, bens eletrônicos, passou a ter crescimento significativo.

Já o estado do Paraná, que tradicionalmente tinha suas indústrias ligadas ao complexo de madeira inclusive de papel, teve grande expansão das agroindústrias processadoras de insumos agrícolas em função da excepcional qualidade de suas terras e da expansão da produção agrícola (DINIZ, 1995).

Embora os três estados sulinos tenham aumentado suas participações nacionais, Paraná e Santa Catarina apresentaram resultados bens melhores que o Rio Grande do Sul.

Região Sudeste

Ainda que tenha apresentado uma redução do peso no produto total, industrial e no VTI da indústria de transformação, manteve-se como centro dinâmico da economia nacional.

Os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo receberam importantes investimentos que possibilitaram o aumento de seus pesos, enquanto o Estado do Rio de Janeiro e a Região Metropolitana de São Paulo perderam participação relativa de forma expressiva no período; as principais causas desses acontecimentos são apresentadas abaixo.

O Estado do Espírito Santo apresentou maior participação em razão de alguns projetos produtores de bens intermediários ligados ao complexo exportador e beneficiados pelos incentivos regionais e pela política de diversificação da Companhia Vale do Rio Doce (papel e aço) (DINIZ, 1995).

A indústria do Estado de Minas Gerais expandiu principalmente devido à intensificação de integração com a indústria paulista. Minas Gerais, no período, reforçou seu papel complementar da indústria paulista, beneficiando-se de base de recursos naturais (MELO, 2000). Acrescenta-se ainda o amplo aparato institucional de industrialização por parte do governo estadual, mediante incentivos fiscais, pressões políticas junto ao governo federal e outros mecanismos (DINIZ, 1995).

No caso do Estado do Rio de Janeiro, as suas perdas durante o período estão relacionadas a um processo mais complexo de acentuada desaceleração do crescimento de sua economia industrial – desde fins do século XIX – e da urbana, ainda mais agravado com a mudança da capital em 1960. Ainda cabe advertir que os números do setor industrial, bem como do VTI da indústria de transformação, consideram a expansão da extração de petróleo e de minérios.

Região Metropolitana de São Paulo

No que concernem estritamente aos fatos ocorridos na Região Metropolitana de São Paulo que provocaram a saída de investimentos daquele estado para o interior, destaca-se: a) a consolidação de complexos agroindustriais voltados à exportação localizados longe da zona metropolitana; b) produção de álcool combustível a partir de cana-de-açúcar, igualmente localizado no interior; c) implantação de centros de pesquisa em cidades médias e as sinergias entre estes e as atividades econômicas locais; d) políticas de proteção ao meio ambiente e outras deseconomias externas; e e) organização de sindicatos de trabalhadores na região metropolitana e perimetropolitana que estimulou a procura de outras localidades para instalação de indústrias (GUIMARÃES NETO, 1997).

2.3.2 Balanço da desconcentração

Faz-se necessário um exame das principais conclusões que tiveram os autores estudiosos desse processo de desconcentração para que se possa, juntamente com os dados já analisados, chegar a uma conclusão.

Carlo Roberto Azzoni (1986) através da interpretação da “interiorização” da indústria paulista entendeu que o fenômeno da desconcentração não ocorreu. Para ele a Área Metropolitana de São Paulo não deveria ser uma referência de análise. Acontece que no entender do autor as economias de urbanização ultrapassariam a metrópole, para se tornarem

economias de regionalização, definindo um “campo aglomerativo” que incluiria as localidades inseridas num raio de 150 quilômetros da cidade de São Paulo, podendo até mesmo ampliar este campo, a partir de avanços tecnológicos, ao mesmo tempo em que reduziria o próprio poder de atração do centro (PACHECO, 1998). Argumenta ainda Azzoni que por possuírem as maiores taxas de excedente os estados do Rio de Janeiro e São Paulo deveriam dirigir os investimentos industriais (DINIZ, 2001).

Storper (1991) defende a idéia de que seria difícil o processo de desconcentração no Brasil. Para o autor as mudanças regionais ocorreram com o surgimento de um novo complexo produtivo, o qual cria por si as condições locais. No entanto, argumenta ele, como o surgimento de um novo complexo industrial necessita de escala mínima, isto seria difícil para o Brasil, dificultando tal processo. Tomando dados empíricos do desempenho industrial entre os estados brasileiros mostra ainda que a distância absoluta entre São Paulo e os demais estados tinha aumentado (DINIZ, 2001).

Diniz (1993) divergiu de Azzoni, requalificando o debate. Em sua crítica a Azzoni lista um conjunto de questões não resolvidas, a saber: a) por que mesmo tendo índices de excedente superiores à média nacional São Paulo e Rio de Janeiro reduziram suas participações na produção industrial do país, enquanto regiões com índices de excedentes inferiores à média nacional ampliam suas participações; b) o modelo de Azzoni parte de variáveis referidas ao passado para investigar alterações locais derivadas de decisões de investimento presentes, sem incorporar elementos prospectivos e de estratégias de empresas; c) o modelo de Azzoni não leva em conta a importância da ação pública, quer através de investimento direto, quer por meio de incentivos ou gastos em infra-estrutura; d) o campo aglomerativo de Azzoni não explica o desenvolvimento industrial de certas regiões do estado de São Paulo, a exemplo de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto; e tão pouco de outros estados da Federação.

O autor coloca que na verdade houve um espraiamento do crescimento industrial na macro-região mais desenvolvida, representando a perda relativa dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Mostra empiricamente que cresce a participação relativa da macro-região que vai do centro do estado de Minas Gerais ao Nordeste do Rio Grande do Sul, incluindo o interior de São Paulo, no que o autor denominou de *desenvolvimento poligonal* no Brasil, caracterizado pela macro-região que tem como vértices Belo Horizonte, Uberlândia, Londrina, Porto Alegre, Florianópolis, Belo Horizonte.

Townroe e Keen (apud DINIZ, 2001, p.9), usando apenas dados da população, concluíram que a área metropolitana de São Paulo constituía o primeiro caso de reversão da

polarização do Terceiro Mundo. De forma semelhante, Cano (1995) concorda que teria havido um processo de desconcentração econômica regional no período 1970-85.

Para Leonardo Guimarães (1997) esse processo que ocorreu entre 1975 e 1985 teve várias dimensões. Houve desconcentração *inter-regional* que ocorre em detrimento da região economicamente mais rica – Sudeste; desconcentração *intra-regional*, na qual, no caso do Sudeste, estados de menor importância econômica, como Minas Gerais e Espírito Santo, aumentaram sua participação, enquanto Rio de Janeiro e São Paulo reduziram sua importância relativa²²; e a dimensão da desconcentração *intra-estadual* – que no entender do autor é a de maior relevância para se entender esse período – onde houve a perda relativa da região metropolitana de São Paulo na economia estadual, na regional e na nacional.

Vale colocar que o autor registra que a desconcentração que se observou em relação à metrópole de São Paulo teve impacto não só intra-estadual, mas também intra-regional e inter-regional. Dado o peso de São Paulo na economia nacional, sobretudo na atividade industrial, esses fatores significaram a irradiação, para o interior do estado, de parte da atividade produtiva, que, nas condições anteriores, tenderiam a se localizar no interior dos limites metropolitanos. O mesmo pode ser dito a respeito da economia e da indústria de Minas Gerais e de estados do Sul, como o Paraná: tais estados, por sua proximidade e ligações de infra-estrutura, foram capazes de atrair empreendimentos industriais, que tenderiam, igualmente, a ficar na área metropolitana, não fossem os fatores que favoreceram a desconcentração (GUIMARÃES NETO, 1997).

Antes de se fazer uma determinação do processo econômico regional ocorrido no Brasil entre 1975 e 1985, cabe destacar a influência das teorias da CEPAL e de crescimento desequilibrado nas políticas de desenvolvimento das regiões nesse período. A primeira, Teoria da dependência da CEPAL, utilizada como fonte teórica no trabalho do GTDN (1958), onde se constatou que a industrialização substitutiva para a região Nordeste era a única saída para o desenvolvimento daquela região; maneira análoga ao que postulava a CEPAL para os países em desenvolvimento. Logo após, essa idéia foi repassada para as demais regiões menos desenvolvidas do país.

A segunda corrente teórica destaca-se pela influência na maneira como foram promovidas às políticas de desenvolvimento regional no período. Onde, através das idéias de Perroux e Hirschman, tinha a implantação de grandes projetos estruturais, os quais

²² Também no Sul, o estado economicamente mais rico – o Rio Grande do Sul – perdeu posição em relação aos demais estados sulinos (GUIMARÃES NETO, 1997).

procuravam criar efeitos sobre as regiões através de encadeamentos, agindo na forma de unidade motriz do meio onde estavam inseridos.

De acordo com as conclusões acima e a análise dos dados já feitas nesse capítulo se observa que se deve ver com certa prudência o processo de desconcentração industrial em direção a outras regiões do país. Acontece que embora tenha perdido participação, a Região Sudeste e o Estado de São Paulo, ainda representava no final do período da desconcentração (1985) uma grande concentração da atividade econômica, como se pôde observar nos gráficos e tabelas que foram apresentados ao longo desse capítulo.

Contudo, mesmo que tal processo esteja longe de significar uma distribuição territorial mais equitativa da atividade econômica, o deslocamento da indústria para outras regiões do país, após um longo período de concentração oriundo de uma formação histórica que favoreceu o Sudeste e o Estado de São Paulo, foi um fenômeno novo que pode ser qualificado como “desconcentração concentradora”. Onde redução da participação da Região Sudeste e do Estado de São Paulo não foi capaz de reverter à polarização, devido os ganhos dos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Interior Paulista, respectivamente.

Ao mesmo tempo também se pode dizer que as regiões menos desenvolvidas do país nesse processo contaram com a possibilidade de investimentos em todos os segmentos da indústria (bens de consumo não duráveis, bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis); uma vez que houve desconcentração em todos esses segmentos da indústria.

Em síntese, o processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro gerou uma forte concentração geográfica da produção na Região Sudeste e no Estado de São Paulo. Onde as bases da economia cafeeira paulista deram subsídios para o seu desenvolvimento industrial e sua posterior supremacia quando da unificação do mercado nacional.

Contudo, a partir de 1975 o processo de desenvolvimento econômico brasileiro de forte concentração geográfica da produção em poucos estados e regiões, foi invertido, possibilitando uma maior participação das regiões mais estagnadas do país na economia nacional.

Esse processo, que tem continuidade até a primeira metade da década de 80, teve os incentivos fiscais e financeiros e os investimentos em infra-estrutura e do setor produtivo estatal como os fatores que mais lhe favoreceram. Acrescentam-se ainda os determinantes específicos de cada região. Cabendo mencionar a influência das teorias da CEPAL e de crescimento desequilibrado nas políticas de desenvolvimento das regiões nesse período.

Esse processo foi um fenômeno novo que pode ser qualificado como “desconcentração concentradora”. Onde a redução da participação da Região Sudeste e do

Estado de São Paulo não foi capaz de reverter à polarização. Ao mesmo tempo em que as regiões menos desenvolvidas do país nesse processo contaram com a possibilidade de investimentos em todos os segmentos da indústria.

Assim, entre 1975 e 1985 houve um movimento de desconcentração industrial para várias regiões do país. Todavia, a partir de meados da década de 80, num quadro mais geral de instabilidade econômica e crise da economia nacional, estabeleceu-se um processo de recentes transformações econômicas regionais, o qual será analisado no Capítulo 3.

CAPÍTULO 3

RECENTES TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS REGIONAIS

(1985-2007)

As análises teóricas feitas no Capítulo 1 a respeito da nova dinâmica do desenvolvimento regional, tanto das novas teorias quanto das novas tendências locais, forneceram um quadro geral das transformações regionais ocorridas nos últimos vinte anos.

Já o exame efetuado no Capítulo 2, possibilita compreender a dinâmica regional do Brasil até o ano de 1985, bem como contextualizar os fatores que possibilitaram a desconcentração econômica regional no Brasil nesse período. Servindo este capítulo de referência histórica para o período pós-85.

A luz das análises efetuadas nos capítulos anteriores, nesta parte do estudo analisa os efeitos das mudanças em curso sobre o desenvolvimento regional brasileiro, ou seja, faz-se um exame a respeito das recentes transformações econômicas regionais ocorridas no Brasil no período pós-85.

Para atingir esses objetivos, faz-se no capítulo o seguinte percurso. Na primeira seção se analisa o cenário econômico brasileiro do final do século XX, destacando as mudanças ocorridas nos anos pós-85 na economia nacional que teriam influenciado a nova dinâmica regional. Na segunda seção se faz um exame dos determinantes das recentes transformações, observando-se principalmente como os acontecimentos da economia mundial e brasileira nos últimos vinte anos teriam influenciado o desenvolvimento das regiões. Por fim, na terceira seção realiza uma análise das recentes transformações econômicas regionais por meio da análise dos dados, consultas a estudiosos no tema e apoio na parte teórica desenvolvida anteriormente no trabalho.

3.1 Economia brasileira pós-85: Crise, instabilidade e reformas

Após um século de expansão contínua, existente mesmo durante a Grande Depressão da década de 1930, o crescimento fez uma parada nesse período. Esse período marca a mais longa e grave crise da história do Brasil contemporâneo. Nesses anos os resultados médios não foram menores por conta do crescimento do período 1985/86, quando a economia recuperou-se beneficiada pelas exportações e pelos efeitos do Plano Cruzado. No geral, prevaleceu uma trajetória de crescimento médio baixo, diante dos valores históricos da

economia brasileira, cujo PIB havia aumentado à média de 6,9% ao ano, entre 1940 e 1980, e cuja renda *per capita* havia se multiplicada por cinco, no mesmo período (PACHECO, 1998).

Esses anos trazem a tona um comportamento econômico totalmente instável. Sendo recortadas de períodos de recessão, recuperação, estagnação do produto, nova recessão e recuperação; não havendo uma dinâmica cíclica de acumulação. Sendo as questões-chaves desse movimento oscilante o ajustamento externo e as restrições que esse ajuste impôs à condução da política econômica (PACHECO, 1998).

O ajustamento externo foi impulsionado principalmente pela crise do endividamento nos anos 80, a qual foi interpretada como sinal de esgotamento dos modelos de desenvolvimento voltado para dentro. Essa interpretação redirecionou a economia brasileira, com conseqüentes reformas na passagem para década de 90 (MELO, 2000). Nesse contexto, esse período foi marcado também pelo fim do modelo de crescimento com ênfase na substituição de importações.

No terreno econômico o período ficou marcado com frustrações. A cada plano de estabilização, a inflação caía cada vez menos e se acelerava com maior intensidade; só sendo conseguida a estabilização após inúmeras tentativas fracassadas. Com conjunturas muito diversas, os planos cobriam medidas totalmente heterodoxas (Plano Cruzado, 1986); medidas híbridas (Plano Bresser, 1987); política totalmente ortodoxa (“Política do Feijão com Arroz”, 1988); radicalização das propostas de desindexação (Plano Verão, 1989); bloqueio da liquidez da economia (Plano Collor 1), tentativa de reverter às expectativas hiperinflacionárias (Plano Collor 2) e, por fim, com uma reforma monetária precedida de indexação plena (Plano Real, 1994) (CASTRO; HERMANN, 2001).

A partir de 1985, a condução da política econômica da Nova República mantinha os mesmos parâmetros vigentes no início da década: de um lado, estimulava a realização de superávits da balança comercial sem buscar uma alteração radical das condições de financiamento externo; de outro, seu diagnóstico da inflação conduzia somente a um controle das contas públicas. Contudo, à volta da aceleração inflacionária no meio do ano faz com que novas alternativas sejam procuradas (PACHECO, 1998).

Diante da incapacidade de conter a elevação dos preços e do fracasso dos ajustes recessivos anteriores, o presidente Sarney adotou a proposta do “Choque heterodoxo” implantando o Plano Cruzado no dia 28 de fevereiro de 1986. O Cruzado representava uma tentativa de desindexação da economia, através do congelamento geral de preços e rendimentos, acompanhados de política monetária e fiscal passiva (CASTRO; HERMANN, 2001).

O Plano Cruzado obteve sucesso inicial. Os índices de preço ao consumidor baixaram para praticamente zero nos meses subseqüentes a sua implementação; houve um movimento de elevação do nível da atividade produtiva; uma expressiva recuperação do emprego e dos rendimentos; e uma desconcentração da renda pessoal. Mas a falta da realização das reformas anunciadas antes nos programas econômicos da oposição, a crescente divisão da equipe econômica e o calendário político circunscreveram a estabilização cada vez mais ao congelamento de preços (PACHECO, 1998).

O fim do Plano Cruzado ocorreu em fevereiro de 1987, com a decretação da extinção do congelamento dos preços. Ocorrendo também nesse período a piora das contas externas e posterior decretação da moratória dos juros externos, o que diminuiu ainda mais a entrada de recursos externos no Brasil (CASTRO; HERMANN, 2001).

Os anos seguintes seriam também marcados por melhorias momentâneas dos níveis de atividade e emprego, as quais ocorrem logo após adoção dos fracassados Planos Bresser e Verão. Acontece que passados os efeitos iniciais da queda dos preços, recompunham-se os mecanismos de indexação e a inflação ascendia a patamares ainda mais elevados, mantendo-se as permanentes tensões inflacionárias ao final de 1989 (PACHECO, 1998).

A situação econômica do país após o fracasso do Plano Verão deixava a certeza entre os analistas e agentes da economia de que somente medidas radicais seriam capazes de afastar o fantasma da hiperinflação.

Nesse contexto apareceu o Plano Collor. O Plano se apoiava em uma reforma monetária e em um bloqueio das aplicações financeiras, mas ainda adotou as seguintes medidas: regra de reajuste salarial por meio de um índice prefixado pelo governo com periodicidade mensal; minidesvalorizações cambiais fixadas pelo governo; reforma administrativa e venda de ativos da União na área do setor público; e na área fiscal ampliação da incidência do imposto de renda, reduzir gastos e investimentos do setor público, extinguir os incentivos fiscais e proibir o anonimato em operações financeiras para combater a economia informal (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

Noventa dias após o lançamento do Plano Collor estava claro que ele não havia conseguido realizar o que esperavam seus autores: a recessão continuava a ser o resultado mais provável, ao mesmo tempo em que a inflação estava de volta (BRESSER PEREIRA; NAKANO, 1991).

Em 31 de janeiro de 1991, o governo respondeu à retomada da escalada inflacionária e a perda do controle da política monetária com um novo Plano Econômico (o Plano Collor 2). O plano, na visão de Rêgo (1991), procurou reverter às expectativas

hiperinflacionárias, equacionar as dificuldades, interromper a recomposição dos circuitos financeiros prevalecentes antes do Plano Collor I e deter a progressiva perda de raio de manobra da política econômica. Em curto prazo, a administração dos preços era o mais efetivo mecanismo capaz de sustentar a redução da taxa de inflação obtida com o plano. Contudo, para um horizonte mais amplo do futuro, o que se apresentava era muito pouco, o que tornou o retorno das altas taxas de inflação uma questão de tempo.

Também merecem destaque da política econômica do Governo Collor as reformas, as quais se refletiram diretamente sobre a estrutura industrial brasileira. Isso implica, então, em um corte analítico dos temas tratados.

A desmobilização do aparato regulatório governamental, a liberalização do comércio exterior, a adoção de uma política não seletiva de apoio oficial a setores industriais e a tentativa de criar um instrumento de controle dos oligopólios através de uma lei antitruste é um retrato bem fiel da política industrial durante o governo Collor (JORGE, 1992).

Assim, a partir dos anos 1990 houve uma virada na história econômica do país, sendo essa década considerada a “década das reformas” no Brasil²³. Tendo sido durante quatro décadas uma economia fechada, com forte presença do Estado como produtor de bens e serviços, e após um longo período de alta inflação com indexação, no final da década de 1990 o Brasil se torna uma economia com grau expressivo de abertura ao comércio de bens e capital, e simultânea redução da função do Estado como produtor direto (BAUMANN, 2001).

O Gráfico 3 mostra a seqüência em que ocorreram as principais reformas. O processo foi iniciado com a reforma comercial e, no início da década de 1990, movimentos esporádicos de privatizações, seguidos da abertura da conta de capitais do balanço de Pagamentos. Na segunda metade da década de 1990 se tem a reforma administrativa, na seguridade social e uma série de mudanças nos programas sociais, que compreenderam educação, saúde e redução da pobreza.

²³ Embora algumas ações iniciais tenham ocorrido no final da década de 1980 – como a liberalização do comércio exterior e as primeiras privatizações –, as etapas mais significativas somente começaram a ser cumpridas a partir de 1990 (BAUMANN, 2001).

Gráfico 3 - Uma Década de Reformas. Brasil – 1988-1998

	1988 e antes	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Reforma Comercial		*	*	*	*	*	*	*	*		
Abertura ao Capital Financeiro Externo					*			*	*		
Privatização	*		*				*	*		*	
Regulamentação do Setor Financeiro								*	*	*	*
Reforma da Seguridade Social									*	*	*
Reforma Administrativa											*
Reforma de Programas Sociais:											
-Educação								*	*	*	*
-Saúde								*	*	*	*

Fonte: Baumann (1999)

Nota: Os asteriscos mostram a data aproximada das principais medidas para a regulação de cada uma das reformas, e não o momento de maior intensidade nas mudanças.

O Retorno à análise histórica cronológica remete ao Plano Real (1994). O Plano Real foi um programa de estabilização preanunciado em três estágios. O primeiro estágio era o mecanismo de equilíbrio orçamentário. O segundo introduzia uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos mais importantes da economia. O terceiro estabelecia a conversão dessa unidade de conta na nova moeda do país, a uma taxa de paridade semi-fixa com o dólar (BACHA, 1998).

O programa de estabilização posto em prática utilizou a âncora cambial como mecanismo para lograr mais rapidamente a estabilidade de preços, ou seja, utilizava-se a fixação do valor da moeda externa como meio para alcançar a estabilidade do valor interno da moeda. Esse mecanismo de estabilidade apresenta dois efeitos positivos no combate à escalada dos preços. O primeiro é definido pela equivalência da moeda local com a moeda externa mais relevante, no caso, o dólar. O segundo é entendido pela constância do poder de compra nominal da moeda doméstica quando houvesse uma variação positiva dos bens (CARNEIRO, 2002).

O Plano Real teve características peculiares quando comparado a outros programas de reforma monetária no Brasil e em outros países. Bacha (1998) aponta as seguintes características particulares do Plano Real:

- 1.Desindexação de preços e salários foi precedida de uma fase de indexação plena através de uma unidade de conta estável para alinhar os preços relativos da economia²⁴.
- 2.A reforma monetária foi preanunciada, negociada abertamente com o Congresso, e introduzida sem o congelamento de preços e salários.
- 3.A estabilização foi alcançada sem confisco de ativos financeiros.
- 4.A Política Monetária e a Política Cambial pós-estabilização foram flexíveis, ao invés de obedecer a metas monetárias estritas ou um regime cambial fixo.
- 5.A estabilização aconteceu no contexto de uma economia em expansão.

O Plano real ainda passou por mudanças para superar alguns desequilíbrios que apareceram ao longo de sua vigência.

Uma primeira mudança entre março e junho de 1995, quando o governo dotou uma série de medidas drásticas de política econômica para reagir aos desequilíbrios que ameaçavam a sustentação do Plano. Foi elevada substancialmente a taxa básica de juros, imposto restrições adicionais à expansão do crédito, promoveu uma desvalorização de 5% do Real em relação ao Dólar, substituiu a banda assimétrica por uma banda flutuante de câmbio, decretou uma aguda elevação, de 20 para 70%, das tarifas de importação de automóveis e eletrodomésticos e instituiu um regime de livre negociação salarial (BACHA, 1998).

Uma segunda mudança a partir do dia primeiro de julho de 1999, quando, no contexto de uma grave crise cambial, com alta aceleração da taxa de câmbio e temores de

²⁴ O dispositivo utilizado foi a Unidade Real de Valor (URV), a qual consistia em uma pré-moeda que fazia parte do sistema monetário do país.

retomada do processo inflacionário, o Brasil adotou o regime de Metas de Inflação (GIAMBIAGI; CARVALHO, 2002).

O Plano Real foi um sucesso no combate ao processo inflacionário, mas não conseguiu os efeitos esperados na taxa real de crescimento. Fishlow (2003) atribui a não consecução dos elevadas taxas de crescimento a dois conjuntos de fatores externos:

1. As crises dos países em desenvolvimento logo após a implantação do Real. Primeiro a “Crise tequila” em 1994 no México, cujos principais efeitos imediatos foram sentidos em outros pontos da região, mas também tiveram conseqüências menores no Brasil; segundo a crise asiática de julho de 1997, que levou aumentos acentuados das taxas de juros, penalizando a expansão externa; terceiro a crise Russa de agosto de 1998 que provocaram o retorno da subida das taxas de juros, as quais já estavam em escala descendente; e, em quarto, o primeiro empréstimo do FMI insuficiente para evitar a desvalorização brasileira imediatamente posterior, em janeiro de 1999;

2. As circunstâncias especiais de 2001. Primeiro houve uma recessão nos Estados Unidos e uma diminuição da demanda externa, em termos mais gerais, à medida que o comércio global foi cessando; e isso antes do ocorrido em 11 de setembro. Segundo surgiram problemas crescentes na Argentina ao longo do ano, os quais levaram a uma hesitação a respeito do Brasil e reduziram os fluxos de investimentos diretos, ao mesmo tempo em que pressionaram a taxa de juros e a taxa de câmbio brasileira.

Tudo isso inibiu a continuidade da expansão e impôs pressões adicionais à política fiscal e monetária interna, inibindo as elevadas taxas de crescimento durante o período do governo de Fernando Henrique Cardoso.

A política econômica do Governo Lula (2003-2007) foi marcada pela melhoria de alguns aspectos e indicadores. Quatro temas principais serão postos em relevo, seguindo a análise de Carneiro (2006) e outros:

1. Redução da vulnerabilidade – deveu-se principalmente à intensidade da fase de ascendente do ciclo internacional. Contudo, no plano da política doméstica o conjunto das medidas postas em prática foi na direção de ampliar a vulnerabilidade externa (ampliação da abertura financeira, exacerbando a possibilidade de um ataque especulativo contra o Real e a sustentação do saldo em transações correntes apoiado principalmente nos *commodities*);

2. Diminuição da fragilidade fiscal – o aspecto positivo a destacar é a redução da dívida do setor público, medido em proporção do PIB e, em particular, da dívida externa. Contudo, cabe assinalar a redução dos prazos médios da dívida interna e a parcela crescente com vencimento no prazo de um ano. Outro aspecto a se destacar é a qualidade do ajuste. Acontece que se ampliou o superávit primário para arcar com o acréscimo da carga de juros da dívida do setor público por meio do aumento da carga tributária. Quanto aos gastos, pode-se constatar um crescimento simultâneo dos juros e das despesas correntes, em detrimento do investimento público;
3. Melhorias na distribuição da renda – como consequência da retomada do crescimento do emprego associada aos ganhos salariais. O aumento do emprego é atribuído principalmente a maior elasticidade do emprego ante o produto.
4. Estabelecimento de um modelo de crescimento dependente das atividades industriais e exportadoras, num contexto de estabilidade do coeficiente importado – esse novo modelo não encontra sustentação, nem no desempenho das variáveis econômicas cruciais, como a taxa de investimento, e nem no formato da política econômica. Cabe colocar que o baixo valor dos investimentos em infra-estrutura não foi superado. Também não se concretizou uma política industrial, ao mesmo tempo focalizada em setores prioritários e constituída de vários instrumentos pertinentes (financeiros, fiscais e tarifários). Ainda houve uma desarticulação do crédito dirigido com um projeto de desenvolvimento.

Assim, em um quadro geral, no período posterior a 1985 a política macroeconômica se orientou para estabilidade inflacionária, esquecendo o crescimento econômico. Essa conquista foi conseguida somente em 1994, mas não veio acompanhado de taxas de crescimento elevadas, ao contrário, veio com ela à ampliação da instabilidade macroeconômica. Com relação às conquistas alcançadas no Governo Lula, pode-se colocar que não vêm se demonstrando sustentáveis ou permanentes.

Todo esse quadro de instabilidade e crise macroeconômica foi fundamental para o atual desenvolvimento das economias regionais no período em estudo. Na seção que segue serão analisados os seus efeitos sobre as recentes transformações economias regionais, bem como outros fatores que contribuíram para a atual configuração.

3.2 Determinantes das recentes transformações econômicas regionais

Para os objetivos aqui propostos, convém antes da análise dos determinantes da economia brasileira lembrar que o novo ambiente que caracteriza a economia mundial (globalização e flexibilização produtiva) tem uma dimensão locacional. Dimensões estas que já foram analisadas no Capítulo 1, não cabendo a sua retomada.

Feita essa observação, resta analisar os fatores que teriam contribuído para as mudanças em curso no cenário regional brasileiro.

A estagnação econômica e o ajustamento externo exportador dos anos 80 e a mudança do regime comercial na passagem para os anos 90 foram significativas para as mudanças nas trajetórias de desenvolvimento regionais (MELO, 2000).

A estagnação econômica influenciou as mudanças regionais na medida em que o arrefecimento da dinâmica de acumulação inibiu novos investimentos. Isso porque na economia brasileira as transformações regionais da indústria se fazem fundamentalmente em função da orientação locacional dos novos investimentos, e não pela realocação de plantas já existentes (CAMPOLINA DINIZ, 1995).

Também afetou o comportamento diferenciado das regiões a alternância entre períodos de forte retração da atividade econômica e de recuperação rápida. Refletindo-se esse tipo de desempenho com intensidade no segmento de bens duráveis e, em menor grau, no de bens não-duráveis de consumo. Os efeitos sobre a produção de bens intermediários são ainda menores, na medida em que esta, em termos médios, conta com um grau mais elevado de participação nos mercados externos (PACHECO, 1998).

A redução e quase eliminação da capacidade de exercer políticas de desenvolvimento econômico e social, por parte do setor público, teve um forte impacto nas mudanças da configuração regional nas últimas décadas. Segundo Guimarães (1997) esse fenômeno terminou por marginalizar os projetos e planos regionais de desenvolvimento e as propostas mais gerais de redução das desigualdades entre os espaços desenvolvidos e os economicamente atrasados. Na visão do autor, o Estado nacional nos anos 80 perdeu o caminho que começava a trilhar de redução das diferenças entre as condições de vida dos brasileiros residentes em diferentes regiões.

De fato, o dismantelamento do Estado nacional implicou no fim dos investimentos públicos. Conforme se vê na Tabela 7, o investimento público e o crédito governamental ao setor privado no Brasil vêm apresentando considerável redução desde 1980, desse ano para o final da série todas às regiões tiveram reduções nos investimentos e créditos governamentais;

tendo em vista que o crédito e o investimento total do Brasil apresentaram uma escala descendente no pós-80, com a exceção da manutenção em 1991.

Tabela 7 - Investimento público total mais crédito governamental ao setor privado como proporção percentual do PIB regional. Brasil – 1970/2000

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	C. Oeste	Brasil
1970	27,6	17,5	11,2	13,7	19,5	13,0
1975	29,2	25,9	16,3	15,0	34,5	18,2
1980	23,3	20,9	14,8	13,9	23,9	16,0
1985	23,6	12,2	7,1	7,6	16,4	8,9
1991	12,1	11,0	8,0	6,5	18,2	8,9
1995	9,4	9,1	5,7	6,3	12,2	6,9
2000	11,1	8,3	5,1	5,1	12,0	6,2

Fontes: Relatório Anual do BNDES (vários números); Anuário Estatístico do Crédito Rural, Bacen (vários números); Secretaria do Tesouro Nacional (STN, para dados de fundos constitucionais; STN/Sudam/Basa para os recursos do Finame; STN/Sudene/BNB para os recursos do FINOR; e STN/GERES/Bandes para os recursos do Funres (apud MONTEIRO NETO, 2006, p.37).

Notas: As fontes de crédito governamental para o estímulo ao investimento privado consideradas aqui são as seguintes:

- a) Valores referentes a Desembolsos do Sistema Bndes (operações Diretas e Indiretas) e Subsidiárias (Finame e BNDESPAR).
- b) Fundos constitucionais (FNO, FNE e FCO). Instituídos no âmbito da Constituição de 1988, entraram em funcionamento em 1989.
- c) Financiamentos de crédito rural apenas para investimento. Sem considerar, portanto, o crédito a custeio e comercialização.
- d) Crédito habitacional. Os valores totais (FGTS, Tesouro e SBPE) dos quatro subperíodos entre 1990-2002 foram distribuídos igualmente, ano a ano da série a partir de 1990.
- e) Fundos fiscais de investimento: Finam para Amazônia Legal; Finor para estado do Nordeste e semiárido de Minas Gerais; e Funres para o estado do Espírito Santo.

Há mudanças radicais no âmbito da intervenção do governo federal no apoio às regiões. Entende-se agora que às áreas sub-regionais constituiriam pólos de base local que, voltados para o mercado mundial e nacional abririam oportunidades de crescimento. As políticas de desenvolvimento regional passam a ter como foco a identificação e o estímulo de potencialidades locais, aglomerações, distritos industriais, pólos de desenvolvimento ou Arranjos Produtivos Locais²⁵, com capacidade de dinamizar as economias locais (MELO, 2000).

²⁵ Nesse sentido, em agosto de 2004 o Governo Federal instalou o Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais - GTP APL, envolvendo um Núcleo Estadual composto por entidades governamentais (Ministério da Fazenda, ministério do trabalho e Emprego, por exemplos) e não-governamentais (Institutos de Pesquisa, SEBRAE, dentre outros), com o apoio de uma Secretaria Técnica, lotada na estrutura organizacional

O fato positivo é que em todas as macro-regiões do país será possível identificar sub-regiões mais desenvolvidas e outras carentes de apoio de políticas desse tipo, passando agora os formuladores das políticas regionais a trabalhar com o mapa das regiões e não apenas com as regiões Norte e Nordeste. Contudo, caso a ação do governo federal concentre no apoio as áreas dinâmicas das regiões, pode-se reforçar a heterogeneidade intra-regional.

Com relação à abertura externa da economia brasileira, Campolina Diniz (1995) defende que essa mudança na política comercial externa está reforçando a reconcentração relativa da produção industrial na área mais industrializada do país, porque estas têm melhores condições de ganho de eficiência e capacidade de competição no mercado internacional. Por outro lado, ainda na visão do autor, a abertura externa e a expansão das exportações de grãos e seus derivados e de bens minerais e seus derivados estão contribuindo para a desconcentração destas atividades no sentido do centro-oeste e norte do país.

Em síntese, na visão do autor, a abertura comercial está provocando a especialização das regiões. Onde as regiões mais desenvolvidas estão competindo no mercado externo com produtos dinâmicos, industrializados; e as regiões menos desenvolvidas estão se inserindo nesse processo em produtos a base de recursos naturais.

Ainda se podem colocar fatores que contribuíram para efetivas manifestações de desconcentração no período, conforme Cano (1997):

- A alocação de grandes investimentos petrolíferos de extração (Nordeste e Rio de Janeiro) e de refino (Paraná);
- A continuidade da desconcentração agrícola, induzindo novos projetos agroindustriais regionalizados (nos cerrados e em algumas “manchas” irrigadas nordestinas);
- Algumas políticas estadualizadas – notadamente as de “guerra fiscal” - combinadas com projetos privados de novas localizações para suas novas plantas, que desconcentrou – de São Paulo, em direção principalmente à Zona Franca de Manaus, Minas Gerais e Sul;
- Dado que São Paulo é o epicentro da crise, o movimento migratório inter-regional viu-se inibido de continuar tendo esse estado como destino. Isso certamente provocou uma nova “inclusão urbana” em várias capitais e grandes cidades

do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio, com o objetivo de adotar uma metodologia de apoio integrado a arranjos produtivos locais, com base na articulação de ações governamentais (GTP APL, 2007).

periféricas, além do conhecido fenômeno que ocorreu com o notável crescimento de cidades médias brasileiras entre 1980 e 1991. Essa expansão urbana periférica, por mais improdutiva que tenha sido, certamente provocou aumento do emprego em serviços, gerando ainda novas oportunidades de inversão para indústrias “leves”;

- Embora ainda tímidas, as poucas políticas de incentivo do turismo nacional – notadamente para o Nordeste geraram igualmente efeitos positivos, como os acima apontados.

Em resumo, a crise geral da economia brasileira, que levou à simultânea redução dos investimentos estatais diretos e a construção de infra-estrutura, e a orientação da política econômica, principalmente com a abertura externa, vêm seguramente alterando o processo de desenvolvimento regional nos anos recentes no Brasil.

3.3 Análise das recentes transformações econômicas regionais

3.3.1 Transformações do Período

Antes de começar a análise é importante mencionar que uma avaliação das mudanças espaciais da atividade industrial após 1985 apresenta uma séria dificuldade. Desde a segunda metade da década de 80 não são realizados os censos Industriais, de Comércio e de Serviços. A inexistência de informações censitárias atualizadas obriga a considerar estatísticas alternativas, nem sempre as mais adequadas para compreender os fenômenos em questão. Aliado aos fatos de que as mudanças regionais foram bem menos significativas e do investimento ter sido sensivelmente menor, essa precariedade dos dados alimenta uma série de controvérsias em torno do período (PACHECO, 1999, GUIMARÃES NETO, 1997).

Os problemas estatísticos acima não impossibilitam que se consiga fazer uma análise a respeito das recentes transformações econômicas regionais. Acontece que se pode trabalhar com as estimativas dos produtos internos das regiões brasileiras realizadas pelo IPEA em conjunto com o IBGE, bem como em outros indicadores econômicos, como empregos e as intenções de investimentos, por exemplo, além de outros métodos estatísticos secundários que forneçam informações acerca das transformações regionais.

Inicialmente, antes de fazer uma análise da participação das regiões nos mais diferentes indicadores econômicos, cabe observar como o ambiente macroeconômico das duas

últimas décadas teve efeitos pouco positivos sobre a dinâmica do crescimento das economias regionais. Tendo como regra geral a perda de ímpeto de todas as regiões à medida que os anos evoluíam: no período inicial 1990-1994, correspondente aos governos Collor/Itamar, as regiões tiveram mais crescimento que no período dos mandatos FHC (1995-1998 e 1999-2002) (Tabela 8).

Tabela 8 - Taxas anuais de crescimento ¹ do PIB total e do PIB per capita. Brasil e Regiões.1960 a 2002

Regiões	Fase Desenvolvimentista ²			Reformas Liberais ³		
	Reformas com Crescimento	Fase I Auge	Fase II Declínio	Reformas Sem cresc.	Governo Collor/Itamar	Governo FHC (I e II)
	1960-89	1960-79	1980-89	1990-2002	1990-94	1995-2002
Taxas de crescimento do produto total						
Norte	9,31	8,42	8,80	2,50	4,40	2,97
Nordeste	5,73	5,60	3,50	2,92	2,20	2,44
Sudeste	6,05	7,75	2,40	2,48	1,90	1,48
Sul	6,29	7,53	3,40	2,48	3,90	1,79
Centro-Oeste	8,33	11,24	5,40	5,25	5,60	5,24
Brasil	6,23	7,57	3,10	2,70	2,70	2,00
Taxa de crescimento do produto <i>per capita</i>						
Norte	4,60	4,10	3,48	0,02	1,59	0,58
Nordeste	3,47	3,23	1,49	1,76	1,07	1,27
Sudeste	3,46	4,90	0,41	1,04	0,42	0,07
Sul	4,20	4,89	1,85	1,21	2,55	0,53
Centro-Oeste	4,00	6,06	2,41	3,11	3,27	3,15
Brasil	3,64	4,72	1,00	1,29	1,12	0,62

Fonte: Dados brutos IBGE (apud MONTEIRO NETO, 2006, p.18).

Notas: ¹ Taxas de crescimento obtidas por ajustamento de uma função exponencial.

² O modelo desenvolvimentista de transformação da economia e da sociedade brasileira teve seu início na década de 1930 e, grosso modo, perdurou até fins dos anos 1980. Para as reflexões empreendidas neste trabalho, aceita-se uma quebra no rigor conceitual associado àquele termo e utiliza-se correntemente o período que vai de 1960 a 1989 – a fase de ouro da intervenção estatal na questão regional – como representativa do desenvolvimentismo no seu aspecto espacial.

³ Considera-se o modelo liberal como a experiência – em certo sentido, ainda em curso – iniciada pelo governo Fernando Collor de Melo de ampliação da abertura comercial e financeira da economia brasileira. Com políticas macroeconômicas voltadas para maior integração da economia nacional aos fluxos de comércio e de capitais do exterior, os governos pós-1990 promoveram uma guinada radical na rota definida pelo desenvolvimentismo como estratégia de crescimento nacional.

Percebe-se com a tabela acima que a crise das economias regionais teve como epicentro a Região Sudeste, suas taxas de crescimento nos anos recentes são sempre menores que a das demais regiões (taxa de crescimento do produto total entre 1990-2002 de 2,48%) (Tabela 8). Essa consequência traz em termos das recentes transformações regionais duas características controvertidas. Por um lado, permitiu que as desigualdades regionais não aumentassem demasiadamente, pois às regiões periféricas cresceram a taxas maiores que a região central. Porém, por outro lado, o arrefecimento da dinâmica de acumulação da região mais desenvolvida inibiu também o crescimento periférico - isso por causa da compra de

insumos, matérias-primas e maquinários da região central – e o menor crescimento da economia indica menos investimentos, o que impede a orientação locacional dos novos investimentos para as regiões menos desenvolvidas. Não se conseguindo chegar a uma conclusão precisa a respeito das recentes transformações com essa análise inicial.

Uma análise da participação das regiões no Produto Interno Bruto Total fornece uma melhor explicação do período. Os resultados apresentados na Tabela 9 com base nas estimativas do IPEA, indicam tímidas variações das regiões na participação do PIB total do Brasil entre 1985 e 2004, com pequenas variações positivas das Regiões Norte (ganha 1,5%), Sul (aumenta 1,1% na participação) e Centro-Oeste, a região que mais aumentou sua participação (ganha 2,7%), em detrimento da perda da Região Sudeste (perde 5,3%). A Região Nordeste se manteve estável no período em análise, com participação em 14,1% no Produto Interno Bruto Nacional, o mesmo índice do início da série. Sendo considerável os aumentos de participação dos Estados da Amazonas e Pará (Região Norte), Santa Catarina (Região Sul) e Mato Grosso e Goiás (Região Norte), bem como a perda de participação do Estado de São Paulo (Região Sudeste).

Tabela 9 – Participação relativa das regiões e estados no Produto Interno Bruto.

Brasil – 1985/2004

Região e estados	1985	1990	1995	2000	2004
Norte	4,0	5,0	4,8	4,7	5,5
Rondônia	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6
Acre	0,2	0,1	0,1	0,1	0,2
Amazonas	1,6	1,9	1,8	1,8	2,1
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	1,6	2,1	1,9	1,8	2,0
Amapá	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2
Tocantins	0,0	0,1	0,2	0,2	0,3
Nordeste	14,1	12,9	12,8	13,0	14,1
Maranhão	0,7	0,8	0,8	0,8	1,0
Piauí	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6
Ceará	1,7	1,7	1,9	1,8	1,8
Rio Grande do Norte	0,8	0,8	0,8	0,9	0,8
Paraíba	0,7	0,9	0,9	0,8	0,8
Pernambuco	2,7	2,7	2,7	2,6	2,7
Alagoas	0,8	0,8	0,6	0,7	0,7
Sergipe	1,0	0,6	0,5	0,5	0,7
Bahia	5,4	4,5	4,1	4,3	4,9
Sudeste	60,2	58,8	58,7	57,8	54,9
Minas Gerais	9,6	9,3	9,7	9,7	9,4
Espírito Santo	1,7	1,6	2,0	2,0	2,0
Rio de Janeiro	12,7	10,9	11,5	12,5	12,6
São Paulo	36,2	37,0	35,5	33,7	30,9
Sul	17,1	18,2	17,9	17,6	18,2
Paraná	6,0	6,4	5,9	6,0	6,2
Santa Catarina	3,3	3,8	3,6	3,9	4,0
Rio Grande do Sul	7,9	8,2	8,2	7,7	8,0
Centro-Oeste	4,8	5,2	6,0	7,0	7,5
Mato Grosso do Sul	1,0	1,0	1,1	1,0	1,1
Mato Grosso	0,7	0,8	1,0	1,3	1,6
Goiás	1,8	1,8	1,9	2,0	2,3
Distrito Federal	1,4	1,6	2,0	2,7	2,5
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fonte dos dados brutos, IPEA (2007).

Nota: Produto Interno Bruto (PIB) para os anos calculados segundo conceito a preços de mercado constantes.

De maneira análoga ao que foi feito no capítulo anterior, quando foi mencionada a maior importância que se atribui ao Valor da Transformação Industrial (VTI) nos estudos de concentração e desconcentração econômica regional, será examinada especificamente essa vertente na tabela a seguir.

Na tabela 10 se tem a participação do VTI na indústria em geral segundo as Grandes Regiões e os Estados de acordo com estimativas do IBGE no período compreendido entre 1996 e 2005. Percebe-se na tabela que houve um pequeno aumento de participação de

todas as regiões em consequência de uma tímida redução da região Sudeste (perde 4,9%), com destaque para as regiões Nordeste (ganha 1,8%) e Norte (ganha 1,3%). As perdas da região Sudeste são em decorrência da redução de participação do estado de São Paulo (perde 9,2%), contudo essas perdas são atenuadas regionalmente pelos aumentos dos demais estados do Sudeste, sobretudo o Rio de Janeiro (ganha 1,8%).

Tabela 10 – Participação relativa das regiões e estados no VTI da indústria geral.

Brasil – 1996/2005

Região e estados	1996	2000	2005
Norte	4,5	4,7	5,8
Rondônia	0,1	0,1	0,2
Acre	0,0	0,0	0,0
Amazonas	3,3	3,2	3,9
Roraima	0,0	0,0	0,0
Pará	1,0	1,3	1,5
Amapá	0,1	0,0	0,1
Tocantins	0,0	0,0	0,1
Nordeste	7,5	8,9	9,3
Maranhão	0,3	0,4	0,4
Piauí	0,1	0,1	0,1
Ceará	1,1	1,3	1,1
Rio Grande do Norte	0,5	0,6	0,6
Paraíba	0,4	0,3	0,4
Pernambuco	1,6	1,2	1,1
Alagoas	0,7	0,5	0,4
Sergipe	0,2	0,4	0,5
Bahia	2,7	4,1	4,7
Sudeste	68,4	65,8	63,5
Minas Gerais	9,0	9,5	10,4
Espírito Santo	1,3	2,0	2,4
Rio de Janeiro	8,7	9,5	10,5
São Paulo	49,4	44,8	40,2
Sul	17,4	18,5	17,7
Paraná	5,2	5,8	6,3
Santa Catarina	4,5	4,4	4,4
Rio Grande do Sul	7,7	8,3	6,9
Centro-Oeste	2,2	2,2	3,7
Mato Grosso do Sul	0,4	0,3	0,5
Mato Grosso	0,5	0,5	1,2
Goiás	1,1	1,1	1,7
Distrito Federal	0,2	0,3	0,2
Brasil	100,0	100,0	100,0

Fonte: SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INFORMAÇÃO - SEPIN

(2007).

Após as os exames das tabelas 9 e 10 se constata que a desconcentração no período pós-85 continuou, contudo com menor ímpeto que o observado no período anterior (1975-85), visto que são constatadas apenas pequenas variações positivas das regiões menos desenvolvidas no PIB e / ou no VTI da indústria. Esse fato pode suscitar a idéia que a desconcentração de 1975-85 estaria caminhando para o seu esgotamento no período mais recente (pós-85).

A análise de outros indicadores, como o emprego e as intenções de investimentos, traz uma dimensão dos acontecimentos do período do ponto de vista das mudanças na estrutura produtiva.

O levantamento dos dados de emprego formal do Ministério do Trabalho segmentado por regiões aponta para o período 1990-2005 o aumento da participação das regiões menos desenvolvidas do país, com exceção da região Norte (perde 0,1%). A região Sudeste perde nos quinze anos em análise apenas 4,4 % (sai de 56,2% em 1990 pra 51,8% em 2005) e às regiões que mais ganham são a Centro-Oeste e Nordeste, com pequenas variações positivas da ordem de 2,3% e 1,7%, respectivamente. Essa análise da dinâmica dos empregos formais vem a confirmar a hipótese defendida acima, ou seja, a desconcentração do período 1975-85 vem se mostrando menos intensa no período recente (ver tabela 11).

Tabela 11 – Distribuição relativa por regiões do Emprego. Brasil – 1990/2005

Ano	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Ignorado	Total
1990	5,1	15,8	56,2	16,9	6,0	0,00	100,0
1992	3,5	15,5	56,2	17,0	6,2	1,6	100,0
1994	3,8	15,4	55,8	17,4	6,7	0,9	100,0
1996	3,9	16,3	55,7	17,2	6,9	0,0	100,0
1998	4,1	16,6	54,2	17,5	7,6	0,0	100,0
2000	4,2	16,7	53,5	17,6	8,0	0,0	100,0
2002	4,5	16,9	52,7	17,7	8,1	0,0	100,0
2004	4,9	17,2	51,8	17,9	8,3	0,0	100,0
2005	5,0	17,5	51,8	17,5	8,3	0,0	100,0

Fonte: Fonte dos dados Brutos, Mtb-RAIS (2007).

A perda de participação da região Sudeste no período pós-85 observadas nas tabelas acima (tabelas 9, 10 e 11) são atribuídas principalmente a dois fatores. Um primeiro

fator, o qual se refere aos impactos negativos da abertura comercial e seus reflexos sobre o setor industrial, fortemente concentrado no Sudeste.

Um segundo fator, que está intrinsecamente ligado à abertura comercial, o qual se refere aos efeitos da flexibilização produtiva pela qual passou as grandes empresas nos últimos anos impulsionadas pela globalização e às mudanças tecnológicas. Onde a grande empresa, como já foi observado anteriormente, tende a descentralizar e fragmentar a sua produção, provocando uma desterritorização das atividades econômicas, procurando localizar cada segmento das suas operações no local mais apropriado. Os ganhos das regiões menos desenvolvidas são representados principalmente pela saída de indústrias intensivas em recursos naturais e mão-de-obra. Como às regiões menos desenvolvidas brasileiras tem maior base de recursos naturais e a mão-de-obra é mais barata (devido a abundância, sindicatos menos organizados, por exemplos), têm-se pequenos ganhos dessas regiões, principalmente no emprego industrial.

De fato, conforme se observa na Tabela 12, onde se tem à distribuição dos empregos formais segmentados por regiões e pelos quatro setores da economia brasileira que mais empregaram em 2005. Nessa tabela se verifica que a região Sudeste só não perde participação na administração pública (mantém os 40,0% do início da série) e que a maior perda de participação percentual dessa região é no setor da indústria de transformação (perde 8,2%). As demais regiões apresentam desempenhos diferenciados nos setores, contudo todas ganham participação na indústria de transformação, com destaques nesse setor para os ganhos da região Sul (ganha 3,3%) e das regiões Centro-Oeste e Nordeste (ganham 2,2% e 2,1%, respectivamente) (tabela 12).

Tabela 12 – Distribuição relativa por regiões do emprego nos setores da economia que mais empregam. Brasil – 1990/2005

	NO	NE	S	CO	SE	BR
1995						
Serviços	3,3	14,8	15,4	6,4	60,1	100,0
Administração Pública	6,4	23,8	14,7	11,2	40,0	100,0
Indústria de Transformação	2,5	10,8	22,7	2,8	61,1	100,0
Comércio	3,1	13,9	18,9	6,2	57,8	100,0
2000						
Serviços	3,1	13,6	15,5	7,3	60,5	100,0
Administração Pública	7,1	25,9	14,4	12,1	40,4	100,0
Indústria de Transformação	3,0	12,0	25,4	4,1	55,5	100,0
Comércio	3,9	14,8	8,4	7,4	55,5	100,0
2005						
Serviços	3,4	14,7	16,0	7,4	58,6	100,0
Administração Pública	8,6	26,9	12,9	11,7	40,0	100,0
Indústria de Transformação	3,8	12,7	26,0	4,6	52,9	100,0
Comércio	4,6	15,0	18,8	8,0	53,6	100,0

Fonte: Fonte dos dados Brutos, Mtb-RAIS (2007).

Um exame do perfil dos investimentos vem a reforçar os impactos da flexibilização produtiva, principalmente no tocante a realocização das atividades econômicas intensivas em recursos naturais e mão-de-obra. Uma listagem simples dos setores com percentuais elevados de investimentos em alguma região – sem levar em conta os investimentos não regionalizáveis, da forma como está estruturada a tabela 13 e deixando de lado os setores com baixos valores absolutos de investimento – da idéia mais nítida dessa nova tendência locacional por setores da economia.

Tabela 13 - Distribuição relativa regional e estadual do Valor dos Novos Investimentos. Brasil - 1998

Regiões	Setores Industriais e Investimentos								
	AUT	EMI	MET	MNM	PAL	PAP	QUI	TEX	ELC
Norte	0,2	4,5	25,2	1,1	0,3	14,4	0,3	0,0	42,5
Rondônia	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Acre	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Amazonas	0,2			1,1		0,1	0,3		42,4
Roraima	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Pará	---	4,5	25,2		0,3	1,7	---	---	---
Amapá	---	---	---	---	---	12,5	---	---	---
Tocantins	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Nordeste	0,3	0,3	6,6	40,9	22,9	40,6	16,1	69,2	17,6
Maranhão	---	---	1,7	1,9	0,6	11,6	0,1	2,4	---
Piauí	---	---	0,1	2,0	---	---	0,1	---	---
Ceará	0,1		0,5	1,6	2,9	0,2	0,4	20,6	
Rio Grande do Norte		---	0,1	---	1,8	---	0,3	8,0	---
Paraíba	0,1	0,1		2,6	0,5	0,4	---	22,2	---
Pernambuco	---	---	2,9	6,2	0,2	---	2,4	10,7	2,1
Alagoas	---	---	---	---	0,6	---	0,3	2,8	---
Sergipe	---	---	---	9,1	3,0	0,2	0,1	1,1	---
Bahia	---	0,2	1,3	17,6	13,5	28,2	12,5	1,4	---
Sudeste	85,2	94,8	68,1	51,4	61,5	24,1	66,4	30,0	55,4
Minas Gerais	20,4	13,7	34,6	6,8	19,0	7,8	3,5	15,4	---
Espírito Santo	---	6,9	1,1	---	0,8	2,7	---	---	---
Rio de Janeiro	---	74,1	17,2	6,4	17,9		17,0	0,7	5,8
São Paulo	64,8	0,1	15,3	38,1	23,8	13,6	45,9	13,9	49,7
Sul	14,3	0,0	0,0	6,5	9,0	20,9	17,2	0,0	0,0
Paraná	13,1	---	---	---	1,5	11,2	---	---	---
Santa Catarina	---	---	---	6,5	7,5	2,5	0,4	---	---
Rio Grande do Sul	1,3	---	---	---	---	7,2	16,9	---	---
Centro-Oeste	<u>0,0</u>	<u>0,4</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>6,3</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>	<u>0,7</u>	<u>0,0</u>
Mato Grosso do Sul	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Mato Grosso	---	---	---	---	0,3	---	---	---	---
Goiás	---	0,4	---	---	0,6	---	---	0,7	---
Distrito Federal	---	---	---	---	---	---	---	---	---
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MICT – Secretaria de Política Industrial (apud GUIMARÃES NETO, 1997, p. 72).

Nota: Classificação dos setores:

AUT — Veículos automotores

QUI — Químicos

EMI — Extração mineral

TEX — Têxteis

MET — Metalúrgica básica

ELC — Material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicação

MNM — Minerais não-metálicos

PAP — Celulose e papel

PAL — Produtos alimentícios e bebidas.

Ordenando-se a tabela 13 pelo grau de concentração em cada região, tem-se o seguinte perfil regional e setorial para os investimentos encontrados:

- (a) Em São Paulo: veículos automotores (64,8%), material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicação (49,7%), produtos químicos (45,9%) e minerais não-metálicos (38,1%);
- (b) No Sudeste menos São Paulo: extrativa mineral (94,7%), Metalúrgica básica (52,8%), Produtos alimentícios e bebidas (37,45%), veículos produtos químicos (20,5%), automotores (20,4%) e minerais-não metálicos (13,3%);
- (c) No Sul: papel e celulose (20,9%), produtos químicos (17,2%) e veículos automotores (14,3%) e Produtos alimentícios e bebidas (9,0%);
- (d) No nordeste: Têxteis (69,2%), minerais não-metálicos (40,9%) e papel e celulose (40,6%) e produtos químicos (16,1%);
- (e) No Norte: Material eletrônico e aparelhos e equipamentos de comunicação (42,5%), Metalúrgica básica (25,2) e papel e celulose (14,4%); e
- (f) No Centro-Oeste: produtos alimentares e bebidas (6,3%).

As intenções de investimento anunciadas corroboram para a seguinte tipologia: desconcentração em segmentos como papel e celulose, têxtil e, em menor grau, na indústria alimentar e de bebidas; desconcentração concentrada na metalurgia básica; forte concentração dos investimentos em telecomunicações e informática, bem como poucas mudanças na distribuição regional de gêneros como química e Minerais não-metálicos (PACHECO, 1999).

Esse exame da dimensão regional do investimento industrial recente vem confirmar a hipótese defendida acima do principal efeito da flexibilização produtiva. Mostrando que está havendo uma desconcentração relativa dos investimentos no setor de bens duráveis, sobretudo nos gêneros de bens salários²⁶, em virtude, como já foi dito, de nas regiões menos desenvolvidas não existirem tradição de atuação de sindicatos e ser generalizado do uso da mão-de-obra por meio de práticas informais e ilegais, prevalecendo salários mais baixos. Ao contrário dessa tendência, também se identifica um processo de concentração regional dos investimentos em setores com grande potencial tecnológico, como telecomunicações e informática; esse fato se justifica pela presença de algumas externalidades ser fundamental na decisão de localização desses setores, a exemplo da proximidade com fornecedores, centros de pesquisas, universidades, sinergias geradas da aglomeração de indústrias, existência de

²⁶ Bens salários são aqueles em que em que o dispêndio com mão-de-obra ainda se mostra relevante no custo de produção, tais como calçados, têxtil e vestuário (PACHECO, 1999).

serviços especializados de apoio à atividade produtiva, o que, evidentemente, favorece as áreas mais intensamente industrializadas (PACHECO, 1999; DINIZ, 1995).

As recentes transformações econômicas regionais no Brasil vêm comprovar empiricamente às novas tendências de localização da atividade econômica apresentadas no início desse estudo: deslocamento de parcela do parque industrial para periferia e manutenção nas áreas industriais exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico.

Um exame das intenções de investimentos no período compreendido entre 1996 e 2000 revela que embora tenha havido essa desconcentração em alguns segmentos da economia os investimentos estiveram concentrados ao longo dos anos 90. Os investimentos foram concentrados em 02 regiões (Sul e Sudeste) e em 06 Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia). Contudo, uma análise ao longo da série revela uma desconcentração dos investimentos ao longo do período (as Regiões Sul e Sudeste que tinham em conjunto 79,3% dos investimentos em 1996 reduzem para 70,1% em 2000 e os 06 Estados que tinham juntamente 75,9% dos investimentos em 1999 reduzem para 72,2% em 2000). A intenção de investimentos ainda revela os ganhos na série das demais regiões. Contudo, essa desconcentração foi muito pequena, devido os investimentos em setores com grande potencial ainda estarem concentrados. No geral, a intenção dos investimentos fortalece a hipótese do menor ímpeto da desconcentração no período pós-85 (Tabela 14).

Tabela 14 – Participação das regiões e estados selecionados nas Intenções de Investimentos Anunciadas. Brasil – 1996/2000

Estados / regiões	Anúncio de investimentos (US\$ milhões)			Distribuição relativa (%)		
	1996	1998	2000	1996	1998	2000
São Paulo	23.681	19.154	22.448	30,7	27,0	31,8
Rio de Janeiro	7.407	12.915	9.170	9,6	18,2	13,0
Minas Gerais	12.935	8.583	4.915	16,8	12,1	7,0
SP+RJ+MG	44.023	40.652	36.533	57,1	57,2	51,7
Espírito Santo	2.770	1.734	1.254	3,6	2,4	1,8
Sudeste	46.793	42.386	36.533	57,1	57,2	51,7
Paraná	5.119	4.092	6.557	6,6	5,8	9,3
Rio Grande do Sul	5.164	7.930	3.228	6,7	11,2	4,6
Santa Catarina	4.104	662	1.893	5,3	0,9	2,7
Sul	14.387	12.684	11.678	18,7	17,9	16,5
Bahia	3.858	5.791	4.941	5,0	8,2	7,0
Ceará	1.915	3.702	913	2,5	5,2	1,3
Pernambuco	1.948	1.160	2.220	2,5	1,6	3,1
AL, MA, PB, SE e RN	1.510	903	1.749	2,0	1,3	2,5
Nordeste	9.231	11.556	9.823	12,0	16,3	13,9
Amazonas	1.319	424	327	1,7	0,6	0,5
PA, RO, RR, AC, TO	3.099	214	7.056	4,0	0,3	10,0
Norte	4.418	638	7.383	5,7	0,9	10,5
GO e DF	1.061	1.791	733	1,4	2,5	1,0
MT e MS	1.231	1.961	3.203	1,6	2,8	4,5
Centro-Oeste	2.292	3.752	3.936	3,0	5,3	5,6
Total (definidos)	77.121	71.016	70.607	100,0	100,0	100,0
Sudeste/Sul	61.180	55.070	49.465	79,3	77,5	70,1
Norte/Nordeste/Centro-Oeste	15.941	15.946	21.142	20,7	22,5	29,9
Vários (simultâneos)	24.109	22.464	48.297	-	-	-
Não-definidos	8.643	13.497	8.923	-	-	-
Total Geral	109.873	106.977	127.827	-	-	-

Fonte: Gazeta Mercantil, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo e Jornal do Brasil (apud MONTEIRO NETO, 2006, p.53).

Nota: tabela reelaborada pelo autor.

Feita essa análise macro-regional, resta fazer o exame do perfil das regiões e estados selecionados no período recente.

Região Norte

Na região Norte está se especializando em material eletrônico e de comunicação, metalurgia, papel e celulose. O primeiro se justifica pela especialização da Zona Franca de Manaus nesse setor que – embora deprimida pela crise, pela abertura comercial, pelas novas exportações e pela agroindustrialização que ali se inicia em termos mais dinâmicos – vem passando por um processo de reestruturação apoiado principalmente na manutenção de seus incentivos fiscais. Os três últimos segmentos (metalurgia, papel e celulose) se justificam pela presença dos recursos minerais e naturais na região; sendo os recursos minerais importantes a partir da abertura comercial devido suas exportações.

Destaca-se o aumento dos investimentos fora da Amazonas, principalmente metalúrgica básica e a indústria extrativa mineral no Pará.

Região Nordeste

No caso do Nordeste, destacam-se os segmentos têxteis, papel e celulose, minerais não metálicos e o petroquímico. Sendo o primeiro apoiado na mão-de-obra barata da região e em sua tradição no setor e os demais pela base de recursos naturais e minerais da região. Contudo, a indústria nordestina vem apresentando perdas significativas principalmente devido à crise da indústria química nacional, pela contração sofrida pelos setores Têxtil e Confecções em quase toda a região e pela crise mais profunda da indústria paulista, grande compradora de insumos e produtos industriais do Nordeste.

Cabe destacar que investimentos relevantes estão se encaminhando para os estados da Bahia e Pernambuco. Sendo destacados no primeiro estado os investimentos nos setores químico, minerais não-metálicos e nos ramos de papel e celulose, produtos alimentícios e bebidas. Esses novos investimentos na Bahia são impulsionados pelos recursos naturais ali presentes, mão-de-obra barata e pelos incentivos fiscais do governo estadual. No estado de Pernambuco há concentração dos investimentos no setor têxtil, devido à tradição do estado.

Região Centro-Oeste

No que se refere ao Centro-Oeste, pode-se dizer que vem constituindo numa projeção da economia agrícola e agroindustrial do Sul e do Sudeste. Destacando-se os efeitos positivos que a abertura comercial vem provocando nessa região, a qual vem expandindo as exportações de grãos e seus derivados. Ainda se pode colocar que as intenções dos investimentos são concentradas em Produtos alimentícios e bebidas e no Estado de Goiás.

Região Sul

No Sul destacam-se as oportunidades criadas com o MERCOSUL, acontece que sua proximidade com os países membros do Bloco e sua competitividade vem beneficiando às exportações dessa região. As especificidades dessa região são bastante diversificadas, tanto em termos de estados quanto de setores. Sendo menor o dinamismo dos investimentos em Santa Catarina e com maior relevância no Rio Grande do Sul. Os segmentos que se destacam nessa região são: produtos químicos (instalação do terceiro pólo petroquímico nacional), os tradicionais papel e celulose, produtos alimentícios e bebidas, além dos investimentos em setores dinâmicos, principalmente o de veículos automotores.

A grande diversificação setorial da região é devido a dois fatores. O primeiro decorrente da prática da “guerra fiscal”, sobretudo no estado do Rio Grande do sul. O segundo, o mais importante e o que vem diferenciando essa região das outras três menos desenvolvidas, é que a região tem apresentado condições propícias (mão-de-obra qualificada, urbanização, agricultura moderna, proximidade com o mercado paulista, etc.) a um grau mais avançado de desconcentração do investimento industrial nas atividades de grande potencial tecnológico (CANO, 1997).

Região Sudeste

No Sudeste a redução da participação da região é resultado do menor crescimento médio comparativamente ao restante das regiões do país impulsionado principalmente pelo menor dinamismo da indústria paulista. Essa taxa menor de crescimento de São Paulo é acentuada nos gêneros de vestuário, calçado, material elétrico e de comunicações, mecânica, metalurgia, material de transporte e produtos alimentares (PACHECO, 1999). O Rio de Janeiro também tem grande influência nas perdas da região. Esse estado continuou perdendo

participação no período pós-85, essa queda é fruto de um longo processo de perda de “potencial econômico” que tem suas origens em fins do século XIX e que se agrava, com novos reveses, a partir de 1930. Sua perda relativa se traduz no mais fraco desempenho médio de sua economia e indústria, que mostra baixas taxas de crescimento em praticamente todos os ramos da indústria de transformação (CANO, 1997).

Destacam-se nos estados mencionados a presença de intenções de investimentos no setor mecânico, em São Paulo, e extrativa mineral, no estado do Rio de Janeiro. Sendo os investimentos diversificados em São Paulo nos setores intensivos em tecnologia (informática, material elétrico e de comunicações, por exemplos).

Na economia de Minas Gerais vem aumentando a importância da indústria automobilística, que atraiu inclusive segmentos de autopeças, material elétrico e metalurgia, em virtude de sua complementaridade da indústria paulista e dos incentivos iscais. Ainda se podem colocar os investimentos em Metalúrgica básica, têxtil, vestuário, calçados e bebidas.

A abordagem das recentes tendências regionais por uma escala sub-regional se faz necessária, dada à importância dessa dimensão nas novas tendências do desenvolvimento regional e nas políticas de desenvolvimento regional aplicadas no Brasil nos últimos anos.

Para o período 2008-2010, cada Núcleo Estadual do Grupo de Trabalho Permanente dos APLs apresentou uma lista com a indicação de até 5 (cinco) outros APLs a serem priorizados, além dos definidos em 2005, refletindo as especificidades produtivas das regiões e a diversidade setorial, nos cerca de 1.000 municípios abrangidos pelos APLs selecionados em todo o País, envolvendo APLs de base agrícola, base animal, base mineral, turismo e industriais, de indústrias tradicionais, intensivas em mão-de-obra ou capital, além de setores inovadores²⁷. Uma classificação dessa lista dos dez maiores Arranjos Produtivos Locais do Brasil ordenados em ordem decrescente de acordo com o número de empregos formais gerados nessas aglomerações fornece uma boa dimensão do período recente na escala

²⁷ Importante mencionar que os Núcleos Estaduais fornecem a listagem sem necessitar comprovação dos dados, fato que provoca dúvidas quanto aos números apresentados. Contudo, a carência de dados que englobem a escala sub-regional obriga a adoção dessa fonte.

Tabela 15 - Dez maiores APLs prioritários para 2008-2010, classificados pelo número de empregos formais. Brasil

Região	APL Setor	Unidade da Federação	Nº Empregos Formais
Sudeste	Café Conilon da Região Nordeste	Espírito Santo	198.000
Sudeste	Fruticultura do Coco	Espírito Santo	25.000
Centro-Oeste	Láteo da estrada de Ferro	Goiás	12.609
Nordeste	Mandioca	Sergipe	12.600
Nordeste	Fornecedores Automotivos	Bahia	11.904
Norte	Agronegócio da Pecuária leiteira	Rondônia	10.478
Nordeste	Petróleo e Gás	Sergipe	10.000
Centro-Oeste	Moveleiro	Goiás	8.800
Nordeste	Turismo da Costa do Cacau	Bahia	6.641
Centro-Oeste	Reciclados	Distrito Federal	5.100

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (2007) e Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (2007).

Nota: Tabela elaborada pelo autor.

Na tabela 15 se observa que dos dez maiores Arranjos Produtivos Locais prioritários para 2008-2010 um pertence à região Norte, quatro a região Nordeste, três a região Centro-Oeste, apenas dois a região Sudeste e nenhum ao Sul do país. Essa constatação revela que quando se mapeia o Brasil em uma escala menor que a macro-regional se tem à presença de localidades dinâmicas em todas às regiões. Essa constatação corrobora com a hipótese de Pacheco (1998) de que se está em curso uma sensível alteração do desenvolvimento regional brasileiro com o surgimento de “ilhas” de produtividade em todas as regiões.

Cabe colocar que os APLs com maior dinamismo estão associados ao perfil e a estrutura da localidade, como por exemplo, o APL de Petróleo e Gás em Sergipe. O qual está localizado nos municípios com grande potencial de recursos minerais (Carmópolis, Estância, Japarutuba, Aracaju, dentre outros) e está inserido dentro de uma estrutura favorável ao seu crescimento. Nesse APL existe a presença de escolas técnicas e universidades que fornecem mão-de-obra qualificada, grupos de pesquisa na área, empresas trabalhando juntas para expansão do setor, governos locais atuantes, em fim, todo um ambiente local favorável ao seu dinamismo, tal qual preconizam às novas teorias de desenvolvimento local.

3.3.2 Balanço das recentes transformações regionais

Feitas as análises ao longo do subitem anterior, resta fazer uma apresentação dos principais estudos do tema para ser apresentada à definição das recentes transformações econômicas regionais.

Interessante salientar que as dificuldades de dados fazem com que os autores adotem diferentes índices levando a conclusões divergentes a respeito do assunto, o que justifica as definições das recentes transformações econômicas regionais a que se chegou o trabalho não corrobora integralmente a nenhum estudo anterior.

Do balanço feito no período 1985/95, Cano (1997, p. 120) faz a seguinte inferência:

[...] se havia uma tendência reconhecidamente desconcentradora entre 1970 e 1985, e que se prolongaria, ela já não se coloca de forma tão clara com os dados do período 1985/95. Nesse decênio, ao se variar anualmente os coeficientes de ponderação (utilizando-se pelas variações do crescimento da produção física), a participação paulista cairia dos 51,9% de 1985 para 50,2% em 1989; cairia um pouco mais em 1989/92 (para 48,9%), mas subiria um pouco entre 1992/95 (para 49,8%).

Dados coletados por Nasser (2000) entre 1985 e 1997 levam a autora à conclusão ainda mais pessimista que a de Cano, ou seja, as desigualdades existentes no país alcançaram patamares elevados e não possuem qualquer tendência de reversão. O parâmetro utilizado no trabalho de Nasser mediu a dispersão dos níveis de renda regional *per capita* relativa à renda média nacional, com cada desvio regional vindo ponderado pela participação da região no efetivo demográfico do país. Pela definição, quanto maior o seu valor mais amplo os diferenciais de renda geográfica. Inicialmente, analisa Nasser, o índice mostra um comportamento de queda no início do Plano Cruzado, alcançando o valor de 0.38 em 1986. Porém, esse período finaliza com índice de desigualdade atingindo os patamares mais elevados da série (0.42). O período do governo Collor (1990/1992), por sua vez, apresenta redução do índice, que alcançou um valor de 0.40 em 1990 e de 0.39 em 1991 e 1992. Os anos após a implantação do Plano Real não mostram qualquer redução significativa dos índices. O índice de desigualdade regional calculado permanece com poucas variações, não apresentando qualquer tendência de modificação dessa situação.

Do ponto de vista de Breitbach (2004), as análises convergem que as regiões Sul e Sudeste são privilegiadas no novo cenário. Uma vez que essas regiões sobressaem por dispor de um sistema produtivo dinâmico, de uma boa estrutura de transportes e comunicações e de uma rede de serviços modernos capazes de apoiar as atividades industriais. Não é demais lembrar que os mais modernos centros de pesquisa e as mais importantes universidades estão ali situados.

Na análise de Guimarães Neto (1997), do período compreendido entre 1985 a 1995 as informações disponíveis mostram que as regiões praticamente mantiveram, no decorrer desses anos, a mesma participação, o que ressalta o esgotamento do processo de desconcentração espacial que vinha ocorrendo. O autor observa o fenômeno da realocação de indústrias que operam com uso intensivo de mão-de-obra, o deslocamento observado ocorre em relação a empresas localizadas no Sudeste e Sul que se dirigem para o Nordeste; e da concentração dos segmentos da indústria pesada no Sudeste e, por extensão, no Sul. Os dados utilizados na pesquisa são do Ministério da Indústria Comercio Exterior e Tecnologia (1997).

Também nessa perspectiva de esgotamento da desconcentração, Azzonni (1997) faz uma análise do período 1985-1995 e observa uma recuperação expressiva do estado de São Paulo e uma manutenção na tendência de crescimento da parcela de Minas Gerais, enquanto que as regiões Sul e Nordeste perdem posição e o Rio de Janeiro dá continuidade à sua tendência de esvaziamento econômico, em termos relativos.

Melo (2000) analisa os impactos da abertura comercial sobre o desenvolvimento regional. Segundo ele parece estar se dando a partir da abertura uma continuidade do deslocamento de indústrias com maiores requisitos locacionais em termos de fornecedores e mão-de-obra qualificada em direção ao Sul, interior de São Paulo e demais estados do Sudeste. Esse fenômeno é atribuído pelo autor às vantagens em termos ambientais, de custo de mão-de-obra e da disponibilidade de terrenos em áreas urbanas. Melo ainda ressalta que os grandes centros urbanos fora do eixo Sul-Sudeste também têm se habilitado a receber plantas industriais de porte, como por exemplo, a Região Metropolitana de Salvador.

Melo Verifica ainda a tendência apontada por Diniz (1995) dos efeitos da abertura sobre as Regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste, os quais são apresentados a seguir.

Esse processo de mudanças no desenvolvimento regional do Brasil também é estudado por Campolina Diniz (1995). O movimento recente é estudado por ele levando-se em consideração inicialmente os efeitos da abertura comercial. Campolina Diniz defende que essa mudança na política comercial externa está reforçando a reconcentração relativa da produção industrial na área mais industrializada do país, porque estas têm melhores condições de ganho de eficiência e capacidade de competição no mercado internacional. Por outro lado, ainda na visão do autor, a abertura externa e a expansão das exportações de grãos e seus derivados e de bens minerais e seus derivados estão contribuindo para a desconcentração destas atividades no sentido do centro-oeste e norte do país.

Os dados levam o autor a concluir que a abertura da economia nacional favoreceu a reconcentração da produção industrial nas áreas mais industrializadas do país, como também, em menor escala, contribuiu para desconcentração no sentido das regiões Centro-Oeste e Norte.

Outra avaliação feita por Diniz (1995) a partir da seleção das aglomerações industriais relevantes²⁸, entendidas como microrregiões homogêneas com mais de dez mil empregos industriais em 1980, levaram o autor a seguinte dinâmica regional recente do ponto de vista sub-regional:

- 1- As áreas de baixo crescimento estão concentradas nas áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Recife; e
- 2- A aglomeração das áreas de maior dinamismo se deu em capitais ou cidades de porte médio, na grande faixa que vai da região central de Minas Gerais ao nordeste do Rio Grande do Sul, incluído o interior de São Paulo.

²⁸ As aglomerações relevantes estudadas por Diniz estão no Anexos B, C, D e E).

Diante disto, Campolina reitera sua hipótese de “desenvolvimento poligonal”, e afirma que uma nova configuração regional da indústria vem sendo observada. Conciliando a existência de reversão da polarização da área metropolitana de São Paulo com uma relativa aglomeração no polígono definido por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina / Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte.

Negri e Pacheco (1993) discordam de Diniz. A análise dos autores observa que entre 1970 e 1990, as únicas quedas relativas devem-se à Grande São Paulo e ao Rio de Janeiro. Enquanto o Nordeste (exclusive Bahia) manteve o mesmo percentual, espírito Santo, Bahia, os estados do Norte e Centro-Oeste também ampliaram seu peso no total nacional, significando que a desconcentração não se circunscreveu ao polígono indicado.

Outro exame da dimensão regional do investimento industrial recente feito por Pacheco (1999) mostra a emergência de um conjunto de alterações significativas no padrão da localização da atividade produtiva. Houve, no entender do autor, uma desconcentração relativa dos investimentos no setor de bens duráveis, com destaque para segmentos em que o dispêndio com mão-de-obra ainda se mostra relevante no custo de produção (tais como têxtil, calçados e vestuário); em paralelo, e ao contrário dessas tendências, também é identificado por Pacheco um processo de concentração regional dos investimentos em setores com grande potencial de crescimento, como telecomunicações e informática.

Pacheco argumenta que está em curso uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas está sendo acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de “ilhas de produtividade” em quase todas as regiões.

No Quadro 2, tem-se um resumo das conclusões que chegaram os autores apresentados sobre

QUADRO 2 - Balanço do período pós-85 por autor

Autor	Período de Análise	Balanço do Período
Cano (1997)	1985-1995	- A Desconcentração do período 1975-85 não se mostra de maneira tão clara no período 1985-1995, levando a conclusão que teria se esgotado.
Nasser (2000)	1985-1997	- As desigualdades existentes no país alcançaram patamares elevados e não possuem qualquer tendência de reversão.
Breitbach (2004)	1985-2003	- As regiões Sul e Sudeste são as privilegiadas no novo quadro de desenvolvimento regional. Uma vez que essas regiões sobressaem por dispor de um sistema produtivo dinâmico, de uma boa estrutura de transportes e comunicações e de uma rede de serviços modernos capazes de apoiar as atividades industriais.
Guimarães Neto (1997)	1985-1995	- As regiões praticamente mantiveram, no decorrer desses anos, a mesma participação, o que ressalta o esgotamento do processo de desconcentração espacial que vinha ocorrendo. - Existência do fenômeno da realocação de indústrias que operam com uso intensivo de mão-de-obra, o deslocamento observado ocorre em relação a empresas localizadas no Sudeste e Sul que se dirigem para o Nordeste; e da concentração dos segmentos da indústria pesada no Sudeste e, por extensão, no Sul.
Azzonni (1997)	1985-1995	- Recuperação expressiva do estado de São Paulo e uma manutenção na tendência de crescimento da parcela de Minas Gerais, enquanto que as regiões Sul, Nordeste e o Rio de Janeiro perdem posição.
Melo (2000)	1985-1999	- Continuidade do deslocamento de indústrias com maiores requisitos locacionais em termos de fornecedores e mão-de-obra qualificada em direção ao Sul, interior de São Paulo e demais estados do Sudeste. - Os grandes centros urbanos fora do eixo Sul-Sudeste também têm se habilitado a receber plantas industriais de porte. - Mesmos efeitos apontados por Diniz (1995) dos impactos da abertura.
Diniz (1995)	1985-1995	- A abertura da economia nacional favoreceu a reconcentração da produção industrial nas áreas mais industrializadas do país, como também, em menor escala, contribuiu para desconcentração no sentido das regiões Centro-Oeste e Norte. - reitera sua hipótese de “desenvolvimento poligonal”, e afirma que uma nova configuração regional da indústria vem sendo observada.
Negri e Pacheco (1993)	1985-1992	- discordam de Diniz e chegam à conclusão que a desconcentração não se circunscreveu ao polígono indicado.
Pacheco (1999)	1985-1998	- Está em curso uma sensível alteração na dimensão espacial do desenvolvimento brasileiro, em que uma possível continuidade da desconcentração das últimas décadas está sendo acompanhada pelo aumento da heterogeneidade interna das regiões brasileiras, com o surgimento de “ilhas de produtividade” em quase todas as regiões.

Fonte: Elaboração própria.

Após esse apanhado das principais conclusões de diversos autores sobre o desenvolvimento recente, faz-se, em seguida, um a sistematização do período pós-85 sobre o desenvolvimento regional no Brasil.

As recentes transformações econômicas regionais apontam para vários fenômenos em curso. Sobre a ótica do processo de desconcentração econômica regional, os dados observados no período pós-85 levam a inferir que o processo de desconcentração econômica regional da década anterior (1975-85) continua, contudo com menor ímpeto. Podendo, até, suscitar a tese que está caminhando para uma possível estagnação, não refutando integralmente as hipóteses de esgotamento de Guimarães Neto (1997) e concordando com o estudo de Cano (1997) do período 1985-95.

Com relação à abertura comercial e seus impactos sobre a dinâmica regional se constata dois fenômenos. Na região Sudeste a abertura comercial teve impactos negativos por ser o setor industrial fortemente concentrado nessa região. Ao contrário dessa tendência se observa efeitos positivos da abertura sobre as regiões Sul e Centro-Oeste, a primeira por sua proximidade com os países membros do MERCOSUL e da sua competitividade no Bloco, e a segunda pela expansão das exportações de grãos e seus derivados.

Cabe acrescentar os efeitos da abertura comercial sobre a região Norte. Um efeito inicial negativo sobre a região Norte (1990-92), como consequência do perfil da Zona Franca de Manaus, especializada em eletrônica de consumo, uma das áreas que teve maiores reduções das tarifas no início da abertura comercial, mas uma posterior recuperação da região no pós-92 como consequência do processo de reestruturação e da exportação de bens minerais e seus derivados.

A conclusão a que se chega sobre a abertura comercial corrobora com Diniz (1995) e Melo (2000) sobre os efeitos da abertura sobre as Regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

Verifica-se uma nova tendência locacional por setores da economia. Onde se observa que está havendo desconcentração relativa dos investimentos no setor de bens duráveis, sobretudo nos de bens salários, principalmente para a região Nordeste. Ao contrário dessa tendência, também se identifica um processo de concentração regional dos investimentos, principalmente na região Sudeste, em setores com grande potencial tecnológico, devido a uma importância maior dada por esse setor nas externalidades, a exemplo da proximidade com fornecedores, centros de pesquisas, universidades, sinergias geradas da aglomeração de indústrias, existência de serviços especializados de apoio à atividade produtiva, o que, evidentemente, favorece as áreas mais intensamente industrializadas.

A conclusão acima sobre a tendência locacional por setores da economia confirma os estudos de Guimarães Neto (1997), Melo (2000) e Pacheco (1999). Além de comprovar empiricamente às novas tendências de localização da atividade econômica, apresentadas no início desse estudo: deslocamento de parcela do parque industrial para periferia e manutenção nas áreas industriais exclusivamente as linhas de maior conteúdo tecnológico.

Um exame dos investimentos no período revela que os investimentos são concentrados ao longo dos anos 90 em 02 regiões (Sul e Sudeste) e em 06 Estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Bahia) e que apesar do espraiamento ao longo dos últimos anos não foi possível reverter esse perfil concentrador.

A análise das recentes tendências regionais pela escala sub-regional, dada à importância dessa dimensão nas novas tendências do desenvolvimento regional e nas políticas de desenvolvimento regional aplicadas no Brasil nos últimos anos, revela que quando se mapeia o Brasil em uma escala menor que a macro-regional se tem à presença de localidades dinâmicas em todas às regiões; corroborando assim com a hipótese de Pacheco (1998) de que se está em curso uma sensível alteração do desenvolvimento regional brasileiro com o surgimento de “ilhas” de produtividade em todas as regiões.

Cabe colocar que as aglomerações industriais relevantes, classificadas no Brasil como Arranjos Produtivos Locais, estão associadas ao perfil e a estrutura da localidade, como por exemplo, o APL de Petróleo e Gás em Sergipe.

CONCLUSÕES

As radicais transformações nas formas e nos modos de produção e de organização industriais, o processo de globalização, a intensificação dos fluxos comerciais e de capitais e as revoluções científicas e tecnológicas, ocorridas nos últimos 50 anos, têm impulsionado transformações nos conceitos sobre desenvolvimento regional nas últimas décadas.

As mudanças em curso trouxeram, em termos de localização da atividade econômica, inúmeras conseqüências relevantes: deslocaram parcela do parque industrial para periferia, criou uma tendência de se manter nas antigas áreas industriais exclusivamente às linhas de maior conteúdo tecnológico e, por fim, vêm ocasionando o crescimento da importância dos aglomerados industriais.

Assim, as mudanças vêm provocando diferentes possibilidades de configuração organizacional de firmas e indústrias, o que trouxe como resultado a formulação de novas teorias sobre desenvolvimento regional que possibilite maior adequação ao cenário vigente.

Os instrumentos agora adotados para o desenvolvimento regional exigem novas interpretações. Uma reformulação nas estratégias a partir de um novo paradigma de instituições que estão inseridas no ambiente. Tendo, então, um novo papel do Estado, estratégias centradas no desenvolvimento local e o desenvolvimento de governança e capital social na localidade.

O Estado tem novas interpretações para suas funções. Agora se vê a necessidade de parcerias entre o Estado e a Sociedade Civil e, também, a sua fragmentação. Das regiões também são exigidas novas estratégias para adequação ao cenário tecnológico e econômico. As principais estratégias são os Distritos Industriais, os *Clusters*, os Arranjos Produtivos Locais e um Sistema Local de Inovação. As características da organização social (Governança e Capital Social) passam a fazer parte do modelo de crescimento e desenvolvimento. As redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação são vistos como variáveis com alto grau de determinação sobre ações que resultem no benefício de toda comunidade e a presença dessas redes de conectividade de contatos pessoais informais passa a ser fundamental para o sucesso da localidade.

Um paradigma surge nas novas teorias de desenvolvimento local: a cooperação. Um comportamento que combina Estado/Região/Sociedade para conseguir o bem-estar de todos com o desenvolvimento.

No caso brasileiro, as novas abordagens sobre desenvolvimento regional estão associadas aspectos estruturais específicos que vêm colocando características peculiares às

novas teorias. O conjunto de todos os fatores criou condições diferenciadas na economia brasileira para as novas teorias sobre desenvolvimento regional e, conseqüentemente, alteraram o padrão de desenvolvimento das regiões.

Diante dessas transformações, foi analisada no trabalho a conseqüência das mudanças das duas últimas décadas sobre a configuração regional do Brasil, com o objetivo determinar às recentes transformações econômicas regionais.

O estudo foi realizado, logo após uma breve apresentação das modificações ocorridas nos conceitos e teorias sobre desenvolvimento regional, a partir de dois momentos distintos: um primeiro de desconcentração (1975-1985) e um segundo momento, no qual se estabelecem as recentes transformações econômicas regionais, tendo início em 1985.

Na análise da desconcentração foi observado que o processo histórico de desenvolvimento econômico brasileiro gerou uma forte concentração geográfica da produção na Região Sudeste e no Estado de São Paulo. Devido às bases da economia cafeeira paulista deram subsídios para o seu desenvolvimento industrial e sua posterior supremacia quando da unificação do mercado nacional. Contudo, a partir de 1975 o processo de desenvolvimento econômico brasileiro de forte concentração geográfica da produção em poucos estados e regiões, foi invertido, possibilitando uma maior participação das regiões mais estagnadas do país na economia nacional.

Esse processo, que tem continuidade até a primeira metade da década de 80, teve os incentivos fiscais e financeiros e os investimentos em infra-estrutura e do setor produtivo estatal como os fatores que mais lhe favoreceram. Acrescentam-se ainda os determinantes específicos de cada região.

O processo de desconcentração foi um fenômeno que pode ser qualificado como “desconcentração concentradora”. Onde redução da participação da Região Sudeste e do Estado de São Paulo não foi capaz de reverter à polarização. Ao mesmo tempo em que as regiões menos desenvolvidas do país nesse processo contaram com a possibilidade de investimentos em todos os segmentos da indústria (bens de consumo não duráveis, bens intermediários, bens de capital e de consumo duráveis). Sendo que a indústria de bens de consumo não duráveis foi a que, em termos relativos, mais se desconcentrou nesses quinze anos analisados.

Na análise das recentes transformações econômicas regionais (1985-2007) foi visto que as transformações nas formas e nos modos de produção e organização industrial e a globalização constituem os fatos mais relevantes no cenário mundial para que se possam compreender as recentes transformações econômicas regionais. Acrescentando-se ainda aos

fatos mencionados acima as transformações ocorridas na economia brasileira (crise fiscal e financeira do Estado, abertura econômica, as reformas, a elevação e posterior redução do ritmo inflacionário e as mudanças na interpretação e aplicação das políticas de desenvolvimento regional).

No que concerne aos determinantes particulares da economia brasileira das recentes transformações econômicas regionais, foi constatado que a dinâmica nacional no período pós-85 foi de instabilidade, crise macroeconômica e reformas, tendo esse ambiente influenciado o quadro de desenvolvimento das economias regionais no período em estudo. Ainda foram listados como determinantes do processo regional atual: A estagnação econômica; a alternância entre períodos de forte retração da atividade econômica e de recuperação rápida; o ajustamento externo exportador; a mudança do regime comercial; a redução e quase eliminação da capacidade de exercer políticas de desenvolvimento econômico e social por parte do setor público; as mudanças radicais no âmbito da intervenção do governo federal no apoio às regiões; as políticas de desenvolvimento regional passar a ter como foco às áreas sub-regionais; além dos determinantes específicos dos Estados.

Diante desse contexto de mudanças se chegou à conclusão a partir da análise dos dados e da análise de diversos autores sobre o tema que as recentes transformações econômicas regionais apontam para vários fenômenos em curso; a saber:

1. O processo de desconcentração econômica regional da década anterior (1975-85) continua, só que com menor ímpeto;
2. Com relação à abertura comercial se constata dois fenômenos. Na região Sudeste a abertura comercial teve impactos negativos e nas regiões Sul e Centro-Oeste efeitos positivos;
3. Está havendo desconcentração dos investimentos no setor de bens duráveis, sobretudo nos de bens salários, e ao contrário dessa tendência, também se identifica um processo de concentração regional dos investimentos em setores com grande potencial tecnológico;
4. Os investimentos foram concentrados ao longo dos anos noventa e apesar do espraiamento ao longo dos últimos anos não foi possível reverter esse perfil concentrador;
5. Na escala sub-regional observa que se tem à presença de localidades dinâmicas em todas às regiões;
6. As aglomerações industriais relevantes, classificadas no Brasil como Arranjos Produtivos Locais, estão associadas ao perfil e a estrutura da localidade.

Referências Bibliográficas

AMARAL FILHO, Jair do. Desenvolvimento Endógeno em um Ambiente Federalista. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n.14, dez., p.35-73. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 out. 2007.

_____. Endogenização no Desenvolvimento Econômico Regional e Local. **Planejamento e Políticas Públicas**, IPEA, n.23, jun., p.261-286. 2001. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>> . Acesso em: 20 out. 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional**. São Paulo: Atlas. 1987.

ANDRADE, José Roberto de Lima. O papel do local no desenvolvimento regional. In: MELO, Ricardo Lacerda de, e HANSEN, Dean Lee (Org.) **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão, Editora UFS, p. 183-200. 2007.

AZZONI, C. R.; FERREIRA, Dirceu A. Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais. **Revista Econômica do nordeste**, v.28, p. 55-85, jul. 1997.

BACHA, E. L. O Plano Real: uma avaliação. In: MERCADANTE, A. (Org.) **Brasil pós-Real: a política econômica em debate**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

BAUMANN, Renato. Brasil em los años noventa: una economía em transición. **Revista de la CEPAL 73**. Abr., 2001.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga, ALMEIDA, Júlio Gomes. **Depois da Queda. A economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1999.

BENITEZ, Rogério Martin. Investimento público fixo, um catalisador de desenvolvimento inerente à economia regional. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza. 2004.

BENKO, georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 2 ed., São Paulo, Hucitec. 1999.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Desembolso Anual do Sistema BNDES**, 1997-2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>> Acesso em: 10 nov. 2007.

BREITBACH, Áurea C. M. A dimensão espacial nos estudos de economia regional, no Brasil: temas e interrogações recentes. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 25, n. 1, abr.,p. 171-202. 2004.

BRESSER PEREIRA, L. C. e NAKANO, Yoshiaki. Hiperinflação e estabilização no Brasil: o primeiro Plano Collor. **Revista de Economia Política**, Vol. 11, n. 4 (44), out-dez.,p. 89-113. 1991.

CANO, Wilson. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. Ed. Queroz, São Paulo, 2 ed. 1983.

_____. Concentração e desconcentração econômica regional no Brasil: 1970/95. **Economia e Sociedade**, v. 8, jun., p. 101-141. 1997.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Desregulamentação e abertura financeiras: repercussões sobre a autonomia de política econômica e as crises cambiais. **Economia Ensaio**, Uberlândia, v. 15, n. 2, p. 125-150. 2001.

CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise. **A economia brasileira no último quarto do século XX**. São Paulo: Editora UNESP, IE - Unicamp. 2002.

_____. A supremacia dos mercados e a política econômica do Governo Lula. **Política Econômica em Foco**, n.7, nov./abr. 2006.

CASTRO, Lavínia Barros de, HERMANN, Jennifer. Esperança, frustração e aprendizado: a história da Nova República. In: GIAMBIAGI, Fábio, e VILLELA, André (Org.) **Economia Brasileira Contemporânea**. Editora Campus, 5º Edição, 2001.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas, (5): 1-30, dez. 1995.

CONTI, Segio. **Technological change in space an introduction**. In: International Geographical Union – Commission On The Organization Of Industrial Space, Goteborg, Sweden, August, 1997.

COUTINHO, Luciano. Nota sobre a natureza da globalização. **Economia e Sociedade**, Campinas, (4): 6-21, jun. 1995.

DELVIN, Robert, FFRENCH-DAVIS, Ricardo, e GRIFFITH-JONES, Stephany. Fluxos de capital e desenvolvimento. Implicações para as políticas econômicas. In: FFRENCH-DAVIS, Ricardo (Org.) **Os fluxos financeiros na América Latina**. Ed. Paze Terra. 1997.

DINIZ, Célio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração nem contínua polarização. **Nova Economia**, v.3, n.1. Belo Horizonte, UFMG/FCE/DCE.1993.

_____. A Dinâmica Regional Recente da Economia Brasileira e suas Perspectivas. **Texto para Discussão, IPEA**. n. 375, jun. 1995.

_____. Global-local: interdependência e desigualdade ou notas para uma política tecnológica e industrial regionalizada no Brasil. *Estudos temáticos – Nota técnica*. BNDES, Rio de Janeiro, dez.2000.

_____. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. **Texto para Discussão, IPEA**. n. 159. 2001.

FEITOSA, Cid Olival. Do regional ao local: uma transição conceitual. In: MELO, Ricardo Lacerda de, e HANSEN, Dean Lee (Org.) **Desenvolvimento regional e local: novas e velhas questões**. São Cristóvão, Editora UFS, p. 131-155. 2007.

FERES, Flávia Lúcia Chein; LEMOS, Mauro Borges. Desenvolvimento desigual, falhas de coordenação e *big push*. In: CARVALHO, José Raimundo; HERMANNNS, Klaus (Org.) **Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional no Brasil**. Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer, p. 17-44. 2005.

FIGUEIREDO, Ana Tereza Lanna. O papel da moeda nas teorias do desenvolvimento desigual: uma abordagem pós-keynesiana. Belo Horizonte: **UFMG/Cedeplar**, texto para discussão 293. 2006.

FILHO, Guerino Edécio da, CARVALHO, Eveline Barbosa Silva. A teoria do crescimento endógeno e o desenvolvimento endógeno regional: investigação das convergências em um cenário pós-cepalino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. especial p. 467 – 482, novembro. 2001.

FISHLOW, Albert. A globalização e o Brasil: uma história em três atos. **A nova agenda mundial: revolução tecnológica e integração global**.2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Ed. Fundo de Cultura, Rio de Janeiro, 11. ed.1972.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroelas. Por uma Nova política de Desenvolvimento regional: A Experiência internacional e Experiências para o Brasil. **III Congresso de Economistas de Língua Portuguesa**, Macau, Working Papers do Instituto de economia. 1998. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br>> Acesso em: 20 out. 2007.

GARCEZ, Cristiane M. D`Ávila. Sistemas Locais de Inovação na Economia do Aprendizado. **Revista do BNDESI**, v.7, n.14, dez., p.251-366. 2000.

- GARCIA, Renato. A importância da dimensão local da inovação e a formação de clusters em setores de alta tecnologia. **Ensaio FEE**, v.22, n.1, p.143-160. 2001.
- GIAMBIAGI, Fábio; e CARVALHO, J. C. As Metas de Inflação: Sugestões para um Regime Permanente. **Revista de Economia Política**, vol. 22, nº 3 (87), jul.-set. 2002.
- GIULIANI, Elisa. **Cluster absorptive capacity why do some clusters forge ahead and others lag behind?** *European Urban and Regional Studies* 12 (3): 269-288. 2005.
- GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS. **APLs Prioritários GTP APL 2008-2010**. 2007
- GUIMARAES NETO, L. Desigualdades e políticas regionais no Brasil: caminhos e descaminhos. **Planejamento e Políticas Públicas, IPEA**, Brasília, n.15, jun., p.41-95. 1997.
- _____. **Introdução à formação econômica do Nordeste**. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana. 1989.
- HAGEN, Everett E. **Economia do Desenvolvimento**. Tradução de Auriphedo Berrance Simões. São Paulo, Atlas. 1971.
- HANSEN, Dean Lee; e MELO, Ricardo O. Lacerda de. Ativos Intangíveis do Desenvolvimento Local. In: **III Encontro Brasileiro de Estudos Regionais**, Belo Horizonte. 2004.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Anuários Estatísticos. Contas Regionais**. 2008.
- JORGE, M. O. Mendonça. Ajuste Produtivo E reformas Estruturais Em Um Ambiente Recessivo. Oliveira, F. Augusto e Júnior, G. Biasoto (Orgs) **Recessão e Inflação: O (Dês) Ajuste Neoliberal**. São Paulo. Fundação Economia de Campinas/FECAMP. 1992.
- KRUGMAN, P. **Geography and Trade**. Leuven-London: Leuven University Press/MIT Press. 1991.
- _____. **Development, Geography and Economic Theory**. Cambridge, Massachusetts/London, England: The MIT Press, 1995.
- _____. The role of geography in development. In B. Pleskovic & J. E. Stiglitz, **Annual World Bank Conference on Development Economics - 1998**. Washington: The World Bank. 1999.
- LERDA, Juan Carlos. Globalização da economia e perda de autonomia das autoridades fiscais, bancárias e monetárias. In: Renato Bausnan (Org.) **O Brasil e a Economia Global**. Ed. Campus. 1996.

- LINS, Hoyêdo Nunes. Regulação Local e desenvolvimento: problemática, escopo e possibilidades. In: **V Encontro Nacional de Economia Política**, Fortaleza. 2000.
- _____. A questão regional na aurora do século XXI: os desafios da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.22, n.2, p.78-101. 2001.
- LUNDVALL, Bengt-Ake. Políticas de inovação na economia do aprendizado. **Parcerias Estratégicas**, n.10, mar., p.201-218. 2001.
- MARINI, Ruy Mauro. **Teoria da Dependência**. Petrópolis, Vozes. 2000.
- MATHIESON, D.e ROJAS-SUÁRES, L. Liberalization of the capital account, **Occasional Papers**, n. 103, Fundo Monetário Internacional, Washington, D.C., março. 1993.
- MELO, Ricardo O. Lacerda de. **Mudança de regime comercial e desenvolvimento regional no Brasil nos anos 90**. Tese – Universidade Estadual de Campinas. 2000.
- MEYER-STAMER, Jorg. Estratégias de Desenvolvimento local e Regional: Clusters, Políticas de Localização e Competitividade Sistêmica; **Fundação Empreender**. 2000.
- MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil); **Projeto de Pesquisa: capital social, participação e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. 2002. Disponível em: <<http://www.ufba.br>>. Acesso em: 20 out. 2007.
- MONASTÉRIO, Leonardo M. Capital Social e Economia: antecedentes e perspectivas. In: **V Encontro Nacional de Economia Política**, Fortaleza, jun. 2000. Disponível em: <<http://www.race.nuca.ufrj.br/nucawp/autor/monteiro3>>. Acesso em: 19 out.2007.
- MONTEIRO NETO, Aristides. Intervenção estatal e desigualdades regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo. **Texto para Discussão, IPEA**, n. 1229, Nov., 2006.
- MORALES, F. Xavier Molina; NAVARRO, M. Ángel López e GUIA-JULVE, Jaume. The Role of Local Institutions as Intermediary Agents in the Industrial District. **European Urban and Studies** 9(4), p. 315-329. 2002.
- MINISTÉRIO DO TRABALHO. **Distribuição Regional e Setorial dos Empregos Formais no Brasil,1995-2005**. Disponível em:<<http://www.mtb.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2007.
- MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed., Rio de Janeiro: Saga, 1972.
- NASSER, Bianca. Economia Regional, Desigualdade Regional no Brasil e o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e desenvolvimento; **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.7, n. 14, dez., p.145-178. 2000.
- NEGRI, Barjas e PACHECO, Carlos Américo. Mudança tecnológica e desenvolvimento regional nos anos 90: da interiorização do desenvolvimento à nova dimensão espacial da

indústria paulista. **Relatório da Pesquisa Desenvolvimento Tecnológico e Competitividade da Indústria Brasileira**, SCTDE/FECAMP/IE.— Campinas: UNICAMP, 1993.

PACHECO, Carlos Américo. **A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional**. Tese - Universidade Estadual de Campinas. 1996.

_____ **Novos Padrões de Localização Industrial? Tendências Recentes dos Indicadores de Produção e do Investimento Industrial. Texto para Discussão, IPEA**, n. 633, marco. 1999.

_____ **Fragmentação da nação**. Campinas, SP: UNICAMP. IE. 1998.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, Speridião (Org.). **Urbanização e regionalização, relações com o desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1978. p. 97-110.

PRADO, Sérgio, CAVALCANTI, Carlos Eduardo. **A guerra fiscal no Brasil**. São Paulo: Fundap, 2000.

RATTNER, Henrique. **Industrialização e Concentração Econômica em São Paulo**. Ed. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1.ed. 1972.

RAY, Debraj. **Development Economics**. Princeton Universty Press. Prinseton: New Jessey. 1998.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Política Monetária Em 1991: Os Limites Da Ortodoxia. In: OLIVEIRA, F. Augusto e JÚNIOR, G. Biasoto (Orgs) **Recessão E Inflação: O (Dês) Ajuste Neoliberal**. São Paulo. Fundação Economia de Campinas/FECAMP. 1992.

RIBEIRO, Eduardo Pontual; JÚNIOR, Sabino da Silva Porto. **Dinâmica espacial da renda per capita e crescimento entre os Municípios da região Nordeste do Brasil – uma análise markoviana**. 2003.

RODRIGUES, Clarissa Guimarães, e SIMÕES, R. Aglomerações industriais e desenvolvimento econômico: uma análise multivariada. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.25, n.1, p.203-232. 2004.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

RUIZ, Ricardo Machado. A nova geografia econômica: um barco com a lanterna na popa? **Texto para discussão**, 200, UFMG/Cedeplar. 2003.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTATÍSTICA, PESQUISA E INORMAÇÃO. **Pesquisa Industrial Anual**. 2008.

SENE, Eustáquio de. **Globalização e espaço geográfico**. 2º Ed., São Paulo: Contexto. 2004.

- SILVA, Jorge Antônio Santos. **Turismo, crescimento e desenvolvimento: uma análise urbano regional baseada em *cluster***. Tese - Escola de Comunicação e Artes/USP, São Paulo. 2004.
- SIQUEIRA, Tagore Villarim de; e FILHO, Nelson Fontes Siffert (2001) Desenvolvimento Regional no Brasil: Tendências e Novas Perspectivas; **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.8, n.16, dez., p.79-118.
- SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, 3.ed., São Paulo, Atlas, p. 236 – 265. 1997.
- _____ Teoria dos pólos, regiões inteligentes e sistemas regionais de inovação. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 87-112, jan. /jul. 2005.
- TOLOSA, Hamilton C. Pólos de crescimento: teoria e política econômica. In: HADDAD, Paulo Roberto (Ed.). **Planejamento regional: métodos e aplicação ao caso brasileiro**. Rio de Janeiro, p. 189-243 1972.
- VERSCHOORE FILHO, Jorge R. S. Participação e cooperação: elementos para uma nova política de desenvolvimento regional. **Ensaio FEE**. V.22, n.1, p.86-114. 2001.
- VISCONTI, Gabriel R. Arranjos cooperativos e o novo paradigma tecnoeconômico. **Revista do BNDES**, v.8, n.16, dez., p.317-344.
- WOLFE, David A. Social Capital And Cluster Development In Learning Regions. Forthcoming in **Knowledge, Clusters and Learning Regions**, ed. J. Adam Holbrook and David A. Wolfe. Kingston: School of Policy Studies, Queen's University. 2002.

ANEXO

ANEXO A - Desembolsos do Sistema BNDES segundo regiões e estados. Brasil –
1997/2006

Regiões e Estados	1997	2000	2003	2006
Norte	1,9	4,0	2,1	3,2
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,2	0,8	0,4	1,6
Amapá	0,0	0,0	0,0	0,0
Pará	1,4	1,6	1,1	0,9
Rondônia	0,1	0,3	0,4	0,2
Roraima	0,0	0,0	0,0	0,0
Tocantins	0,1	1,3	0,2	0,2
Nordeste	13,53	12,08	9,28	9,42
Maranhão	0,5	0,9	0,4	0,3
Piauí	0,2	0,3	0,2	0,1
Ceará	1,9	1,5	2,1	1,1
Rio Grande do Norte	0,3	0,5	0,3	0,5
Paraíba	0,3	0,7	0,2	0,2
Pernambuco	0,9	1,4	1,0	1,2
Alagoas	0,2	0,3	0,4	0,1
Sergipe	3,0	0,2	0,8	0,3
Bahia	6,3	6,3	4,0	5,7
Sudeste	56,2	56,4	59,7	61,2
Minas Gerais	9,4	9,9	9,3	7,9
Espírito Santo	1,7	2,7	1,2	3,3
Rio de Janeiro	10,2	10,2	10,0	10,2
São Paulo	34,9	33,7	39,4	39,9
Sul	20,0	18,5	20,4	19,1
Paraná	7,2	5,8	6,1	6,4
Santa Catarina	4,5	6,3	6,1	5,3
Rio Grande do Sul	8,3	6,4	8,2	7,4
Centro-Oeste	8,4	9,0	8,4	7,1
Mato Grosso do Sul	1,4	0,9	1,2	1,1
Mato Grosso	3,2	1,6	4,0	2,1
Goiás	3,0	2,5	3,0	2,2
Distrito Federal	0,7	4,0	0,4	1,7
Brasil	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Fonte dos dados brutos, BNDES (2007).

Notas: Desembolso – liberação dos recursos do Sistema BNDES; Sistema BNDES – BNDESe suas subsidiárias integrais, BNDESPAR (BNDES Participações S.A.) e FINAME (Agência Especial de Financiamento Industrial) (BNDES, 2007).

ANEXO B - Aglomerações industriais relevantes: taxa de crescimento do pessoal ocupado abaixo da média brasileira. Brasil – 1970/1985

Aglomerações Industriais Relevantes	Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado	Variação Média Anual
	1970	1985	
Brasil	2.699.969	5.608.704	5,0
Vitória do Santo Antão	12.056	13.488	0,8
Lages	8.399	9.442	0,8
Campos	12.756	14.405	0,8
Petrópolis	25.077	32.094	1,7
Rio de Janeiro	224.465	320.820	2,4
Maceió	9.358	13.447	2,4
Médio Iguaçu	7.354	10.571	2,4
Barbacena	7.030	10.190	2,5
Guarapuava	6.164	9.009	2,6
Lindóia	9.347	13.729	2,6
Conselheiro Lafaiete/Ouro Branco	11.119	16.428	2,6
Niterói	52.354	88.558	3,0
Recife	52.354	86.406	3,4
São Paulo	906.907	1.565.873	3,7
Timbaúba	9.182	16.331	3,9
Ponta Grossa	10.430	18.708	4,0
Santos/Cubatão	21.154	38.2888	4,0
Canela/Gramado	8.671	15.741	4,1
Juiz de Fora	16.016	29.647	4,2
Furnas	7.506	13.904	4,2
Presidente Prudente	6.424	12.430	4,2
Volta Redonda	20.891	41.776	4,6
Ipatinga/Monlevade	18.743	37.666	4,7
Jundiaí	29.693	60.140	4,8
Caruaru	7.206	14.852	4,9
Aracaju	6.294	12.981	4,9

Fonte: FIBGE – Censos Industriais 1970 e 1985 (apud Diniz, 1995, p.17).

Nota: Micro-regiões homogêneas segundo a cidade mais importante em termos do emprego industrial.

ANEXO C - Aglomerações industriais relevantes: taxa de crescimento do pessoal ocupado entre a média brasileira e 25% acima. Brasil – 1970/1985

Aglomerações Industriais Relevantes	Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado	Variação Média Anual
	1970	1985	
Brasil	2.699.969	5.608.704	5,0
Cascavel/Foz do Iguaçu	7.975	16.694	5,0
Belém	14.439	30.288	5,1
Porto Alegre	109.497	230.104	5,1
Mococa	5.697	12.076	5,1
Dourados	3.551	7.572	5,2
Pinaçurunga/Mogi Mirim	14.759	31.748	5,2
Bauru	8.871	20.169	5,6
São José dos Campos	46.844	110.210	5,9
Pelotas/Rio Grande	9.968	23.651	5,9
Goiânia	11.757	28.015	6,0
Bebedouro	5.586	13.706	6,2
Rio Claro	4.686	11.542	6,2

Fonte: FIBGE – Censos Industriais 1970 e 1985 (apud Diniz, 1995, p.18).

Nota: Microregiões homogêneas segundo a cidade mais importante em termos do emprego industrial.

ANEXO D – Aglomerações industriais relevantes: taxa de crescimento do pessoal ocupado entre 25% e 50% acima da média brasileira. Brasil – 1970/1985

Aglomerações Industriais Relevantes	Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado	Varição Média Anual
	1970	1985	
Brasil	2.699.969	5.608.704	5,0
Blumenau	29.044	72.461	6,3
Piracicaba	18.684	46.619	6,3
João Pessoa	7.831	19.900	6,4
Sorocaba	34.951	89.115	6,4
Feira de Santana	3.387	9.802	6,5
Divinópolis	9.604	24.617	6,5
Campinas	71.201	183.211	6,5
Belo Horizonte	61.551	160.361	6,6
Salvador	27.560	71.929	6,6
Jaú	8.425	22.007	6,6
São Bento do Sul	10.807	28.610	6,7
Ribeirão Preto	13.728	36.960	6,8
São Jerônimo/Triunfo	4.899	13.105	6,8
Curitiba	37.888	101.434	6,8
Concórdia	9.775	27.162	7,1
Sete Lagoas	4.955	14.015	7,2
Londrina	9.731	27.561	7,2
Fortaleza	24.900	72.251	7,4

Fonte: FIBGE – Censos Industriais 1970 e 1985 (apud Diniz, 1995, p.18).

Nota: Micro-regiões homogêneas segundo a cidade mais importante em termos do emprego industrial.

ANEXO E - Aglomerações industriais relevantes: taxa de crescimento do pessoal ocupado acima de 50% da média brasileira. Brasil – 1970/1985

Aglomerações Industriais Relevantes	Pessoal Ocupado	Pessoal Ocupado	Varição Média Anual
	1970	1985	
Brasil	2.699.969	5.608.704	5,0
Araraquara	15.377	45.349	7,5
Santa Cruz do Sul	5.287	15.6056	7,5
Chapecó	5.740	17.393	7,7
Joinville	21.825	66.685	7,7
Natal	7.730	23.203	7,9
Criciúma/Tubarão	11.442	36.457	8,0
Bragança Paulista	3.849	12.881	8,4
Uberlândia	5.246	17.710	8,4
Pouso Alegre	4.569	15.611	8,5
Lajeado	5.208	17.952	8,6
Caxias do Sul	23.481	81.564	8,7
Tatuí	3.602	12.927	8,9
Distrito Federa	4.450	16.548	9,2
Franca	9.485	36.277	9,4
São José do Rio preto	4.587	17.982	9,5
Canela/Gramado	11.341	46.332	9,8
Maringá	3.499	15.091	10,2
Vitória	8.463	37.814	10,5
Manaus	9.908	60.724	12,8

Fonte: FIBGE – Censos Industriais 1970 e 1985 (apud Diniz, 1995, p.19).

Nota: Micro-regiões homogêneas segundo a cidade mais importante em termos do emprego industrial.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Lista dos APLs Prioritários para 2008-2010 no Brasil.

UF	APL Setor	Cidade Pólo	Nº Empregos Formais	
AC	Móveis	Rio Branco	1.288	
	Madeira	Rio Branco	1.166	
	Oleiro cerâmico	Rio Branco	160	
	Farinha de Mandioca	Cruzeiro do Sul	140	
	Castanha	Rio Branco	70	
AL	Mandioca no Agreste Alagoano	Arapiraca	-	
	Tecnologia da informação	Maceió	-	
	Laticínios do Sertão Alagoano	Major Izidoro	-	
	Inhame no Vale do Paraíba	Viçosa	-	
	Fruticultura Pinha no Agreste	Palmeira dos Índios	-	
AM	Turismo Ecológico e Rural	Manaus	-	
	Artesanato e Culinária Regional	Tabatinga	-	
	Produtos e Serviços Ambientais	Boa Vista do Ramos	-	
	Construção Naval	Manaus	-	
	Mineração	Presidente Figueiredo	-	
AP	Madeira e Móveis	Santana	-	
	Oleiro Cerâmico	Santana	-	
	Pesca e Aquicultura	Santana	-	
	Açaí	Santana	-	
	Mandiocultura	Macapá	-	
BA	Turismo da Costa do Cacau	Ilhéus	6.641	
	Cachaça e Derivados de Cana-de-açúcar	Abaíra	811	
	Caprinocultura	Senhor do Bofim	874	
	Piscicultura	Paulo Afonso	65	
	Fornecedores Automotivos	Camaçari	11.904	
	Tecnologia da Informação e Comunicação	Salvador	3.011	
CE	Cajucultura	Aracati	-	
	Redes de Dormir	Jaguaruana	-	
	Confecções	Frecheirinha	-	
	Ovinocaprinocultura	Inhamuns	-	
	Leite Sertão Central e Vale do Jaguaribe	Jaguaribe	-	
DF	Resíduos Sólidos Recicláveis e Reciclados	Brasília	5.100	
	Suinocultura	Brasília	490	
	Gemas e Jóias	Brasília	344	
	Flores e plantas Ornamentais	Brasília	810	
	Gráficas	Brasília	4.500	
ES	Fruticultura do Coco	São Mateus	25.000	
	Software da Grande Vitória	Vitória	2.500	
	Indústria Moveleira da Grande Vitória	Cariacica	3.000	
	Indústria da Cachaça do Espírito Santo	Nova Venécia	600	
	Café Conilon da Região Noroeste	São Gabriel da Palha	198.000	

UF	APL Setor	Cidade Pólo	Nº Empregos Formais
GO	Açafrão da Região de Mara Rosa	Mara Rosa	800
	Mandicã e Derivados	Iporá	183
	Láteo da Estrada de Ferro	S. Luis de Montes	12.609
	Moveleiro	Belos	
	Cerâmica Vermelha	Goiânia	8.800
		Mara Rosa	800
MA	Cachaça	São João dos Patos	-
	Confecção	Imperatriz	-
	Ovinocapri Nocultura	Chapadinha	-
	Piscicultura	Pinheiro	-
	Babaçu	Pedreiras	-
MG	Fundição do Centro Oeste de Minas	Divinópolis	4.855
	Bebidas Artesanais (Cachaça)	Araçuaí	8
	Fogos de Artifício	Santo Antônio do Monte	2.578
	Gemas e Jóias	Novalima	2.309
MS	Horticultura	Campo Grande	-
	Vestuário	Glória de Dourados	-
	Madeira e Móveis	Ribas do Rio Pardo	-
	Couro e Calçados	Campo Grande	-
	Leite	Parnaíba	-
MT	Madeiras	Alta Floresta	-
	Indústrias de Laticínios do Estado de Mato Grosso	Alta Floresta	-
	Bacia Leiteira do Alto do Rio Paraguai	Alto Paraguai	-
	Fruticultura do Estado de Mato Grosso	Tangará da Serra	-
	Água Mineral	Chapada dos Guimarães	-
PA	Turismo da Ilha de Marajó	Soure	614
	Fruticultura da Região do Castanhal	Castanhal	-
PB	Artesanato	João Pessoa	-
	Mineral	Pedra Lavrada	-
	Couro, Calçados e Afins	Campi Na Grande	-
	Ovinocaprinocultura do Semi-árido Paraibano	Serraria	-
	Cachaça	João Pessoa	-
PE	Laticínio	Garanhuns	-
PI	Cajucultura	Picos	-
	Leite e Derivados da Região Norte	Parnaíba	-
	Artesanato de Cerâmica Vermelha	Teresina	-
	Ovinocaprinocultura	Flori Ano	-
	Piscicultura	Bocaina	-
PR	Software	Curitiba	1.062
	Produtos De Metal	Loanda	946
	Confecção	Francisco Beltrão	4.293
	Máquinas e Equipamentos do Oeste do Paraná	Cascavel	552
	Mandioca	Paranavaí	753

UF	APL Setor	Cidade Pólo	Nº Empregos Formais
RJ	Entreterimento	Nova Friburgo	-
	Entreterimento de Conservatória	Conservatória-Distrito de Valença	-
	Calçados e Acessórios da Baixada Fluminense	Duque de Caxias	400
	Móveis da Baixada Fluminense	Duque de Caxias	220
	Confecção de Jeans e Bordados	Valença	1.600
RN	Água Mineral	Natal	1.300
	Fruticultura	Assu	-
	Cerâmica do Aposi-Assu	Assu	1.350
	Tecelagem do Seridó	Jardim de Piranhas	1.400
	Mineral	Parelhas	-
RO	Madeiras e Móveis	Ariquemes	500
	Agricultura/Apicultura	Porto Velho	96
	Apicultura	Vilhena	120
	Agronegócio da Pecuária de Leite	Ji-Paraná	10.478
	Produção Animal - Piscicultura	Pimentabueno	-
RR	Corte e Leite	Caracará / Mucajaí	200
	Mandiocultura	Cantá	400
	Apicultura	Cantá	24
RS	Moveleiro	Santa Maria	-
	Coureiro-Calçadista	Novo Hamburgo	-
	Pólo Naval de Rio Grande	Rio Grande	-
	Jóias da Serra Gaúcha	Guaporé	-
	Carne do Pampa Gaúcho	Bagé	-
SC	Leite no Oeste	Chapecó	-
	Frutas e Vinhos de Altitude	Florianópolis	-
	Tecnologia da Informação e Comunicação	São Joaquim	-
	Cerâmica Vermelha	Itajaí	-
	Malacocultura	Florianópolis	-
SE	Cerâmica Vermelha	Itabaianinha	1.807
	Apicultura	Porto da Folha	400
	Petróleo e Gás	Aracaju	10.000
	Tecnologia da Informação	Aracaju	533
	Mandioca	Lagarto	12.600
SP	Confecções	Bomretiro - Distrito de São Paulo	-
	Álcool	Piracicaba	-
	Movéis da Região Metropolitana	Ouro Verde	-
	Cerâmica	Panorama	-
	Aeroespacial	São José dos Campos	-
TO	Apicultura	Nova Olinda	-
	Mandiocultura	Porto Nacional	-
	Bananicultura	Luzinópolis	-
	Olericultura	Palmas	-
	Confecções e Vestuários	Palmas	-

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (2007) e Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (2007). Tabela elaborada pelo autor.

APÊNDICE B - Caracterização dos Dez maiores APLs prioritários 2008-2010 no Brasil

UF	APL Setor	Municípios	Cidade Pólo	População	IDH da Cidade Pólo
ES	Café Conilon da Região Nordeste	Água Doce do Norte Água Branca Alto rio Novo Baixo Guandu Barra de São Francisco Boa Esperança Colatina Ecoporanga Governador Lindenberg Mantenópolis Marilândia Nova Venécia Pancas São Domingos do Norte São Gabriel da Palha Vila Pavão Vila Valério	São Gabriel da Palha	402.600	0.744
ES	Fruticultura do Coco	Aracruz Jaguare Linhares São Mateus Sooretama	São Mateus	338.083	0,73
GO	Láteo da estrada de Ferro	Goiânia Pires do Rio Bonfinópolis Bela Vista de Goiás Caldazinha Leopoldo de Bulhões Cristianópolis Gameleira de Goiás Orizona Palmelo Santa Cruz de Goiás São Miguel do Passa Quatro Silvânia Urutaí Vianópolis	São Luiz de Montes belo	105.260	0,75

UF	APL Setor	Municípios	Cidade Pólo	População	IDH da Cidade Pólo
SE	Mandioca	Campo do Brito Frei Paulo Itabaiana Lagarto Riachão do Dantas São Domingos Simão Dias	Lagarto	252.714	0,646
BA	Fornecedores Automotivos	Automotivos Camaçari Conceição da Ferira Cruz das Almas Dias D'avila Feira de Santana Lauro de Freitas Salvador Santo Antônio de Jesus Simões Filho	Camaçari	3.922.655	0,734
RO	Agronegócio da Pecuária leiteira	Alvorada do oeste Castanheiras Presidente Médici Urupá Jjaru Ouro Preto	Ji-Paraná	286.601	0,753
SE	Petróleo e Gás	Aracaju Carmópolis Estância Itaporanga D'ajuda Japaratuba Riachuelo Santo Amaro das Brotas São Cristóvão	Aracaju	700.534	0,794
GO	Moveleiro	Goiânia Aparecida de Goiânia Senador Canedo	Goiânia	1.244.645	0,832
BA	Turismo da Costa do Cacau	Canavieiras Ilhéus Itabuna Itacaré Santa Luzia Uma Urucuca	Ilhéus	245.325	0,703

UF	APL Setor	Municípios	Cidade Pólo	População	IDH da Cidade Pólo
DF	Reciclados	Núcleo Bandeirante Ttaguatinga	Brasília	2.383.784	0,87

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior (2007) e Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (2007). Tabela elaborada pelo autor.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)